

**Transmissão do Conhecimento da Pesca: Estudo na
Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, Bahia -
Brasil**

Roberta Cunha Azevedo de Souza

**Dissertação de Mestrado em Antropologia - Temas
Contemporâneos**

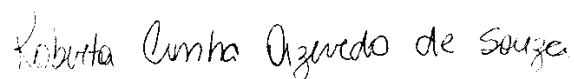
JUNHO 2020

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Amélia Frazão-Moreira, professora auxiliar do Departamento de Antropologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. E sob coorientação da Professora Doutora Odara Horta Boscolo, professora associada do Departamento de Biologia Geral, da Universidade Federal Fluminense.

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão, devidamente, mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,



(Roberta Cunha Azevedo de Souza)

Lisboa, 22 de junho de 2020

Declaro que esta Dissertação encontra-se em condições de ser apreciada pelo júri, a designar.

A orientadora,



(Amélia Frazão-Moreira)

Lisboa, 22 de junho de 2020

*A todos aqueles que vieram
antes de mim.*

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que possibilitaram essa dissertação; considero-a um conjunto de pequenos esforços coletivos, sendo eu, a força motora dessa construção. Assim, agradeço a minha irmã e minha mãe, que, movidas pelo amor e acreditando em minha capacidade, toparam, junto comigo, o desafio de estudar em Portugal, em meio a uma crise política e econômica no Brasil.

Agradeço a minha madrinha, que sempre esteve ao meu lado, me acompanhando em minhas jornadas acadêmico-científicas; sem seu auxílio essa pesquisa não aconteceria. Ao meu Pai e minha madrastra, por me ajudarem no início dessa jornada, e me incentivarem nesse caminho. À minha psicoterapeuta Lorraine, por, cotidianamente, ajudar a transformar a minha vivência, nesse plano, em algo maior, me permitindo apenas ser!

Agradeço à Amélia, por aceitar o desafio de me orientar à distância e pontuar considerações tão relevantes a esse trabalho. À Odara, minha grande iniciadora na etnobiologia, e continua me acompanhando e me inspirando a dar continuidade nesta área.

À Renata Sirimarco, Gabriela Brum e Dani Reis, minhas pontes até chegar à Cumuruxatiba, muito obrigada por transformarem o meu percurso! Agradeço também à Lina, Salvatore e Carmem, por tanto me ajudarem durante a escrita dessa dissertação, por abrirem vossa casa e transmutarem esse amor napolitano. A Vincenzo Scamardella, que me acompanhou em todos os processos dessa dissertação, sem dúvida, nada disso seria possível sem você. Há a tua presença em todas as partes desse trabalho.

A todos os pescadores, pescadoras e moradores das vilas de Imbassuaba e Cumurixatiba, que participaram desse trabalho, é graças a vocês que, hoje, finalizo essa etapa da minha vida. Meu agradecimento, em especial, ao mestre Albino, que me ensinou muito mais do que essa pesquisa poderia conter e me abriu as portas para que eu pudesse seguir.

A todas as amizades feitas em Portugal e Cumuruxatiba, em especial Gabi e Isa. Sou extremamente feliz por todo o percurso, que me levou até vocês e a todos os aprendizados que carrego, E, claro, aos meus orixás e ancestrais, que me guiam, de forma assertiva, no caminho, em que minha alma veio percorrer. Olorum Modupé!

LISTA DE SIGLAS

BRALANDA: Brasil Holanda de Indústria S.A.

CNEN: Comissão Nacional de Energia Nuclear

CPPMCN: Convenção para a proteção do Patrimônio mundial, cultural e natural

EUA: Estados Unidos da América

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MMA: Ministério do Meio Ambiente

Parna- Descobrimento: Parque Nacional do Descobrimento

PET: Politereftalato de Etileno

PNMP: O Parque Nacional do Monte Pascoal

RESEX: Reserva Extrativista

RESEX – MAR: Reserva Extrativista Marinha

RESEX Corumbau: Reserva Extrativista Marinha de Corumbau

SISBIO: Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TALE: Termo De Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE: Termo Consentimento Livre e Esclarecido

TEK: Traditional Ecological Knowledge

TI: Território Indígena

UC: Unidade de Conservação

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

RESUMO

Como tornar-se um pescador? Como é dado o processo de formação desse sujeito? A partir desses questionamentos, essa dissertação tem como intuito analisar e discutir a transmissão do conhecimento da pesca, na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, partindo das representações e práticas, que compõem o processo educacional do sujeito pescador, desde a infância até a vida adulta. A região é marcada por conflitos socioambientais, porém, nos últimos 20 anos, vem passando por um processo de patrimonialização ambiental, junto a uma crescente turistificação. Tais panoramas vêm alterando aspectos ambientais, econômicos, sociais e espaciais, transformando a forma como aquelas pessoas se relacionam o mar.

Palavras-Chave: Antropologia Marítima; Patrimônio Ambiental; Identidade Social; Ensino e Aprendizagem; Conhecimento Ecológico Tradicional.

ABSTRACT

How to become a fisherman? How is the process of this subject given? From these questions, this master thesis aims to analyze and discuss the fishing knowledge's transmission of the Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, starting from the representation and practices, which structure the fisherman's educational process, from childhood to adulthood. The study area is marked by socio-environmental conflicts, however, in the last 20 years, has been going through an environmental heritage's process, combined an increasing turistification. These aspects have been changing environmental, economic, social, and spatial aspects, transforming marine relations.

Keywords: Maritime anthropology; Environmental heritage; Social identity; teaching and learning; Traditional ecological knowledge

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Apresentação	12
Enquadramento teórico	14
Objetivo.....	22
Metodologia	22
CAPÍTULO 1 – CUMURUXATIBA: HISTÓRICO, PATRIMÔNIO, ECONOMIA E PESCA	32
1.1 - História.....	32
1.2 – A Patrimonialização	39
1.3 – Economia.....	45
1.4 – A pesca e o mar	52
1.4.1- Topografia marítima	55
1.4.2 - Luas e Marés	60
1.4.3 - Condições atmosféricas	62
1.4.4- Caracterização da pesca	64
CAPÍTULO 2- A CRIANÇA.....	70
2.1 – A família na transmissão do conhecimento da pesca	70
2.2- O gênero.....	75
2.3- Entendendo o universo da pesca	81
CAPÍTULO 3 – O JOVEM.....	87
3.1- Primeiros passos	87
3.2 – O esculpir do corpo, da mente e dos sentidos	91
3.3 – O trabalho coletivo e o papel do mestre	93
CAPÍTULO 4 - O ADULTO	101
4.1 – A identidade do pescador	101
4.2 – O dinamismo do conhecimento.....	105
4.3 – O mar, eterno mestre	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	116
ANEXOS.....	127
ANEXO 1.....	127
ANEXO 2.....	128
ANEXO 3.....	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:Modelo de transmissão cultural definido por Hewlett & Cavalli-Sforza (1986)..... 20

Figura 2: Esquema genealógico recorrente encontrado nas entrevistas. 73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:Proporção das capturas totais por comunidade na RESEX Corumbau. 64

Gráfico 2: Modalidades de pesca e a sua representatividade em Cumuruxatiba..... 65

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa do Brasil destacando o estado da Bahia, indicando a mesorregião do sul da Bahia, onde aponta-se a porção da RESEX de Corumbau..... 24

Mapa 2: Mapa do distrito de Cumuruxatiba..... 25

Mapa 3: Região que compreende o Banco de Abrolhos. Na seta vermelha indica-se a porção da RESEX - Corumbau. 57

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Pescador saindo do mar.....	14
Foto 2: Estrada de terra que faz a ligação entre as vilas.	26
Foto 3: Uma das crianças participantes do estudo, em uma visita informal, junto a sua mãe.	28
Foto 4: Placa na Barra do Cahy indicando o "descobrimento do Brasil".....	33
Foto 5: Placa à beira-mar indicando onde seria o ponto exato do desembarque da frota portuguesa.	33
Foto 6: Ruínas do píer de Cumuruxatiba	36
Foto 7: Monocultura de coqueiros, vegetação primária e secundária, com grande área desmatada, havendo a exposição do solo.	37
Foto 8: Acesso à praia do Calambrião, com vegetação primária e secundária	37
Foto 9: Estrada de acesso à Cumuruxatiba, com extensas monoculturas de Eucalipto	39
Foto 10: Placa à beira-mar, na praia de Cumuruxatiba, indicando o território da RESEX	42
Foto 11: Sede da Associação de Pescadores de Cumuruxatiba.	43
Foto 12: Site da imobiliária REMAX, no Brasil, disponibilizando a venda de uma fazenda à beira-mar	47
Foto 13: Placa indicando as pousadas presentes na estrada, à beira-mar do Rio do Peixe Pequeno.	49
Foto 14: Píer de Cumuruxatiba , visto de cima. Na foto feita em maré cheia, é ainda possível observar as formações rochosas no mar e as diferenças de coloração causadas pela elevação do terreno.	56
Foto 15: Costa da praia do Moreira, entre os trechos de Cumuruxatiba e Imbassuaba	58
Foto 16: Praia de Cumuruxatiba durante a maré baixa; é possível observar a exposição dos bancos de recifes, além das embarcações sob a areia. Além disso, é possível verificar uma embarcação maior ao fundo e uma menor na areia.	58
Foto 17: Pescador reparando sua “Rede de Espera”	67
Foto 18: Baitera em conserto à beira-mar e sem motor	68
Foto 19: Criança auxiliando os familiares a retirar as algas presas na rede.....	72
Foto 20: Criança auxiliando a puxar a rede	86
Foto 21: Criança auxiliando o pai.....	90
Foto 22: Amigos que se preparam para retirar a rede antes do anoitecer	95
Foto 23: Rosa dos ventos feita pelo pescador Gal, durante sua explicação sobre a direção dos ventos e suas considerações sobre cada um deles.	109

INTRODUÇÃO

Apresentação

O tema surge, através da interseção de pesquisas, que já havia realizado, no Brasil, entre os anos de 2015 e 2017. A primeira, voltada à educação ambiental, nos espaços escolares e à concepção dos alunos acerca da patrimonialização e populações tradicionais, a segunda refere-se ao levantamento etnobotânico de quintais, realizado com mulheres, na Comunidade Tradicional de Duna Grande.

Esse percurso acadêmico me levou até a Antropologia Ambiental e, conseqüentemente, ao tema da transmissão do conhecimento. Inicialmente foi pensado um estudo com os Pataxós da região, porém, devido à demora e à burocracia para conseguir a documentação necessária, através da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), optei em adaptá-la à realidade da pesca, o que se tornou um viés muito positivo, pois, desde o início, já havia estabelecido contato com os representantes da RESEX – Corumbau (Reserva Extrativista Marinha de Corumbau) e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

Assim, nasceu o tema “Transmissão do Conhecimento da Pesca”, permitindo-me compreender como os saberes, acerca dos ambientes marinhos, eram passados através das gerações. Essa experiência abriu-me um novo mundo acadêmico e um novo olhar acerca das populações que vivem da pesca, além de compreender a complexidade que envolve o processo educativo (Iturra 2009). Assim, essa dissertação consiste em um estudo sobre a transmissão do conhecimento da pesca dentro da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, Bahia – Brasil (RESEX-Corumbau), onde trabalhou-se os processos incutidos na formação do sujeito pescador, abordando as nuances que atravessam as etapas educacionais, tanto a nível coletivo como individual.

Na etnografia, fui agraciada em encontrar pessoas que me acolheram, abriram suas casas, suas vidas e partilharam o pouco que tinham para receber uma jovem pesquisadora em seus mundos. A hospitalidade era o que mais nos unia; uma prosa entre um saboroso café com bolo de aipim. Com o passar do tempo, minha casa havia se tornado uma porção do campo; os participantes passaram a me visitar, de forma espontânea, e foi assim, com essa convivência, que pude chegar às concepções mais importantes e emocionantes, que puderam dar luz ao que se tem aqui escrito.

Há diversos fatores que influenciam a história ambiental local, que, por sua vez, reverbera nas formas como o conhecimento ecológico tradicional se traduz. Sua perpetuação depende da socialização, principalmente daquelas que norteiam o processo educacional. Visto isso, a proposta do percurso escrito dessa pesquisa foi pensada, de acordo com as etapas de formação do pescador e seu contexto ambiental.

No primeiro capítulo, denominado de “*Cumuruxatiba: Histórico, Patrimônio, Economia e Pesca*”, buscou-se introduzir o leitor ao contexto do qual essa pesquisa se trata, abordando o local, a história ambiental, os eventos históricos marcantes e as principais noções ambientais locais. Essa abordagem visou a familiarização e contextualização sobre as práticas, acerca do conhecimento ecológico tradicional e sua ligação ao espaço e a história.

Já a abordagem apresentada nos capítulos dois, três e quatro teve por objetivo expor, de forma distinta, as fases do desenvolvimento do sujeito na pesca, associando-as às etapas da vida, que implicam em diferentes níveis e abordagens, quanto à transmissão do conhecimento da pesca.

O capítulo dois, denominado de “*A Criança*”, centrou-se nas primeiras etapas da vida, no núcleo familiar e na introdução aos conhecimentos ecológicos tradicionais da pesca. É em tal contexto que a criança, menor de 10 anos, é inserida, sempre acompanhada de algum familiar. Nesse período, é objetivado o desenvolvimento cognitivo da criança; a transmissão é, essencialmente, vertical e baseada na oralidade (Frazão-Moreira 1993; Ingold, 2000; Iturra 2009, Toledo & Barrera-Bassols 2009). O cotidiano fornece uma trama de elementos, que permite a edificação do saber pesqueiro, sem a presença do mar, sendo a linguagem e a alimentação importantes agentes nesse contato.

No capítulo três, denominado de “*O Jovem*”, trabalhou-se o período da adolescência do indivíduo, compreendido entre as idades de, aproximadamente, 12 a 16 anos, podendo haver variações para idades inferiores ou superiores. É nesse período que o jovem começará a entrar, efetivamente, na pesca, ainda que acompanhado de algum familiar. As capacidades cognitivas serão moldadas no intuito de efetivar o êxito na pesca, o que dependerá das capacidades fisiológicas e corporais individuais. É nesse período que os sentidos são moldados e o pescador artesanal desenvolverá toda uma trama de sentidos, para obter o *habitus* da pesca (Bourdieu 2002).

O capítulo quatro, denominado de “*O Adulto*”, tratou do pescador maduro e já formado. O processo de transmissão, já efetivado, o possibilitou assumir sua identidade, enquanto pescador. As dinâmicas cotidianas do trabalho refletem no modo como sua vida opera, a nível coletivo, influenciando como o distrito funciona. As assimilações da prática da pesca corroboram que nada é estático, e que o mar oferecerá aprendizados até a última pescaria.



Foto 1:Pescador saindo do mar

Fonte: Acervo pessoal

Enquadramento teórico

Nessa sessão pretende-se realizar uma breve revisão bibliográfica, pertinente aos estudos sobre conhecimento ecológico tradicional e transmissão do conhecimento, a fim de traçar, para o leitor, as principais linhas de raciocínio, que possibilitaram a construção da presente dissertação.

O Conhecimento Ecológico Tradicional¹ ou *Traditional Ecological Knowledge* (TEK), pode ser definido como:

“Traditional ecological knowledge as a cumulative body of knowledge, practice, and belief, evolving by adaptive processes and handed down through generations by cultural transmission, about the relationship of living beings including humans, with one another and with their environment” (Berkes 2008: 7)

Partindo da definição atribuída por Berkes (2008), podemos compreender que o Conhecimento Ecológico Tradicional, se dá através de um processo acumulativo geracional, permeado pelas experiências práticas que se tem acerca do contexto natural, atribuindo-se valores e significados (Berkes 2008; Toledo & Barrera-Bassols 2009; Reyes-García *et al.* 2009). O conhecimento ecológico tradicional é transmitido geracionalmente, e, a cada geração, é experimentado e testado, o que resulta em adaptações, mudanças e sofisticações (Indold 2000; Berkes 2008; Toledo & Barrera-Bassols 2009; Reyes-García 2009).

A ideia essencial do conhecimento ecológico tradicional não está apenas nas formas e técnicas de manejo, mas, principalmente, na visão de mundo e crenças que as populações associam aos sistemas ambientais naturais (Berkes 2008; Toledo & Barrera-Bassols 2009; Reyes-García 2009); é a cosmovisão das populações tradicionais a esses recursos que faz a diferença. Krenak (2019) exemplifica essa dialética:

“Tem uma montanha rochosa na região onde o rio Doce foi atingido pela lama da mineração. A aldeia Krenak fica na margem esquerda do rio, na direita tem uma serra. Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak, e personalidade. De manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara do tipo “não estou para conversa hoje”, as pessoas já ficam atentas. Quando ela amanhece esplêndida, bonita, com nuvens claras sobrevoando a sua cabeça, toda enfeitada, o pessoal fala: “Pode fazer festa, dançar, pescar, pode fazer o que quiser” (Krenak 2019:17-18).

“O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico” (Krenak 2019:40).

1 Autores afirmam certa ambiguidade ao termo conhecimento ecológico tradicional (Berkes 2008).

Os recortes de Krenak² elucidam, um pouco, esse sistema de crenças, no qual a montanha e rio assumem uma cosmovisão diferente daquela ocidentalizada; eles não são vistos como recursos, possuem valores e significados próprios, inseridos em contextos particulares, associados às suas identidades culturais. Para Berkes (2008), é a visão que se tem acerca do mundo e suas crenças que permite a manutenção e o equilíbrio com o ambiente natural; o equilíbrio nas relações entre humano-natureza constitui aquilo que ele denomina *natureza sagrada*.

A formação dessa identidade, outorgada pelo conhecimento ecológico tradicional, é muito importante, pois irá estabelecer as relações entre pessoas e natureza. Alguns autores vêm trabalhando esses aspectos (Frazão-Moreira 1993 1997; Berkes 2008; Toledo & Barrera-Bassols 2009; Reyes-García *et al.* 2009; Soldati 2013), a respeito de como conhecimento, valores e identidade são transferidos entre as gerações, através das práticas e repetições, em relação aos ciclos da natureza (Ingold 2000 2001; Berkes 2008; Toledo & Barrera-Bassols 2009).

Toledo & Barrera-Bassols (2009) afirmam que conhecimento ecológico tradicional se matiza de acordo com o compartilhamento coletivo desse saber; sua expressão está de acordo com o núcleo familiar, a comunidade, o território e a identidade; em todos os últimos exemplos eles são permeados através das particularidades das divisões de gênero e idade, pois cada membro realizará suas atividades baseadas em suas próprias singularidades. Outros autores como Frazão-Moreira (1993 1997) Reyes-García *et al.* (2009) Soldati (2013 2015 2016) chegaram a conclusões similares.

As crenças e a formação identitária se mostram essenciais para a aquisição do conhecimento ecológico tradicional; a dimensão geracional e temporal são os pilares para que o Conhecimento Ecológico Tradicional, de fato, ocorra, e o mesmo só é adquirido e perpetuado através de sua transmissão nessas dimensões (Hewlett & Cavalli-Sforza 1986; Frazão-Moreira 1993 1997; Reys-García *et al.* 2009). Contudo, é importante ressaltar que é preciso, em um contexto ecológico, a experiência historicamente acumulada, socialmente compartilhada e pessoalmente experimentada; essas dimensões permitem que o indivíduo adquira o conhecimento, sendo o meio familiar o pontapé no compartilhamento intrageracional de um histórico de experiências pessoais.

2 Ailton Krenak liderança indígena brasileira da etnia Krenak, atua como ambientalista e escritor.

A dimensão geracional é a ponte que agrega valores e possibilita o reconhecimento identitário, pois ela é marcada pelo profundo conhecimento local, baseado pelas observações empíricas do ambiente natural, no qual, essas populações estão inseridas (Hewlett & Cavalli-Sforza 1986; Frazão-Moreira 1993 1997; Ingold 2000 2001; Reys-García *et al.* 2009). É o ensino geracional que permite agregar simbolismos em práticas, objetos, e, principalmente, nas formas de manejo e gestão dos recursos naturais (Frazão-Moreira 1993; Reys-García *et al.* 2009; Soldati 2013; Deb 2015). A incorporação ou perda desses conhecimentos e práticas, estão associadas ao transcorrer da história ambiental local.

Como esse trabalho é baseado no conhecimento ecológico tradicional da pesca, ao falar de todas as dimensões citadas anteriormente, é preciso, primeiramente, compreender que esse conhecimento possui peculiaridades e abordagens próprias. Se até o momento o assunto foi tratado sob uma perspectiva geral, agora tentarei abordar o conhecimento ecológico tradicional, baseado na pesca de pequena escala, artesanal ou pesca de subsistência.

O conhecimento ecológico tradicional da pesca de pequena escala, segundo Grant & Berkes (2007), se dá através de um *sistema especialista*, no qual os pescadores, durante o processo de formação no entorno do conhecimento ecológico, precisam se especializar em resolver problemas. São como técnicos que precisam compreender o sistema para solucionar problemas de forma prática, assim, quanto melhor compreendem o ecossistema, no qual estão inseridos, mais bem-sucedidas serão as escolhas a serem tomadas para a captura de peixes.

O pescador, ao tomar suas decisões, deverá considerar fatores atmosféricos, sazonalidade, relevo, marés, características do pescado (como hábitos, comportamento e movimento). E, só após analisar todos esses aspectos, o pescador será capaz de decidir, qual barco usar, quando entrar ao mar, qual pescado capturar e quais iscas usar. Compreender todas essas condições leva muito tempo, pois o ato de pescar requer um conjunto de tomada de decisões.

Torna-se pescador é tornar-se especialista nessas resoluções, quanto mais experiência, mais preparado está para resolvê-las. Com o tempo, ele irá moldando sua prática, de acordo com o conhecimento adquirido, em conjunto às suas habilidades pessoais,

influenciado por fatores externos, como poderio econômico, preferências e mudanças ambientais, se houver. Esse conjunto de fatores está diretamente associado ao conhecimento local, no qual a pesca, de pequena escala, representa uma importante influência aos pescadores.

Deb (2015) afirma que o conhecimento tradicional acumulado, no caso da pesca, é uma forma de capital humano, na qual a capacidade dos pescadores reflete no estoque do produto. A captura do mar só se dá através do conhecimento, habilidade e experiência. Para o autor, a pesca depende da qualidade do conhecimento, pois é influenciada, de forma direta, pelo gerenciamento dos saberes dentro da pescaria. Segundo ele:

“Artisanal fishing is not only a source of livelihood, but also an art of living for fishers that is characterized by a long tradition of adaptation to the dynamics of the social and natural environment, cultural heritage, and a rich body of TEK” (Deb 2015: 2).

Acrescenta-se que os conhecimentos acerca da pesca também podem ser vistos como arte, corporalidade e, principalmente, um modo de vida. O conhecimento ecológico tradicional dos pescadores, segundo o autor, atua sob uma dinâmica entre filtrar e acumular aprendizados e, para além, criar estruturas cognitivas e corporais que permitam exercer sua prática de forma harmoniosa.

Se a prática da pesca depende do seu ensino geracional para agregar simbolismos, é na transmissão cultural que assumirá as vias necessárias, para que se efetive a edificação desse saber.

A transmissão cultural definida por Hewlett & Cavalli-Sforza (1986) diz respeito a um processo de reprodução social, conhecimento tecnológico, comportamento, crenças, entre outros. Ela é baseada, principalmente, através da socialização, e quando pensada na transmissão do conhecimento ecológico, supõe-se que serão incutidos valores próprios e locais. Estudos sobre os modelos de transmissão cultural são importantes, pois contribuem para compreender a erosão, a manutenção e a velocidade em que os aspectos culturais se mantêm ou se inovam (Reys-García *et al.* 2009).

Como já mencionado, o conhecimento ecológico tradicional, para que se mantenha, depende da transmissão, e, conseqüentemente, da socialização (Hewlett & Cavalli-Sforza 1986; Frazão-Moreira 1993 1997; Reys-García *et al.* 2009); esta, por sua vez, é baseada,

principalmente, pela comunicação, seja corporalmente ou verbalmente (Frazão-Moreira 1993 1997; Iturra 1989 2009; Aunger 2000). Segundo Frazão-Moreira (1993):

“A oralidade, enquanto modo de transmissão e construção do saber, não se restringe, apenas, à comunicação verbal, mas envolve todo um conjunto de procedimentos situados fora do recurso à escrita” (Frazão-Moreira 1993:59).

A edificação e transmissão de um saber são conduzidas, de acordo com os critérios do grupo social; essa comunicação é dividida segundo o gênero, a idade e as aptidões individuais (Frazão-Moreira 1993 1997; Iturra 1989 2009). A internalização dessas normas, dentro de um grupo social ainda criança, não a faz questionar, e, sim, apenas assimilar a estrutura complexa de regras sociais. E é na vida cotidiana, durante o crescimento, que se vai incorporando tais normas, permeadas numa rede de afetos e emoções (Iturra 1989 2009; Ingold 2000 2001; Toledo & Barrera-Bassols 2009).

Toda criança deseja aprender, é através da brincadeira, observação, imitação e afazeres, que se estabelecem as trocas com o mundo adulto (Frazão-Moreira 1993 1997; Iturra 1989 2009). A reprodução do saber o permite ser consolidado (Frazão-Moreira 1993), e são nessas frações que a criança ganha aprovação ou reprovação dos adultos (Frazão-Moreira 1993 1997; Iturra 1989 2009).

Edificar esses saberes leva tempo; o processo educativo é a primazia de todo grupo social, pois é através dele que há possibilidade de haver a continuidade histórica (Iturra 2009). Nessa lógica, seria a memória, o recurso; a oralidade, o instrumento e a educação, o viés. Porém, ao transferirmos isso ao contexto da pesca, ao processo educativo do pescador, deve-se levar em conta o processo de lapidação corporal (Ramalho 2011).

No universo da pesca, a experimentação do mundo adulto se dá em diversas nuances, pois, antes de introduzir a criança ao mar, é preciso ultrapassar diversas barreiras, até que se esteja pronto à executá-la. A continuidade naquele universo depende das capacidades individuais, tanto corporais como fisiológicas; serão elas que definirão a perpetuação naquele ambiente (Adomilli 2002; Ramalho 2007 2011; Ferreira 2012). Esse processo de aprendizado do pescador o conduz na formação de sua identidade, segundo Foucault (2004), os processos de subjetivação e objetivação levam o sujeito a tornar-se um objeto de conhecimento.

Construir o saber é conjugar competências; cabe àquele que transmite, incutir, através da memória e oralidade, crenças, valores, técnicas, saberes, entre outros, enquanto ao aprendiz, concerne incorporar, assimilar, reproduzir e, futuramente, transmitir. Hewlett & Cavalli-Sforza (1986), em seu trabalho, dividiu a transmissão cultural em modelos, sendo elas as transmissões vertical, horizontal e oblíqua, essa última pode ser dividida em *um para muitos* (One-to-many) ou em *muitos para um* (Many-to-one), como representado:





	Modes of cultural transmission			
	Vertical or parent-to-child	Horizontal or contagious	One-to-many	Concerted or many-to-one
				
Transmitter	Parent(s)	Unrelated	Teacher/leader/media	Older members of social group
Transmittee	Child	Unrelated	Pupils/citizens/audience	Younger members of social group
Acceptance of innovation	Intermediate difficulty	Easy	Easy	Very difficult
Variation between individuals within population	High	Can be high	Low	Lowest
Variation between groups	High	Can be high	Can be high	Smallest
Cultural evolution	Slow	Can be rapid	Most rapid	Most conservative

Figura 1: Modelo de transmissão cultural definido por Hewlett & Cavalli-Sforza (1986)
Fonte: Hewlett & Cavalli-Sforza (1986)

A transmissão vertical é considerada a mais importante dos modelos de transmissão, pois veio sendo estudada por muitas décadas (Hewlett & Cavalli-Sforza 1986; Aunger 2000; Reys-García *et al.* 2009). Sua base se dá através das transmissões geracionais ou parentais, pautadas em uma educação à nível doméstico, tendo início ainda na infância.

Esse modelo de transmissão é considerado conservador, isto é, a variação do conteúdo não assume mudanças imediatas ou rápidas à nível geracional e, por ser pautada a um nível doméstico, sua estrutura possui uma hierarquização parental, o que leva a criança a não mostrar resistência às informações adquiridas. Esse formato repercute uma demora na circulação de informações para outras pessoas, da mesma população ou para além do núcleo familiar.

A transmissão horizontal, é considerada um modelo de propagação rápida; isso por que ela se dá a nível intrageracional, nas relações entre amigos e irmãos. A semelhança entre os agentes permite uma aceitação rápida (Hewlett & Cavalli-Sforza 1986; Aunger 2000; Reys-García *et al.* 2009). Sugere-se que, para a criança, esse modelo é mais fácil de aprender, pois há maior disponibilidade e acessibilidade em trocar experiências, sendo os adultos menos acessíveis em alguns casos (Hewlett & Cavalli-Sforza 1986; Aunger 2000).

Geralmente, as crianças, e até mesmo adultos, aprendem com alguém, que tem um saber diferenciado em um dado aspecto; regularmente, esses saberes são adquiridos nas tarefas cotidianas, brincadeiras e outras formas de socialização diária (Frazão-Moreira 1993 1997; Hewlett & Cavalli-Sforza 1986; Aunger 2000; Reys-García *et al.* 2009). Por estar vinculado às relações cotidianas, quando há o caso de uma mudança no ambiente ou introdução de alguma técnica, ela ocorre rapidamente no meio social.

A dinâmica da transmissão horizontal permite que cada geração adquira conhecimentos pertencentes a sua mesma linha geracional, sendo os avós, pais e filhos, que, apesar de compartilharem saberes, passam a assimilar outras formas, independente dos vínculos da linhagem familiar (Aunger 2000). Essas dinâmicas, no contexto da pesca, são importantes, pois, ao passo que as mudanças ambientais e ecológicas afetam as práticas, permitem um compartilhamento de saberes, que contribuem para rápidas adaptações.

Já transmissão oblíqua pode ser definida, de maneira geral, como a interseção das duas últimas trabalhadas. É considerada um modelo dentro e fora das gerações; sua característica se dá pela multiplicidade de receptores ou transmissores (figura 1). Assim, Hewlett & Cavalli-Sforza (1986) dividiram em dois modelos de *um para muitos* ou de *muitos para um*; no primeiro caso, *um para muitos*, a comunicação é o viés mais eficaz nos casos de mudanças culturais, pois atuam com alta aceitação; já o modelo de *muitos para um*, alguns autores (Aunger 2000; Reys-García *et al.* 2009) presumem que há variações de influência, e que, no geral, todos os atores assumem uma retórica recíproca de influência.

Podemos citar como exemplo que o modelo mais comum de *um para muitos* acontece na relação *aluno x professor* e no, caso da pesca, na relação *mestre x aprendiz*. Geralmente o vetor da transmissão possui um caráter de liderança e respeito social, o que

transfere confiança ao conteúdo transmitido, além de ser considerado um método rápido e eficiente. No modelo *muitos para um* é possível tomar como exemplo, a relação entre tios e sobrinhos, ou qualquer outro familiar incutido na criação de uma criança. No caso da pesca, quando os pais não exercem a profissão, apesar de saberem pescar, é comum que outros familiares se encarreguem da introdução da criança na arte da pesca. Esse modelo, apesar de eficaz, é menos eficiente que o anterior.

Objetivo

O objetivo geral desse estudo é apresentar e discutir a transmissão do conhecimento da pesca, na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (RESEX-Corumbau), mais especificamente nas vilas de Imbassuaba e Cumuruxativa.

Os objetivos específicos são:

- Investigar as diferentes formas de transmissão do conhecimento da pesca e como se constrói a relação do pescador com o mar.
- Identificar e discutir as possíveis variáveis que podem influenciar no conhecimento da pesca.
- Analisar as implicações desse conhecimento naquele contexto e como ele se dá, dentro e fora do ambiente marinho.

Metodologia

“Muitas dessas pessoas não são indivíduos, mas “pessoas coletivas”, células que conseguem transmitir através do tempo suas visões sobre o mundo. Às vezes os antropólogos limitam a compreensão dessa experiência, que não é só cultural” (Krenak 2019: 28-29).

Esse trecho foi retirado do livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, da liderança indígena Ailton Krenak (2019), resultado de um ciclo de palestras feitas no ano de 2017, em Lisboa. Ler o livro, além de me fazer reviver a experiência etnográfica, me fez refletir sobre como antropólogos, em muitos casos, possuem o lugar de fala mais validado do que as próprias comunidades e como isso confere uma responsabilidade para aquilo que se escreve e a forma em que se atua no campo.

Partindo disso, essa dissertação, assim como as possibilidades metodológicas para a realização da etnografia, advêm daquilo que sou atravessada, uma mulher, em um contexto da pesca, campo dominado, exclusivamente, por homens. As formas em que essas relações se estabeleciam, se deram por tais atravessamentos, e o que contribuiu com experiências e histórias singulares. Assim, os resultados aqui obtidos também perpassam por uma pluralidade de fatores vividos naquele período. Geertz (1998) pontua:

“A antropologia sempre teve um sentido muito aguçado de que aquilo que se vê depende do lugar em que foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo. Para um etnógrafo, [...] as formas do saber são sempre inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros” (Geertz 1998 *apud* Motta-Maués 1999: 14).

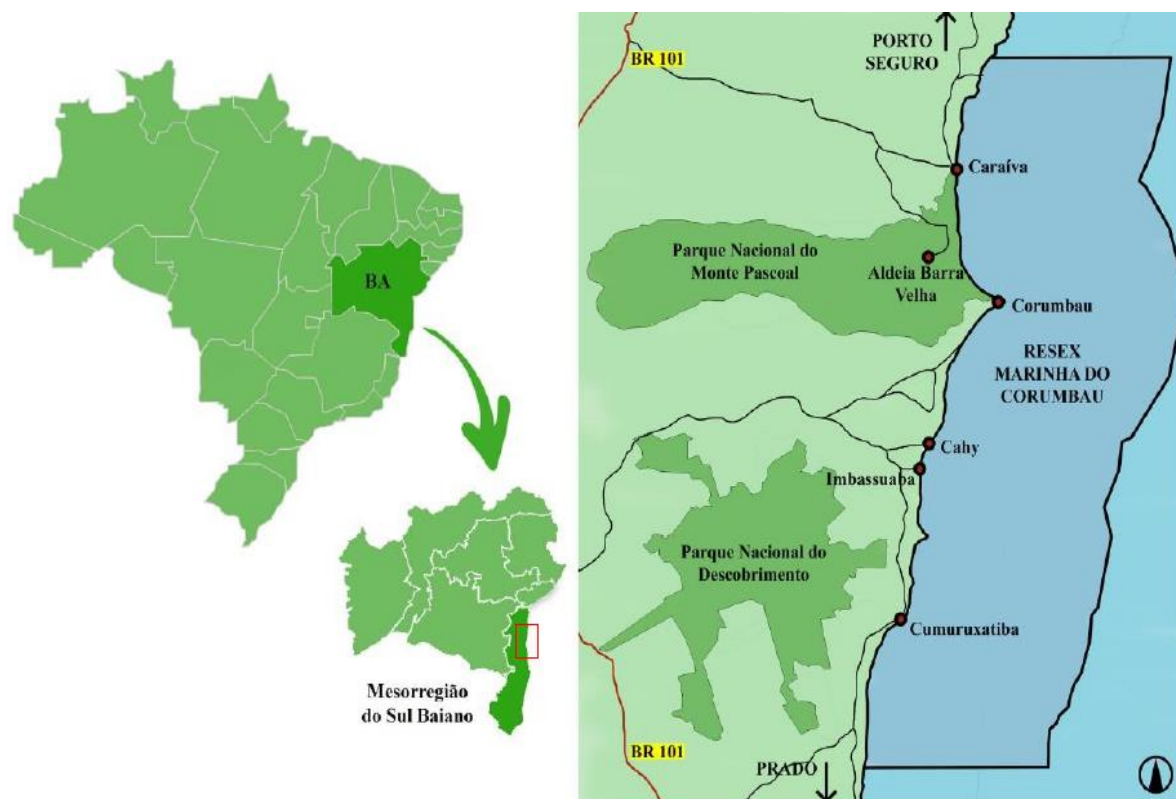
Através de Geertz (1998), posso pontuar que as considerações levantadas, assim como as opções metodológicas, partem das singularidades de um espaço e tempo, atravessadas pelas relações de *pesquisador x participante*. Acredito que quando ele pontua o lugar, não se refere, apenas, às noções espaciais, mas, também, ao lugar que o pesquisador ocupa enquanto indivíduo. Assim, o conteúdo parte desse(s) lugar(es). Se para Krenak (2019), o antropólogo pode limitar essa compreensão, no mais, apenas posso esperar que, enquanto pesquisadora, esse trabalho possibilite ao leitor refletir acerca do tema; e para que as comunidades, que foram aqui apresentadas, se sintam validadas, através das minhas considerações e reflexões.

Área de Estudo

O presente estudo foi realizado nos limites territoriais da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (RESEX – Corumbau) (16° 53' 26,00"S; 39° 07' 03,50"W), situado no município³ de Prado, pertencente ao estado da Bahia, no Brasil (Mapa 1). Sua distância da cidade de Porto Seguro, considerada de maior infraestrutura, é de cerca de 74 km, ao norte do distrito de Cumuruxatiba.

3 A divisão político-administrativa do Brasil confere ao Brasil, 26 estados, que constituem as unidades de maior hierarquia dentro da organização político-administrativa do País. Os municípios estão inseridos dentro dos estados e constituem as unidades de menor hierarquia. Já os distritos são unidades administrativas dos municípios. No caso do presente estudo, Brasil (País), Bahia (Estado), Prado (Município), Cumuruxatiba (Distrito).

A escolha dessa região se deu, justamente, pela pluralidade de territórios tradicionais⁴. Pontes (2016) afirma que 70% do território do município de Prado é considerado de gestão do governo federal, devido às demarcações de territórios indígenas, parques nacionais e assentamentos agrários.



Mapa 1: Mapa do Brasil destacando o estado da Bahia, indicando a mesorregião do sul da Bahia, onde aponta-se a porção da RESEX de Corumbau

Fonte: Marcos (2016) *apud*. Ferreira *et al.* (2018)

Na porção compreendida dentro do distrito de Cumuruxatiba (mapa 2), encontramos as vilas, onde essa pesquisa foi centrada; são elas: Cumuruxatiba e Imbassuaba, conferindo cerca de 6 quilômetros (km) entre as duas. A escolha desse recorte espacial adveio da necessidade de viver na região, onde a pesquisa foi planejada, tratando-se da vila de Cumuruxatiba, a única no distrito que oferecia uma maior infraestrutura, como supermercados, luz e internet.

4 Na região, encontramos o Parque Nacional do Descobrimento, uma porção do Parque Nacional do Monte Pascoal, Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, Território Indígena (TI) Comexatibá, e mais oito projetos de Assentamentos Agrários (Pontes 2016; Pereira 2016)



Mapa 2: Mapa do distrito de Cumuruxatiba.

Dentro do distrito não há meios de transporte público e o contato entre as vilas é feito através de uma estrada de terra (foto 2). Na maioria das vezes precisei me locomover, utilizando o ônibus escolar, que transportava os alunos entre uma vila e outra, em alguns casos, o trajeto foi feito a pé, o que levava cerca de duas horas e trinta minutos de um ponto a outro. Visto isso, a falta de infraestrutura e recursos econômicos mostraram-se fatores limitantes para a ampliação do campo de estudo.



Foto 2: Estrada de terra que faz a ligação entre as vilas.
Fonte: Acervo pessoal

O caminho de uma vila à outra é cercado por grandes campos desmatados, havendo uma vegetação primária ou secundária, resultado de anos de extrativismo predatório de madeira nativa (capítulo 1). No trajeto possuía grandes cercas, delimitando as propriedades privadas, porém pouquíssimas apresentavam edificações, levando a crer que não existiam moradores naquelas terras. Além disso, em parte do trajeto, na altura da Ponta do Moreira (mapa 2), fazia-se necessário atravessar um recorte do território da aldeia indígena Cahy.

Ambas as vilas situam-se nos limites de três parques nacionais, são eles: Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP), Parque Nacional do Descobrimento (PARNA-Descobrimento) e a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (RESEX-Corumbau), sendo essa última a mais significativa para o presente estudo, pois é nessa porção territorial marinha que o grupo participante atua na atividade da pesca.

Recolha de dados

A recolha de dados se deu em dois períodos; o primeiro, em dezembro de 2018, tinha por objetivo compreender, preliminarmente, o campo etnográfico, além de definir quais localidades poderiam fornecer maior estrutura na realização do campo. Nesse

período exploratório via-se a necessidade de criar estratégias de elaboração em um curto período de etnografia.

O segundo período, compreendido do final do mês de janeiro de 2019 a maio de 2019, compreendendo, no total, 4 meses e meio. Nesse período, encontrei dificuldades com a documentação necessária, precisando reconfigurar o grupo participante da pesquisa. Em tal intervalo de 4 meses, foram realizadas entrevistas, recolhas de dados mais precisos, além da estrutura dos aspectos éticos.

Ressalta-se que, durante a etnografia, vivi na vila de Cumuruxatiba, com o propósito de obter mais informações ao universo de estudo. Tal experiência possibilitou o acesso à informações valiosas, que contribuíram para o trabalho como um todo, tanto no âmbito cotidiano da vila, como na rotina doméstica. Frazão-Moreira (1993) ressalta:

“Tive a possibilidade de me aperceber tanto em traços explícitos, como dos elementos implícitos que configuram o processo doméstico de construção do saber” (Frazão-Moreira 1993: 60)

Para a seleção dos participantes, inicialmente, tentei a técnica *Snowball* (Biernacki & Waldorf 1981), contudo, como havia chegado ao campo sem um informador chave, essa técnica, em um primeiro momento, tornou-se um impasse, pois havia uma desconfiança local sobre quem, de fato, eu era. Dessa forma, optei, nos períodos iniciais, por utilizar a *observação flutuante* (Pétonnet 1982), que foi de extrema importância em minha ambientação nas vilas estudadas, me permitindo compreender o lugar, aprender sobre as dinâmicas, configurações sociais e espaciais.

Nessas ocasiões houve diversas conversas informais, com variadas pessoas, nos vilarejos e observei que há um distanciamento da população com a presença de pesquisadores. Alguns chegaram a afirmar que, outrora, se sentiram enganados por pesquisadores, e que parte dos problemas enfrentados pelos pescadores, como a proibição da pesca de algumas espécies, se deve à pesquisas realizadas na área.

Dessa forma, resolvi recorrer à literatura especializada e no artigo de Diegues (2001) compreendi, de forma mais profunda, a figura do mestre em comunidades de tradição pesqueira, o que me levou a adotar outra estratégia e passar a buscar, primeiramente, a presença de um mestre que quisesse fazer parte da pesquisa. Tal escolha, de fato, funcionou e tive minha primeira entrevista informal com mestre Albino, que se

dispôs a contribuir e indicou-me mais alguns participantes, dando início à técnica *Snowball* (Biernacki & Waldorf 1981).

O método para a obtenção de dados foi realizado através de entrevistas *semiestruturadas* e *não-estruturadas* (Alexiades & Sheldon 1996). No que diz respeito às entrevistas *semiestruturadas*, foram feitos retratos biográficos, o que possibilitou compreender, um pouco melhor, as estruturas familiares do distrito e as relações que as compõem. A partir dessas entrevistas e no decorrer da etnografia criei um mapa conceitual para cada participante, no qual pude concentrar as principais ideias e direcionar as entrevistas, de forma personalizada.

Todos os encontros que propus foram planejados e marcados com antecedência. Nestes casos, as entrevistas foram acompanhadas por um gravador digital, um diário de campo e uma câmera fotográfica. Contudo, por termos convivido na mesma vila, boa parte dos participantes, em uma certa altura, começou a passar, de forma despretensiosa, em minha casa. Tais encontros contribuíram para a riqueza ao acesso de informações, pois nesses momentos havia uma mudança de perspectiva na relação *pesquisador x participante* e grande parte da totalidade da minha compreensão acerca do tema surgiu nessas conversas.



Foto 3: Uma das crianças participantes do estudo, em uma visita informal, junto a sua mãe.

Fonte: Acervo Pessoal

No que diz respeito às *observações participantes* (Bernard 1988), tive a oportunidade de vivenciar a entrada ao mar duas vezes; contudo, como será discutido no decorrer do trabalho, por limitações fisiológicas e corporais, não acedi para além dos limites da barreira de recifes, visto que, seria necessário uma embarcação maior e todo um planejamento estrutural, que demandaria tempo e dinheiro.

Para a análise dos dados obtidos, todos os áudios foram transcritos, assim como, o conteúdo presente nos diários de campo; as fotos foram selecionadas, de acordo com o texto escrito. No caso de imagens com adultos ou crianças, em que o rosto se encontra em evidência, foi pedida uma autorização específica (anexo 3) para o uso de imagem, assim como, no uso de imagens de fotógrafos locais (anexo 3). Quanto às entrevistas utilizadas, foram selecionados recortes específicos para dar luz ao conteúdo.

Composição étnica e Grupo participante

Não foram coletados indicadores sociais propriamente ditos, contudo, os aspectos étnicos da população foram abordados no decorrer do texto. Dessa forma, penso ser importante apresentar alguns dados, mesmo que de forma breve, a fim de contextualizar tal composição.

Como salientado anteriormente, a região do distrito de Cumuruxatiba possui parte do seu território demarcado pelo TI (Território Indígena) Comexatibá, pertencente à etnia Pataxó. Assim, como parte do distrito possui o encontro dessas áreas, tanto pela RESEX – Corumbau, quanto pela TI Comexatibá, grande parte dos participantes salientou que eram indígenas da etnia Pataxó ou havia alguma relação de parentesco indígena. Siqueira (2006), apresentou em seu trabalho que 87,13% dos pescadores da RESEX – Corumbau se declaravam indígenas; 21,32% de ascendência africana e 9, 19% de ascendência portuguesa.

Apesar da diferença de 14 anos entre a pesquisa realizada por Siqueira (2006) e essa, é possível afirmar que a porcentagem encontrada, hoje em dia, seria similar. De fato, o pouco tempo em campo atrapalhou levantamentos mais detalhados acerca do tema. Assim, saliento a necessidade de uma produção científica mais atualizada em relação a esses dados.

Ao total, participaram desse estudo 17 pessoas, dentre elas três (3) mulheres adultas e nove (9) homens adultos. O pouco tempo de pesquisa impossibilitou o acesso a

mais crianças, tendo participado, no total, cinco (5) crianças, sendo duas (2) do gênero masculino e três (3) do gênero feminino.

Dentre o grupo dos homens, seis (6) se reconheciam, apenas, enquanto pescador, dois (2) enquanto mestres e um (1) não se reconhecia como pescador. Já no grupo das mulheres, apenas uma (1) se reconhecia enquanto pescadora; todas as outras salientaram que aprenderam a pescar, mas não se identificam como pescadoras. Tal aspecto será melhor discutido no Capítulo 1.

As idades dos adultos compreenderam de 20 a 68 anos. Já as crianças, a mais nova tinha três (3) e a mais velha, oito (8) anos. Com a exceção do mestre Albino e mestre Antônio, o nome de todos os outros participantes foram modificados. Tal decisão de transformá-los em anônimos, se deu no decorrer das entrevistas, pois, ao passo que a relação *pesquisador x participante* se aprofundava, obtive informações das quais alguns participantes gostariam de manter-se em sigilo, evitando o comprometimento com qualquer depoimento.

De todos os participantes, apenas cinco (5) viviam em Imbassuaba; todos os outros viviam em Cumuruxatiba. A diferença de concentração dos participantes se deu pela dificuldade de acesso à vila de Imbassuaba, onde optei por me aprofundar em três famílias de tradição na pesca, estabelecendo vínculos mais fortes. Já na vila de Cumuruxatiba, como eu residia na localidade, a facilidade de encontros possibilitava um maior fluxo de participantes. É importante ressaltar que nenhuma entrevista, com menores de 18 anos, foi conduzida sem a presença dos pais.

Problemas enfrentados

Inicialmente, a pesquisa fora pensada no contexto indígena, mais especificamente, da etnia Pataxó. Entretanto, como meu ingresso ao campo se deu no mês de dezembro, coincidindo com os meses de verão e festividades de final de ano, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), órgão competente, responsável pela licença necessária para a pesquisa, estabeleceu um prazo impraticável, em relação ao meu tempo disponível. Dessa forma, estabeleci outras estratégias para conseguir executar o tema principal da pesquisa, que centrava-se na transmissão do conhecimento. Como o distrito de Cumuruxatiba era um terreno fértil em possibilidades, optei por trabalhar diretamente com a pesca, visto que a sede da RESEX-Corumbau se encontrava em Cumuruxatiba, facilitando os trâmites documentais.

Apesar de a pesquisa de campo, de uma maneira geral, ter ocorrido bem, no último mês fui realizar uma experiência embarcada com alguns dos participantes, e passei por uma situação de assédio, dentro da embarcação, por parte de, apenas, um pescador. A impossibilidade de reagir, pela vulnerabilidade de se estar no mar, gerou uma situação muito desagradável e de enorme desconforto, me levando a refletir sobre o quanto as mulheres pesquisadoras estão sujeitas às situações de abuso e assédio em diversos lugares, independente da motivação da sua presença. Dessa forma, optei por interromper, abruptamente, as entrevistas com parte dos participantes, tendo empobrecido alguns resultados.

Temas éticos

A presente pesquisa foi realizada com a autorização concedida pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), através do SISBIO (Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade), passando pelo conselho deliberativo da Unidade de Conservação, com finalidade às pesquisas científicas, tendo número de processo 68937. Para dar início à pesquisa foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo 1); os menores de idade e seus responsáveis, quando necessário, assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Anexo 2). Tais termos tiveram por objetivo que os participantes compreendessem o trabalho, os procedimentos da pesquisa e decidissem se gostariam de contribuir ou não. Foi planejado voltar às vilas Cumuruxatiba e Imbassuaba, no ano de 2020, com o propósito de apresentar os resultados à população local, com o objetivo de possibilitar o retorno à pesquisa.

CAPÍTULO 1 – CUMURUXATIBA: HISTÓRICO, PATRIMÔNIO, ECONOMIA E PESCA

1.1 - História

Para relatar o histórico do distrito de Cumuruxatiba, entendo como necessário compreender como se deu a ocupação do seu litoral, assim como, os ciclos econômicos locais e a apropriação da natureza nesses períodos. Dessa forma, não vejo outra possibilidade se não partir do primeiro contato da frota portuguesa com o litoral brasileiro, passando por todos os ciclos, até encontrar a dimensão mais recente para essa dissertação.

Em 22 de abril de 1500, a expedição portuguesa alcança a costa do território, que, hoje, é conhecido como Brasil, mais precisamente no estado da Bahia. Segundo os registros da famosa carta de Pedro Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel I, ele diz:

“[Terça-feira, 21 de abril de 1500.] Sinais de terra. E assim seguimos nosso caminho por este mar, de longo, até terça-feira d'oitavas de Páscoa, que foram 21 dias d'Abril, que topámos alguns sinais de terra, sendo da dita ilha, segundo os pilotos diziam, obra de 660 ou 670 léguas, os quais eram muita quantidade d'ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho e assim outras, a que também chamam rabo d'asno.[...] Topámos aves, a que chamam furabuchos. E neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra, isto é, primeiramente d'um grande monte, mui alto e redondo, e d'outras serras mais baixas a sul dele e de terra chã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôs nome o Monte Pascoal e à terra a Terra de Vera Cruz” (Caminha 2010 [1500]: 1-2).

Ali, naquele momento, como descreve Pedro Vaz, ocorreu o batismo do famoso monte, o Monte Pascoal. A sombra colonial era proferida, cotidianamente, entre os pescadores daquele pequeno vilarejo, perdurando, através dos séculos, e como consegue definir Cardoso (2016), que realizou um estudo entre os Pataxós no Monte Pascoal:

“O batismo do Monte Pascoal, uma toponímia colonial que perdura, se deu através da noção da terra nullius, de que a terra recém vista era uma terra que não pertence a ninguém, nem a santos e nem a demônios, ou seja, terra vazia” (Cardoso 2016: 30).

Não é difícil ouvir no vilarejo a idealização coletiva de um sentimento local, que proclama, orgulhosamente, que foi ali, no mesmo mar em que eles navegam, que Pedro Vaz avistou o monte, tão usado na geolocalização marítima cotidiana (mapa 1). Além disso, há uma tradição oral, que relata o fatídico dia, no qual a presença portuguesa não foi apenas marítima; afirmam que houve o completo desembarque de Pedro Vaz e todos

os tripulantes de sua nau. Tais afirmações podem, de fato, ser a memória coletiva do vilarejo na aproximação do espaço à identidade social nacional (Soares & Jesuino 2003).



Foto 4: Placa na Barra do Cahy indicando o "descobrimento do Brasil"
Fonte: Página Viajento⁵



Foto 5: Placa à beira-mar indicando onde seria o ponto exato do desembarque da frota portuguesa.
Fonte: Turista Selma Vieira de Melo.

Segundo Corá (2006), de acordo com a história local, a Barra do Cahy, cerca de 10 quilômetros mais ao norte do centro do distrito, seria o provável ponto onde ocorreu o primeiro contato entre portugueses e índios Aimoré. Porém, como nos meses de abril os

5 Disponível em: < <https://viajento.com/2016/01/04/cumuruxatiba-bahia/> >Acessado em 13 janeiro de 2020

ventos são intensos e o mar mais agitado, vê-se, através da carta, que eles rumaram ao norte, em busca de um Porto Seguro, desembarcando em Santa Cruz de Cabrália.

“Foi um pouco mais pra frente que Cabral chegou, ali no Cahy [...] tô te falando vem gente do mundo inteiro ver” (André, pescador subaquático, 34 anos).

“Imagina, o mesmo mar que a gente fica navegando é a mesma que os portugueses quando chegaram [...], tudo o que a gente vê do mar eles também viram” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

Se o contato português, naquela região, é datado de 1500, a sua ocupação e colonização efetiva, por grupos não indígenas, são muito recentes, sendo datadas de meados do século XIX (Pereira 2016). De forma geral, o império colonial português utilizava aquela região, economicamente, na extração de pau-brasil, baseada no extrativismo predatório, que perdurou até o século XVIII (Nicolau 2006).

O primeiro relato, documentado, que se tem da vila de Cumuruxatiba foi através do Príncipe Wied-Neuwied, que viajou pelo Brasil entre os anos de 1815 e 1817. Ele pontua:

“À ponta da terra denominada Comechutibá, ou, mais exatamente, na antiga língua indígena, “Curubiechatibá” (Wied-Neuwied 1989 [1816]: 211).

“O litoral forma nesse trecho, um porto seguro protegido, não de certo dos ventos, mas do oceano, por arrecifes e com um bom ancoradouro” (Wied-Neuwied 1989 [1816]: 211).

“Os índios do lugar vivem do produto das plantações e sobretudo da pesca; Razão por que no bom tempo são vistos frequentemente canoas pelo mar e voltam com uma grande quantidade de pescado” (Wied-Neuwied, 1989 [1816]: 211).

Através desses relatos é possível verificar características da geografia local, assim como, pistas sobre a composição étnica e a relação da população local com a pesca. Percebe-se que, naquele período, já havia a presença da pesca como atividade base do local e como é expresso pelo mestre Albino.

“Boa parte dessas técnicas que eu uso aprendi com meu avô que era índio” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

O historiador Francisco Cancela (2007) nos conta que as vilas indígenas daquela região, entre elas Cumuruxatiba, transformaram-se em territórios multiculturais, onde brancos, negros e índios mantiveram profundo contato naquele período. Tais contextos reconfiguraram a identidade local. Esse processo teria influenciado, historicamente, as

lutas pelo reconhecimento da territorialidade indígena, quilombola e da pesca artesanal (Cora 2006; Pereira 2016; Silva 2018).

No século XVIII, a agricultura e a pecuária transformaram-se nos principais motores econômicos da região. Nos séculos XIX e XX, a exploração de madeira tornou-se, novamente, fonte da atividade econômica local, principalmente para a produção de compensados⁶ (FUNAI 2015). No princípio do século XX, durante a Segunda República⁷, houve uma intensificação de projetos nacionalistas para um desenvolvimento regional; nesse mesmo período, o governo de Getúlio Vargas atuou, com rigor e violência, para com as populações nativas e tradicionais do litoral da Mata Atlântica (Pereira 2016).

Em contrapartida, no mesmo intervalo, discussões sobre patrimônio natural começaram a surgir, impulsionadas pelo discurso conservacionista dos Estados Unidos da América (Diegues 1996), levando o Brasil a instituir, em 1937, um decreto de lei, no qual monumentos naturais, sítios ou paisagens deveriam ser passíveis de conservação (Scifoni 2003).

Mais tarde, na década de 1940, foi iniciado o processo de tombamento do Monte Pascoal e o seu entorno, transformando-o em uma área de preservação ambiental (Pereira 2016). O Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP) tinha como uma das principais justificativas, rememorar o fato histórico do “descobrimento do Brasil” (Bahia 1943); o documento ressalta:

“Fica o governo do Estado autorizado a desapropriar, quando necessário, as terras e benfeitorias pertencentes a terceiros, incluídas na área demarcada [...]” (Bahia 1943: 1).

As diversas tentativas em criar o Parque Nacional do Monte Pascoal tornaram-se o motor de grandes conflitos regionais, sobretudo, na exploração de terras, expropriações para preservação ambiental e projetos para o desenvolvimento regional (FUNAI 2015; Pereira 2016). Os pequenos vilarejos do entorno do PNMP tornaram-se refúgio para aqueles que foram afetados pela sua criação; esse é o caso das Vilas de Cumuruxatiba e Imbassuaba.

6 Também conhecida como madeira branca, podem ser definidas como diversas madeiras sobrepostas e prensadas por uma técnica especial, um exemplo desse tipo de madeira é o MDF.

7 Segunda República do Brasil, período histórico compreendido entre os anos de 1930 e 1945

Após a criação do parque, os governos federal e estadual passaram a definir a região como uma zona de interesse econômico, levando a criação de projetos, que pretendiam atrair empresas para a exploração de madeira e extração da areia monazítica. A estratégia desses governos visava a concessão de terras para consórcios internacionais (Corá 2006).

A Brasil Holanda de Indústria S.A (BRALANDA) foi a principal empresa atuante na região; ela controlava a extração de madeira nativa e areia monazítica, voltadas para exportação. Com o objetivo de escoar a mercadoria, fora construído, naquele período, um píer de 770 metros (foto 6). Hoje, as ruínas do píer são consideradas o símbolo turístico de Cumuruxatiba (Corá 2006; Pereira 2016; Silva 2018).



Foto 6: Ruínas do píer de Cumuruxatiba

Fonte: Acervo pessoal

“Aquele píer eu ajudei a construir [...] é todo em madeira nativa”
(mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

“Eu comecei a pescar com 8 anos, não peguei jeito e fui pra motorista de caminhão; com 12 anos já trabalhava de caminhoneiro [...] Eu trabalhava de Catraca, naquela época quem trabalhava fica de um lado e do outro [...] Aí tinha uns pedaços de ferro e os dentes do caminhão com o cabo de aço, que saía derrubando as madeiras [...] Mas aquilo era um perigo, tinha que ver” (Josivaldo, caminhoneiro, 68 anos).

Essas atividades mudaram, profundamente, o extremo sul da Bahia, o que levou a um acelerado processo de urbanização nessa mesorregião (FUNAI, 2015). Corá (2006) afirma que houve dois períodos de concessão de terras; o primeiro, controlado pela BRALANDA e o segundo, controlado pelo Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN), atuando na extração de areia monazítica, atividade que, segundo a autora, perdurou até 1983. Como resultado de ambas as atividades, os anos de degradação resultaram em grandes áreas desmatadas (foto 7 e 9) e solo infértil.



Foto 7: Monocultura de coqueiros, vegetação primária e secundária, com grande área desmatada, havendo a exposição do solo.

Fonte: Acervo pessoal



Foto 8: Acesso à praia do Calambrião, com vegetação primária e secundária

Fonte: Acervo pessoal

Na tentativa de repensar formas de ocupar territorialmente as áreas degradadas e desenvolver a região, o município de Prado decidiu conceder terras, abrindo grandes loteamentos, destinados à doação a baianos e mineiros⁸, interessados em construir casas de veraneio e pousadas, com a contrapartida dos beneficiários investirem, localmente, para a geração de emprego e renda aos moradores (Corá, 2006).

Contudo, nenhuma parcela dessas terras, a princípio, foi destinada aos moradores locais, o que levou a um conflito na reivindicação ao acesso à parte desses loteamentos. Uma dessas lideranças foi mestre Albino, que atuou, de forma decisiva, para que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) destinasse parte dos lotes do assentamento aos moradores locais.

“Na época do INCRA eu era administrador de Cumuru⁹ [...]; foi uma luta, mas nós conseguimos dar terra pra todo mundo” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

Nesse mesmo período, a indústria do turismo começava a atuar, de forma mais significativa, em regiões próximas, sendo responsável pela criação de grandes polos turísticos, como é o caso de Porto Seguro. Contudo, a falta de planejamento e uma gestão pública eficiente, levaram ao deslocamento desordenado de pessoas, gerando uma ocupação desigual da costa, ocasionando um processo de gentrificação (Sotto-Maior & Gaia, 2013).

No início dos anos de 1990, o turismo, as plantações de eucalipto e produções bovinas tornaram-se as principais atividades econômicas da região (Silva 2018). Em Cumuruxatiba, nas estradas que dão acesso à vila (foto 9), estão presentes, tanto a atividade das plantações de eucalipto, como as de produção bovina, tendo elas influência direta na distribuição de terras da região. No entanto, hoje, é a atividade do turismo, que possui maior impacto na vida dos pescadores ou dos trabalhadores, que dependem da costa.

8 Aqueles nascidos nos estados da Bahia e Minas Gerais, respectivamente.

9 Abreviação local para Cumuruxatiba.



Foto 9: Estrada de acesso à Cumuruxatiba, com extensas monoculturas de Eucalipto
Fonte: Silva (2018)

No final dos anos 1990 deu-se a criação do Parque Nacional do Descobrimento (Parna – Descobrimento) e da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (RESEX – Corumbau), que mudaram, de forma significativa, a forma como as pessoas daquele distrito passaram a se relacionar com o ambiente marinho e terrestre do entorno.

1.2 – A Patrimonialização

Nos últimos séculos, o planeta e a forma de olhar a natureza passaram por profundas transformações. Diegues (1996) contempla que, ao passo que o agravamento das crises ambientais se estabelece, surge, por outro lado, um maior interesse pela natureza. A primeira área protegida legalmente ocorreu em 1872, nos Estados Unidos da América (EUA), com a criação do Parque Nacional de Yellowstone; a escusa se deu na manutenção de áreas naturais de grande relevância, com belezas cênicas e refúgio natural para o lazer das populações urbanas. (Kemf 1993 *apud* Alves 2013).

Esse modelo do EUA acabou se espalhando e influenciando as formas de salvaguardar a natureza pelo mundo. O molde ignorava a existência de populações humanas locais, causando um impacto considerável nas populações de países com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), havendo um reflexo, principalmente, nas famílias que viviam em condições de subsistência com os recursos naturais (Diegues 1996).

O Brasil, por sua vez, importou esse modelo, criando instrumentos legais, que contribuíram nas criações de parques nacionais. De acordo com Medeiros (2006), o Código Florestal, em 1934, foi um marco na América Latina, em patrimonialização ambiental. Posterior a esse período foi criado o Novo Código Florestal de 1965, quando diversas tipologias e modelos de Unidades de Conservação (UC) surgiram. Até que, em 1972, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência) promoveu a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (CPPMCN), também conhecida como Convenção de Paris, que definiu o patrimônio natural como:

“Monumentos naturais, constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional, do ponto de vista estético ou científico; formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas, que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, de valor universal excepcional, do ponto de vista estético ou científico; Sítios naturais ou as áreas naturais, estritamente delimitadas, detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural” (UNESCO 1972: 4).

Após o fim da ditadura militar brasileira, em 1985, diversos setores sociais reivindicavam reformulações sobre as formas de salvaguardar os patrimônios naturais do país, para que pudessem garantir a permanência das populações tradicionais. Tais grupos pressionaram, de forma que, em 1988, conseguiram promulgar na constituição brasileira o direito ao acesso a territórios, assim como o direito de resguardar suas práticas. Até que, no ano 2000, entrou em vigor o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), ainda atuante na legislação. Atualmente as UC's são definidas como:

“Espaços com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. As UC asseguram o uso sustentável dos recursos naturais e ainda propiciam às comunidades envolvidas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno” (MMA 2011: 4).

O SNUC tem por objetivo envolver as três esferas de governo na criação e implementação de uma UC (ICMBio 2015), possibilitando diversas ações, que viabilizem um objetivo em comum: a conservação ambiental (MMA 2011). Ele é composto por um conjunto de unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares, distribuídas pelas suas características de manejo (MMA 2011). Em seu texto ficou definido a criação de 12 categorias de UC's, reunidas em dois grupos: Unidade de

Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável (Medeiros 2006). Segundo Medeiros (2006), essa organização visava contemplar diferentes gestões, considerando as características dessas áreas, nas quais diferentes grupos sociais poderiam estar interessados. Sendo assim, segundo a lei nº9.985 fica definido:

“O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (Brasil 2000: Art 7º).

“O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Brasil 2000: Art 7º).

Graças a essas duas categorias de manejo, o Brasil conseguiu atender diferentes setores sociais relacionados ao meio ambiente, que visavam a proteção ambiental. Atualmente, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2011), o Brasil possui cerca de 1,5 milhões de km² ou 16,6% do território continental brasileiro e 1,5% do território marinho protegidos por algum modelo de unidade de conservação. Após a criação do SNUC, o número de unidades de conservação mais que dobrou (ICMBio 2015). Uma dessas categorias, compreendidas pelo SNUC, é denominada de RESEX (Reserva Extrativista); elas são definidas como:

“Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (Brasil 2000: Art 18).

Reservas Extrativistas (RESEX), ao contrário das outras categorias, advêm pelo movimento social dos seringueiros na Amazônia, na década de 1980, que emergiu pela luta ao direito à terra e pela asserção de seus modos de vida (Vivacqua 2018). Sua proposta é proteger a vida e a cultura das populações extrativistas e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais (Brasil 2000). Apesar de, inicialmente, previstas para gestão de recursos terrestres, a partir de sua criação, houve a transferência do modelo de manejo para possibilitar a gestão legal de recursos costeiros marinhos. Assim, surgem as RESEX-Mar que, segundo Santos & Schiavetti (2014), podem ser definidas como:

“As RESEX-Mar lidam com a gestão de recursos que pertencem à coletividade – o meio costeiro/marinho. Assim, os beneficiários das

RESEX-Mar se apropriam de um recurso comum do povo, sob a tutela do Estado” (Santos & Schiavetti 2014: 2).

E foi partindo dessa categoria que a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, cerne desse trabalho, foi criada, no ano 2000, tendo como justificativa a presença de conflitos entre os pescadores artesanais locais e os pescadores de outras regiões do país. Segundo Bucci (2009), há mais de dez anos¹⁰, realizavam capturas predatórias, com técnicas em escala industrial. Tais embarcações eram atraídas pela abundância de peixes e por haver localmente apenas a captura pela pesca artesanal.

“A criação da RESEX foi porque tinha umas embarcações lá do Espírito Santo e Rio de Janeiro que vinha pescar no nosso mar [...]. Aí naquela época apareceu um pesquisador falando que estavam criando duas RESEX em outro lugar [...] ele disse que achava que dava pra colocar aqui e a gente foi tentando” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

A fala do mestre Albino remonta as afirmações de Bucci (2009). De fato, havia uma preocupação com as embarcações de outros estados, que chegavam até a região, gerando instabilidade para a população local. Dessa forma, as comunidades, com o apoio do governo local e de uma pequena comunidade científica, conseguiram, após uma extensa negociação, a criação da Reserva Extrativista de Corumbau, no ano 2000 (Bucci 2009).



Foto 10: Placa à beira-mar, na praia de Cumuruxatiba, indicando o território da RESEX

Fonte: Acervo pessoal

¹⁰ Antes da data de criação da RESEX



Foto 11: Sede da Associação de Pescadores de Cumuruxatiba.

Fonte: Acervo pessoal

De lá para cá muita coisa mudou. Atualmente, os pescadores, apesar de executarem suas funções de forma autônoma, possuem o direito ao cadastro de pescador, dentro da RESEX, o que os resguardam as mesmas garantias de trabalhadores com registro formal, garantindo, assim, o direito à pensão, aposentadoria, e, principalmente, o direito ao defeso¹¹. Contudo, apesar do ganho em relação aos direitos civis, alguns problemas ainda persistem, como a presença de grandes embarcações e diminuição do número de peixes, havendo o agravante das multas, proibições, problemas na legislação e no plano de manejo¹² da Unidade de Conservação, questões essas que geram, até hoje, conflitos entre a população e os órgãos governamentais, incumbidos da gestão local.

“Esse ICMBio fala que faz, mas de noite parece até que tem uma cidade no horizonte, de tanta embarcação que ilumina o mar”
(Fernando, pescador, 29 anos).

11 Segundo MMA (2010): O defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes. Os trabalhadores afetados pelo defeso, continuam recebendo mensalmente quantias que acabam por resguarda-los economicamente nos meses previstos.

12 Plano de Manejo é um documento técnico do qual, encontra-se os objetivos de gerais de uma Unidade de Conservação, além das normas que constituem o uso da área. No caso de uma Reserva Extrativista, essas normas são estipuladas junto com as comunidades envolvidas.

“Minha filha, hoje eu me aposentei pela pesca, quando que antigamente a gente (pescadoras e pescadores) podia.” (dona Ana, pescadora aposentada, 63 anos).

“Uma sacanagem é que eles ficam controlando nós que somos daqui, só porque pega um camarãozinho no defeso [...] e vai e multa nós, mas quando tem embarcação grande eles fingem que não vê” (André, pescador subaquático, 34 anos).

“Essa gente toda reclama, se não fosse a RESEX isso aqui não ia ter um vegê¹³ para contar” (Marcela, dona de casa, 60 anos).

Nesses quatro relatos busquei apresentar os diferentes pontos de vista sobre a presença da RESEX-Corumbau na região. De fato, como podemos verificar, há uma diferença de discursos sobre a RESEX, consoante com a idade dos pescadores citados. Pode-se considerar que, após 20 anos desde a sua criação, há uma nova configuração de pescadores, que divergem das opiniões.

Um pescador, hoje com 30 anos, no período da criação tinha apenas 11 e, provavelmente, não participou, de forma ativa, da formação da RESEX. Contudo, é ele quem vive, de forma efetiva, o cotidiano dessas mudanças. Por exemplo, Fernando ressalta a presença de embarcações na região. Comentários desse tipo foram constantes; os próprios pescadores explicavam que é uma consequência da falta de equipamentos, por parte do ICMBio, o que impossibilitava uma constância na fiscalização noturna. Em contrapartida, todos os barcos dos pescadores cadastrados são identificados e fáceis de serem multados. Parte dos descontentamentos também é relacionada às diversas proibições, que limitam o trabalho marítimo.

Já nos casos de Dona Ana e Marcela, ambas viveram períodos de escassez e vivenciaram a luta para implementar a RESEX. Para elas, a presença de um órgão regulador permite o acesso a direitos antes impensáveis ao pescador, como a aposentadoria e período de defeso. E, ainda, em muitos relatos, para alguns pescadores, a presença de um órgão gestor confere o respaldo da perpetuação da população no local, garantindo-lhes suas práticas. Essas diferenças quanto à opinião sobre a RESEX foram marcantes nos relatos coletados. Pescadores mais novos não estavam de acordo com a presença da instituição e pescadores mais velhos eram favoráveis à sua existência.

13 Espécie de camarão, identificado pelo trabalho de Alarcon *et al.* (2018) como *Litopenaeus schimitti*.

Diegues (2007), em seu relatório sobre a patrimonialização e os reflexos no conhecimento tradicional na RESEX de Arraial do Cabo, ressalta que uma das maiores mudanças causadas pela presença da RESEX se deu na modificação ao acesso à determinadas áreas, alterando a forma da pesca naquele ambiente, havendo uma certa inconstância sobre como o conhecimento era passado. Considerações semelhantes foram alcançadas no campo, onde a RESEX contribuiu para a assimilação de novos conhecimentos, sendo a geração com cerca de 30 anos, a que mais precisou se reinventar.

Patrimonializar áreas com populações tradicionais no Brasil, apesar de ter surgido por uma reivindicação de camadas populares, sendo, até hoje, um instrumento em favor dessas populações para com os órgãos governamentais, há de se pontuar que é preciso uma maior flexibilidade, visto que, com o passar dos anos, muitas medidas tornam-se obsoletas e, em determinados contextos, passaram a ser consideradas como objetos de opressão.

1.3 – Economia

Historicamente, as populações humanas possuem uma intrínseca relação com a pesca. Sahrhage & Lundbeck (1992) afirmam que a relação está presente antes mesmo do surgimento da agricultura, cerca de 100.000 anos atrás. No que diz respeito à economia, a pesca sempre representou uma das fontes mais antigas de criação de renda (Sahrhage & Lundbeck 1992), baseada, geralmente, nos modelos de subsistência ou produção local (Diegues 1999), pautados em uma geração de renda, que visava o volume e não o tempo de trabalho (Geistdoerfer 1984). Contudo, nos últimos séculos, com o avanço da tecnologia e maquinários, a relação da pesca foi acompanhando esse avanço e modificando as formas de se relacionar com o mar (Diegues 1983). Diegues (1999) afirma que as mudanças nas relações capitalistas da produção pesqueira, de pequena para grande escala, levaram relações conflituosas, principalmente nos modos de produção.

Hoje, esses conflitos não se limitam apenas aos moldes de produção, como também, pescadores de pequena escala se veem afetados diretamente por problemas ambientais do antropoceno (Bennett *et al.* 2016) e gentrificação de seus territórios (Colburn & Jepson 2012; Santinhos 2014; Souza 2017).

Cumuruxatiba tem sua economia baseada, principalmente, na pesca e no turismo, sendo o último mais rentável (Corá 2006; Di Ciommo 2007; Diegues 2007; Bucci 2009).

Os períodos de maior fluxo do distrito são durante as festas de Ano Novo, Carnaval e Páscoa, coincidindo com os meses de verão.

“Os donos da pousada lá da Areia Preta são lá de São Paulo, tem uns 10 anos que eles compraram aquilo lá” (Carla, dona de casa, 40 anos).

“A dona da pousada Rio do Peixe Pequeno é um doce, ela e o marido são italianos, eles vem pra cá sempre em novembro e voltam pra lá depois do carnaval” (Carla, dona de casa, 40 anos).

Os principais donos das pousadas são pessoas de fora do distrito, principalmente dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e, até mesmo, de fora do Brasil. Isso é refletido na forma em que a concentração de renda é gerada e distribuída, já que as pessoas locais não possuem acesso à maior parcela do rendimento monetário do turismo, o que modifica a forma com que eles se relacionam com o trabalho e a geografia local.

“Muita gente foi enganada com a venda dessas casas. O cabra vendia um lote na frente da praia por 10 mil reais, achando que era um bom negócio e ia morar lá pra areia preta [...] Aí o depois o esperto construía um hotelzão que em um mês recuperava os 10 mil reais” (Linga, pescador e empresário, 60 anos).

“Aqui tinha que ter um controle, alguém que ajudasse o povo nativo a vender, porque os cabra daqui não tem noção de preço lá de fora, para ele pode parecer muito dinheiro, mas pro homem lá de Belo Horizonte ou São Paulo, aquele valor não é nada” (Linga, pescador e empresário, 60 anos).



Foto 12: Site da imobiliária REMAX, no Brasil, disponibilizando a venda de uma fazenda à beira-mar

Fonte: Site imobiliária REMAX¹⁴

O movimento especulatório foi iniciado nas casas mais próximas da faixa de areia, vendidas a valores muito abaixo do mercado e transformadas em pousadas ou casas de veraneio, dinâmica também levantada por Bucci (2009):

“Essas compras eram feitas em grandes lotes, mas, recentemente, algumas pessoas começaram a comprar as casas dos moradores locais, advindas do crescente interesse turístico e especulação imobiliária” (Bucci 2009:66).

Devido a essa situação, muitos pescadores precisaram se deslocar para regiões onde é possível encontrar terrenos mais baratos, como é o caso do morro da Areia Preta (mapa 2), considerada a região mais distante do centro e que possui a maior concentração de pescadores.

“Eu morava lá na beirada da praia, via o mar todinho do meu quintal” (Dona Ana, pescadora aposentada, 63 anos).

¹⁴ Disponível em: <<https://www.remax.com.br/imoveis/a-venda/fazenda/cumuruxatiba/prado>>. Acessado em: 26/01/2020

“O meu vizinho é muito rico, ele quer fazer uma pista de pouso no terreno aqui do lado” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

Dessa forma, na medida em que a fama de Cumuruxatiba cresce, o interesse turístico provoca o aumento dos preços dos terrenos, levando a mais expulsões dos moradores locais. Processo muito parecido ocorreu no distrito de Caraíva (mapa 1), cerca de 160 km das vilas estudadas. Hoje, Caraíva tem o número da população local muito reduzido, tornando-se refúgio de veraneio alternativo para classes médias de outras regiões (Ferreira *et al.* 2018).

“Cumuru vai ficar igual Caraíva, sem nenhum pescador ou nativo, só com os turistas [...]. Os donos de Caraíva são os suíços e o povo de Belo Horizonte” (Vitor, estudante, 18 anos).

O processo de gentrificação é consequência do turismo em massa, que vem ocorrendo na área de estudo, que compreende a RESEX – Corumbau. A principal escusa se deu na geração de emprego; no entanto, a realidade levou ao afastamento do morador local das áreas centrais e à perda de vínculo com o ambiente natural.

“Apesar de tá aposentada, ainda consigo pescar um pouquinho [...], mas desde que o joelho do Josivaldo ficou ruim, fico com medo de sair da minha casa e ir andando até a praia, vai que a onça me pega no caminho, não tenho nem pra quem pedir ajuda” (Dona Ana, pescadora aposentada, 63 anos).

A fala da Dona Ana é a exemplificação desse contexto; ela não tem mais acesso à praia, o que ocasionou a perda do acesso à pesca. Como sua moradia é muito isolada, com vegetação nativa densa, é comum relatos de onças, o que se tornou um medo constante dela.

“Olha vou te dizer uma coisa, eu trabalho todo dia, com uma folga na semana, e recebo só R\$ 600,00 por mês [...] Sim! Não é nem um salário-mínimo, eles só fazem isso comigo porque eu sou analfabeta” (Lúcia, cozinheira, 35 anos).

“Cada pescador tem seus pontos de venda, cada um vende para um hotel, [...] hoje nós pegamos 3 polvos e conseguimos R\$ 100,00, foi o dinheiro que a gente fez essas comprinhas” (André, pescador subaquático, 34 anos).

De fato, o grande número de pousadas e casas de veraneio vem gerando diversas vagas de emprego, porém, o vilarejo não possui uma fiscalização adequada, levando a casos como o da Lúcia, em que postos de trabalho não cumprem as legislações trabalhistas.



Foto 13: Placa indicando as pousadas presentes na estrada, à beira-mar do Rio do Peixe Pequeno.

Fonte: Acervo pessoal

Podemos observar que Lúcia trabalha como cozinheira de um hotel, com carga horária entre seis e dez horas de trabalho, e recebe menos de um salário-mínimo brasileiro, previsto em R\$ 998,00¹⁵. Em contrapartida, André, que é pescador, tem carga horária não definida, trabalha com mais autonomia, e recebe, em média, mais que Lúcia.

“Eu trabalho na construção, de outubro a dezembro, depois vou trabalhando de carpinteiro e pescador até o final do verão. Depois do verão eu fico só na pesca [...] Minha mulher trabalha no hotel de dezembro à abril, depois fica fazendo um bico aqui outro ali” (André, pescador subaquático, 34 anos).

Segundo André, a mulher preenche as vagas do trabalho assalariado, com horas demarcadas e períodos preestabelecidos, apenas no verão. O homem, realiza o trabalho da pesca, com possibilidade de realizá-lo durante todo o ano, enquanto a mulher, após o período de alta temporada, encontra-se em maior vulnerabilidade, dependendo economicamente da produção artesanal do azeite de dendê¹⁶, óleo de coco, produção de farinha de mandioca, entre outros. Pude observar que a agricultura era considerada uma

¹⁵ Equivalendo no dia 10/11/ 2019 a 218 euros.

¹⁶ Também conhecido como Azeite de Óleo de Palma.

extensão da subsistência das famílias; a gestão dessas áreas era feita, principalmente, por mulheres; tais considerações também foram levantadas por Di Ciommo (2007).

“Aqui no quintal nós tem dois tipos de mandioca, milho, mangaba [...] porque assim a gente economiza na alimentação, tem o peixe que o mar dá e a farinha que a terra dá” (Fábio, pescador, 45 anos).

O fluxo turístico tem consequência, também, na criação de mais postos de trabalho para atender novos clientes e moradores. Porém, por ser um distrito com uma população reduzida, não há, por parte dos poderes públicos, uma eficiente fiscalização. São ofertados postos de trabalho, com salários muito abaixo do padrão nacional e, como apenas nos períodos de alta temporada há uma possibilidade de complementar a renda, quase todos os entrevistados afirmaram possuir mais de um posto de trabalho nesse período, podendo ser na construção, cuidadores das casas de veraneio, carpinteiros, mecânicos, entre outros.

“Pra morar aqui em Cumuru o doutor não tem vez não, aqui tem que saber de tudo, ser pescador, mecânico, carpinteiro, o que aparecer nós pega. [...]. Eu tinha 15 anos quando comecei a trabalhar, o mestre me ensinava a pescar e a ser carpinteiro[...] Assim eu fui começando a fazer meu dinheiro e a montar minha família” (André, pescador subaquático, 34 anos).

“Além de mestre sou mecânico, porque a gente tem que saber fazer de tudo” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

“Eu cuido da casa do meu patrão e vivo lá também, meu patrão é muito bom, me paga certinho, é muito bom mesmo” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

Essas atividades são ditas como complementares da economia doméstica, porém, importantes para a renda anual, por serem mais representativas em alguns períodos do ano. Há uma diferença na renda da população local no inverno e no verão, influenciada pelas circunstâncias dos postos de trabalho. Bucci (2009), em seu trabalho, na mesma região, afirma:

“[...] Esses compradores que construíram hotéis e resorts [...] construíram uma nova relação social no vilarejo. Os nativos do local foram sendo (trans)formados em servidores e trabalhadores do turismo, foram/são trabalhadores da construção civil, camareiras, cozinheiras (os), seguranças, jardineiros, zeladores, garçons, gerentes, dentre outras funções” (Bucci 2009: 66).

Ressalta-se que, em alguns casos, o fluxo turístico contribuiu para a emancipação econômica de alguns moradores. De todos os participantes, apenas dois obtiveram êxito;

foi o caso da Bia e do mestre Antônio; ambos abriram suas atividades e conseguiram manter seus negócios, de forma a gerar renda a si e para outros da comunidade.

“Eu deixei de ser pescador e comecei a trabalhar com turismo das baleias. É um trabalho mais tranquilo, que não me afasta do mar, me deixa muito feliz” (mestre Antônio, guia turístico e ex-pescador, 65 anos).

“Eu tive a oportunidade de abrir esse *trailer*¹⁷ (carrinho para comércio de alimentos), hoje trabalho com a minha comida e ensino meus netos a trabalharem aqui” (Bia, cozinheira, 42 anos).

Em ambos os casos, suas atividades econômicas, voltadas ao turismo, modificaram a forma como eles se relacionam com a pesca e a comida. Na fala do mestre Antônio isso é mais claro, pois ele deixa de trabalhar com a pesca e passa a trabalhar como observador de baleias, o que confere toda uma modificação da forma que ele se relaciona com o mar e com os animais.

De maneira geral, os pescadores relataram que boa parte das suas vendas eram realizadas, primeiramente, dentro das comunidades e hotéis, havendo algumas citações de um mercado consumidor de fora do município de Prado. A venda interna nas vilas se dava, principalmente, pela presença de peixarias nas ruas centrais. Outra possibilidade era visitar a casa de pescadores, que informavam, através de placas, a venda do pescado. Já as vendas aos hotéis eram realizadas de maneira informal, consoante a demanda turística. Quanto ao mercado consumidor externo, ao que pude entender, há peixarias de fora do município, cujos representantes viajam até ao distrito para comprar algumas espécies de peixes e camarões.

Observa-se que a pesca é influenciada pela questão econômica. Assim, a transmissão do conhecimento da pesca, conseqüentemente, passa a ser influenciada por esse fator, pois a entrada no mundo da pesca, ou a sua permanência cotidiana, tem como coeficiente decisivo a situação financeira da família. Durante o campo, observei que a economia da pesca atua, de forma direta, na alimentação e na dieta dos pescadores, se estendendo à cultura alimentar do vilarejo. Alguns autores afirmam que a prática da pesca sempre foi

17 Considera-se *Trailer* palavra de origem inglesa para designar veículos dotados de equipamentos e espaços para um alojamento próprio. No caso da Bia foi transformado em um espaço para venda de alimentos.

uma importante ferramenta nutricional para a espécie humana (Sahrhage & Lundbeck 1992).

Com isso, trazendo essa discussão para o contexto daquela comunidade, observou-se que, durante o verão, os pescadores optavam em vender seu pescado mais valorizado a hotéis e cidades do entorno. Como consequência, o pescador via, naquele período, uma oportunidade em faturar, através da venda de uma determinada espécie. Tal escolha afetava diretamente em sua alimentação, pois era preferível vender os melhores peixes, restando-lhes apenas o pescado que não era comercializado.

“Hoje de manhã nós pegamos três polvos e vendemos lá pro hotel Cumuru, conseguimos também esses pescadinhos, que eu vou preparar fritinho” (André, pescador subaquático, 34 anos).

“Peixe bom a gente até come, mas só se sobrar ou se for data especial” (Fábio, pescador, 45 anos).

Essas duas falas reforçam tais afirmações. Em todo o campo, não encontrei, um dia se quer, lagosta, e, apesar de ser um crustáceo comum, havendo uma diversidade de armadilhas destinadas à sua captura, não tive a oportunidade de saboreá-lo, visto que os pescadores optavam em vender aos hotéis; quem o quisesse precisava encomendar.

Em contrapartida, observei que a culinária caseira, para além daquelas vendidas nos restaurantes, era riquíssima de possibilidades. Havia o peixe comercial, atendendo ao imaginário dos turistas sobre o que seria a alimentação local, e havia a comida cotidiana, baseada em uma imensa variedade de produtos de origem vegetal e animais marinhos. Devido ao pouco tempo em campo, não consegui me aprofundar no aspecto da culinária, porém, ressalto que há, localmente, uma riquíssima variedade alimentícia na região e seria interessante pensar em uma pesquisa mais aprofundada sobre a alimentação local e as formas de preparo.

1.4 – A pesca e o mar

A pesca é o centro desse trabalho; compreender as representações do modo de vida, associado à prática pesqueira é perceber como se dão as relações sociais, a organização do trabalho e a compreensão da natureza. Apresentar e discutir os elementos que configuram essa prática representa uma porção importante; assim, assume-se uma abordagem voltada às práticas e técnicas da pesca, permitindo apresentar e analisar as

formas de apropriação do território e como isso é refletido no saber edificado através da natureza.

Como já discutido, o conhecimento ecológico tradicional (TEK) considera que a edificação do conhecimento local surge sob condições específicas de uma área geográfica particular (Berkes 2008; Toledo & Barrera-Bassols 2009; Reyes-García 2009). Esse conhecimento é plural, dinâmico e se encontra em constante processo de mudanças (Berkes 2008; Iturra 2009; Toledo & Barrera-Bassols 2009; Reyes-García 2009). Nesse sentido, a pesca artesanal, enquanto prática, se vê inserida em um espaço de produção de saber, acerca do ambiente natural. A compreensão detalhada de suas dinâmicas e potencialidades conferem uma otimização de práticas, em um espaço histórico-temporal determinado.

O cotidiano transforma o território marítimo costeiro em um espaço afetivo; o evento de entrada ao mar e a captura do pescado dá sentido e significado a essas paisagens (Murieta 2001; Martins 2003). Incorporar significados ao mar é revesti-lo de signos, cotidianamente, tanto à paisagem quanto à sua própria identidade (Murieta 2001; Martins 2003). Evocar, durante o campo, explicações sobre as práticas ou relações das paisagens é, conseqüentemente, evocar memórias, que ratificam o complexo “emaranhado” da formação do sujeito pescador; o *eu* está tão vinculado à paisagem e práticas, que as histórias - ou estórias - para explicar um dado lugar, acabam por confluir em uma narrativa de memórias acerca do meio ambiente, da prática e de *si*, estando eles inseridos sob uma mesma estratificação, com poucas diferenciações.

Por tais razões, optei em abordar o estudo da pesca, enquanto prática territorial e identitária, de forma profunda no capítulo 4. Tal escolha se fez pela dificuldade em dividir, sob um formato linear, as narrativas de *si*, do meio ambiente e das práticas de pesca. Nesse primeiro momento, abordarei a pesca e o espaço marítimo, de forma mais técnica, objetiva e descritiva. Assim, pontua-se que o espaço marítimo, subentendido pelos pescadores, possui delimitações, fronteiras e regras próprias, que evocam valores, tanto territoriais, quanto identitários.

Em uma conversa informal com biólogas e pesquisadoras, que se encontravam em Cumuruxatiba, fui informada que cada vila, pertencente a RESEX-Corumbau, apresentava suas preferências quanto à escolha das técnicas de pesca. Algumas

demonstravam maior influência às técnicas indígenas, da etnia Pataxó; outras com influência similar à de territórios quilombolas¹⁸, do extremo sul da Bahia; já em alguns casos, apresentam similaridades a outras populações ribeirinhas da Bahia. De fato, não pude verificar, ainda em campo, se tais dados estavam corretos e não encontrei nenhuma bibliografia que revelasse tal abordagem. Entretanto, não refuto tais afirmações, pois era possível perceber, através das entrevistas, que os pescadores justificavam suas técnicas, associando-as a de outros grupos étnicos, dando a perceber como há uma relação identitária das práticas da pesca.

“Essa pesca de canoa eu acho que é a mais antiga que se tem aqui[...] eu lembro que quando eu era criança, a gente tinha que ter noção de construir a canoa, todo mais velho sabia construir [...] Isso é sabedoria dos índios antigos, hoje em dia já não se tem mais essa sabedoria, só em Barra Velha pode ser que tem alguém com essa sabedoria” (Linga, pescador e empresário, 60 anos).

Na última fala, observamos que Linga associa a pesca da canoa e a sua fabricação a uma prática ancestral indígena¹⁹; ao final, ele presume que tal prática ainda possa ocorrer em Barra Velha. Essa suposição se dá, pois a vila de Barra Velha - situada no extremo norte da RESEX-Corumbau - é uma das mais afastadas e possui a aldeia indígena mais importante da região, a aldeia Barra Velha, considerada a aldeia mãe de todas as outras.

A diversidade das possíveis origens quanto às práticas de pesca refletem nos diversificados materiais existentes na RESEX-Corumbau, existindo uma variedade de técnicas, objetos e armadilhas, destinados a uma multiplicidade de animais marinhos e costeiros²⁰. À medida que compreendia e me aprofundava nas informações, que me chegavam acerca das técnicas e materiais, uma outra gama de informações surgia. Tentei, diversas vezes, pedir aos participantes que me explicassem sobre as técnicas de pesca e os materiais essenciais para a sua realização, mas o pouco tempo de campo impossibilitou o acesso conciso e completo, que demonstrasse a diversidade das técnicas utilizadas.

18 São considerados territórios quilombolas, áreas ocupadas por remanescentes de grupos étnico-raciais africanos, possuindo uma trajetória histórica própria, dotada das relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida pelo período escravocrata (INCRA 2017).

19 Pontua-se que essa referência se dá à etnia Pataxó

20 São considerados ambientes costeiros a reunião de ecossistemas que existem ao longo do litoral. São manguezais (ou mangais), restingas, dunas, praias, ilhas, costões rochosos, baías, brejos e recifes de corais, entre outros.

Dessa forma, as informações, aqui descritas, dizem respeito às informações principais dos materiais e técnicas citadas pelos participantes da pesquisa. Ressalta-se que essa é apenas uma pequena porção da variedade de técnicas não descritas no presente trabalho.

1.4.1- Topografia marítima

Compreender geomorfologicamente²¹ a região é, sobretudo, compreender as condições ambientais em que essas comunidades estão inseridas. A porção de costa pertencente às vilas de Cumuruxatiba e Imbassuaba é caracterizada como uma planície quaternária²², sua zona costeira é marcada pela presença de recifes de corais e bancos de arenito²³ (foto 14), caracterizando uma *beach-rock* (Silva 2008). Segundo Silva 2008:

“Estes terraços, por vezes, servem de substrato para recifes de corais e algas [...] Bancos de arenito ocorrem também adjacentes à costa, em geral submersos durante os períodos de maré alta [...] Os recifes de corais próximos à costa induzem a formação de feições cuspidatas construtivas na linha de costa” (Silva 2008:5)

21 Campo da geografia física que estuda o relevo da crosta terrestre e as configurações morfológicas da paisagem.

22 Paisagens sedimentares formadas no período compreendendo entre 2,6 milhões de anos até cerca de 10 mil anos atrás, são extremamente úmidas e característico da costa brasileira (Suguito 2003).

23 Bancos de arenito são formações rochosas localizadas paralelas à costa, são elas resultante da consolidação (em arenito) de antigas linhas de praias, ou de um ou mais bancos de areia, tendo como base geológica a sedimentação com carbonato de cálcio ou óxido de ferro (Correia & Sovierzoski 2005).

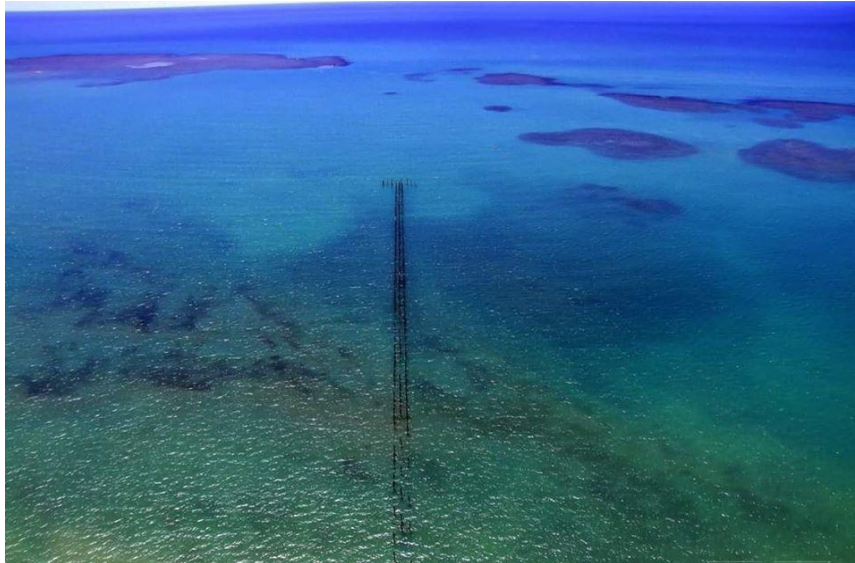
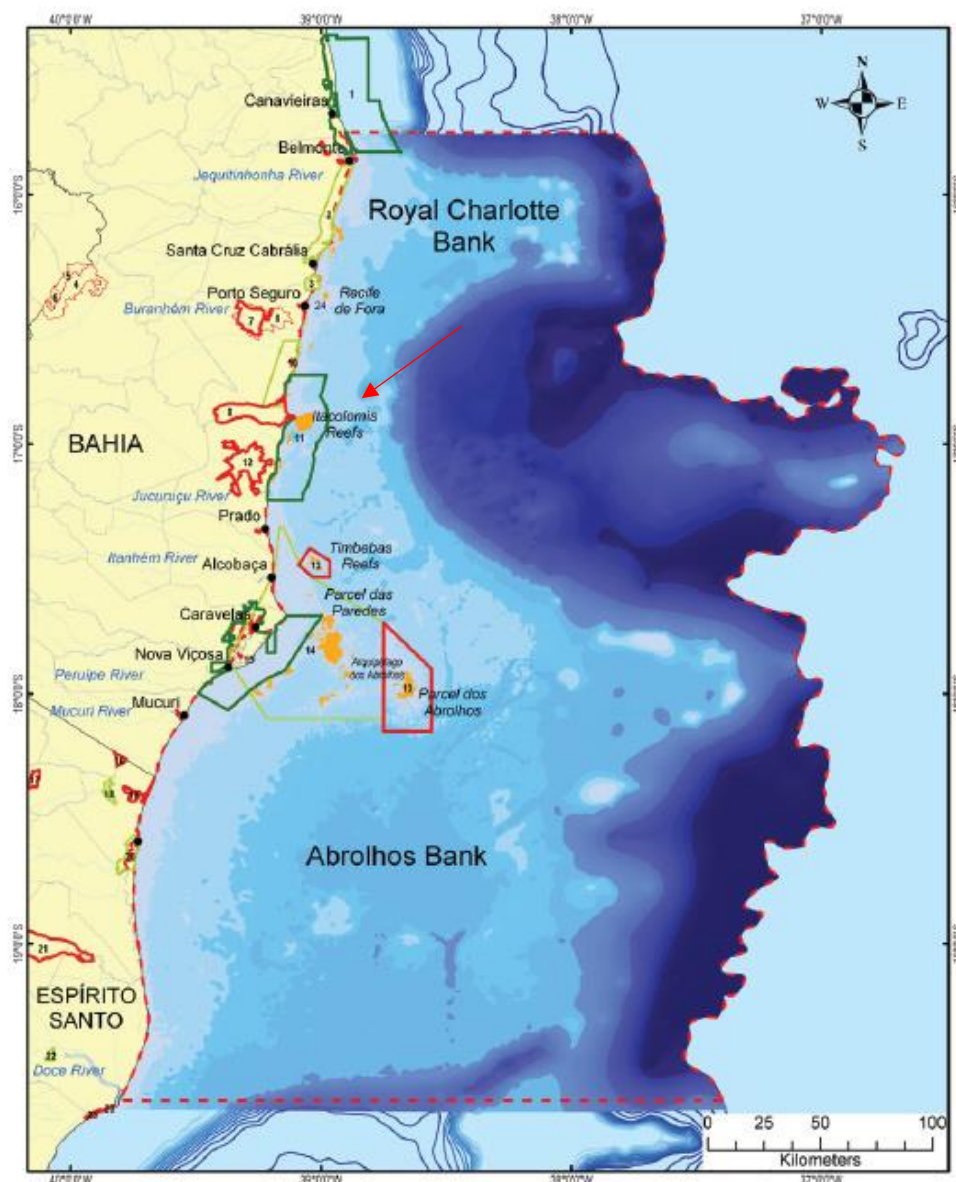


Foto 14: Píer de Cumuruxatiba , visto de cima. Na foto feita em maré cheia, é ainda possível observar as formações rochosas no mar e as diferenças de coloração causadas pela elevação do terreno.

Fonte: Fotografia Janderson Arantes Martins

A RESEX de Corumbau é considerada uma porção do complexo de Abrolhos (mapa 3). Alguns autores (Leão 1999; Dutra *et al.* 2011; Carvalho 2014; Werner *et al.* 2000) o consideram como o maior e mais rico complexo de recife de corais do Brasil e um dos mais importantes do mundo, ocupando uma área de, aproximadamente, 6.000 km² (Leão 1999). Estima-se que no mínimo 1% da diversidade recifal do mundo encontra-se ali (Leão 1999).



Mapa 3: Região que compreende o Banco de Abrolhos. Na seta vermelha indica-se a porção da RESEX - Corumbau.

Fonte: Dutra *et al.* (2011)

Durante toda a extensão entre Imbassuada e Cumuruxatiba era marcante as praias, com a presença de formações rochosas por toda costa (foto 15), que, por vezes, ficavam expostas, quando a maré estava baixa. Na praia de Cumuruxatiba, em especial, havia uma maior elevação do solo (Silva 2008), tendo como resultado, uma baixa profundidade por todo o perímetro antes do recife, sendo possível caminhar longas distâncias com a água ao joelho (fotos 15 e 16). Em períodos de maré baixa, algumas embarcações menores encontravam-se no chão de areia e quando a maré tornava a crescer, elas subiam ao nível do mar (foto 16).

O que diz respeito à topografia da costa, durante vários trechos daquele perímetro, havia paredões, formados, principalmente, por um material argiloso (foto 15), que, em períodos de maré cheia, impossibilitava o trânsito por via terrestre, representando um perigo para os turistas desavisados. Já na pesca, o relevo da costa representava um papel importante na geolocalização marítima; isso porque, a perspectiva do mar, na visualização da terra conferia a compreensão dos pontos pesqueiros.



Foto 15: Costa da praia do Moreira, entre os trechos de Cumuruxatiba e Imbassuaba
Fonte: Acervo pessoal



Foto 16: Praia de Cumuruxatiba durante a maré baixa; é possível observar a exposição dos bancos de recifes, além das embarcações sob a areia. Além disso, é possível verificar uma embarcação maior ao fundo e uma menor na areia.
Fonte: Fotógrafo Cristian Santos

Tal percepção por parte dos pescadores se dá na importante assimilação da cartografia do mar, em relação à terra. Pude perceber que, além das feições físicas da costa, como falésias e o Monte Pascoal, o referenciamento também era feito com casas, árvores, postes, entre outros. A construção mental desse mapa, em referência à geolocalização, possibilitava ao pescador integrar pontos de terra vistos do mar e, assim, correlacioná-los, através da lapidação cognitiva do pescador.

Mestre Albino, em nosso primeiro encontro, pontuou a necessidade de uma pesquisa, na qual os pontos de pesca fossem mapeados por um pesquisador, visto que, nos últimos anos, a paisagem havia se modificado de tal forma que os pescadores estavam com dificuldade de encontrar suas zonas pesqueiras, pois vários pontos de referenciamento estavam se perdendo de forma rápida.

Carvalho (2014) aponta que na região existem dois sistemas de classificação dos recifes marinhos; um refere-se, diretamente, aos pesqueiros, essas pedras possuem nomes próprios e específicos. Já o segundo, denota-se às pedras, que adquirem importância espacial; os pescadores se referem, geralmente, em termos morfológicos. O declive anterior à barreira de corais conferia uma divisão do mar em duas porções; a anterior ao recife de corais ²⁴ (mais próxima à costa) e a posterior ao recife (mais distante da costa). Esse modelo de divisão da praia não ocorria na região de Imbassuaba, isso porque, a presença desses grandes recifes, associados a um declive do solo, era um fator ambiental presente somente no perímetro costeiro de Cumuruxatiba.

“Tem duas formas de saber a profundidade, um é escutar o fundo da embarcação, coloca o ouvido no chão e dependendo do barulho dá para saber a profundidade, dizem que foram os índios nativos que tinham essa sabedora [...] O outro jeito é o jeito dos portugueses, que o Cabral trouxe prá nós! Pega um sabão em barra, e amarra um barbante, e deixa ele descer a embarcação, quanto tu sentir que ele chegou no fundo tu puxa [...] desse jeito marca a profundidade com o barbante molhado e no sabão fica marcado, aí dá pra saber se lá no fundo é areia ou pedra” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

O relevo peculiar transforma o pescador da região, atento às técnicas que possibilitem sua navegação. Em sua fala, mestre Albino exemplifica duas técnicas, utilizadas por pescadores locais, para identificar a topografia marítima; em ambas, ele

24 Não havia uma nomenclatura específica, para essas duas porções, geralmente era referido como “*pra cá do recife*” e “*pra lá do recife*”, contudo pescadores mais novos passaram a assimilar o vocabulário *reef* ou *rifi* para se referir aos recifes.

ressalta a importância de saber a profundidade e o tipo de terreno submerso. Essa atenção à compreensão daquele relevo é o resultado da apropriação do território marítimo e do domínio das potencialidades daquele espaço (Ramalho 2011; Deb 2015), o que, no caso daquela região, torna-se essencial pela presença de diversas formações rochosas.

Saber do relevo submerso faz parte da prática da pesca, não apenas por seu aspecto de segurança durante a navegação, mas, principalmente, porque compreender o relevo diz muito sobre os hábitos de vida dos animais marinhos. Pescadores artesanais não buscam suas presas ao acaso; eles identificam locais submersos específicos, onde encontra-se cada pescado (Leme & Begossi 2004). Quando o pescador compreende tais especificidades, ele associa as espécies marinhas à padrões, hábitos e habitats de cada espécie. Ele passa a ser capaz de elaborar estratégias de pesca, sabendo quais técnicas e materiais deverá usar; esse planejamento e antecipação é importante no processo de pesca.

“Tu vai ver só Roberta! Se amanhã nós for, tu tem que ir de bota porque a caça vai ser lá nas pedras[...] Aí nós já aproveita que a maré tá baixa e eu conheço os esconderijos das lagostas” (Gal, pescador e cantor, 37 anos)

O conhecimento dessas especificidades se deve à compreensão do comportamento e à distribuição das espécies, em relação ao ambiente natural (Leme & Begossi 2004; Ramalho 2011; Deb 2015), ela influencia diretamente nas estratégias a se utilizar, quanto às iscas e materiais, como foi possível observar na fala de Gal.

1.4.2 - Luas e Marés

A topografia é apenas uma parte do agrupamento de fatores ambientais, que atuam, em conjunto, dentro do ecossistema marítimo. Dessa forma, ao falarmos do mar e da pesca, precisamos ponderar entre singularidades e somas ambientais, que se correlacionam entre elas. Além da topografia, o pescador se depara com o ciclo de marés, que atua na paisagem, assim como, em suas decisões cotidianas da pesca.

Como já abordado, a topografia de Cumuruxatiba e Imbassuaba possuem características físicas, que exaltam a influência das marés na região costeira. Quando há baixa de marés, as ondas passam a ter sua arrebentação atrás dos bancos de recifes (Silva 2008); assim, algumas porções da costa, entre as vilas, passam a ter praias sazonais, isto é, com o aumento da profundidade ocasionada pela mudança de maré, haverá um avanço, considerável, em direção à costa, o que resulta no fim de algumas faixas litorâneas.

“A proteção oferecida pelos recifes de corais e bancos de arenito pode variar com o ciclo da maré (sendo mais eficaz durante a baixa mar, quando as ondas arrebatam atrás destas estruturas), ou com a variação sazonal na direção de aproximação das ondas. [...] Nos meses de primavera e verão, quando predominam, nesta região, ondas vindas de leste e nordeste, o recife defronte serve de proteção para a porção sul da ponta; já nos meses de outono e inverno, quando existe uma maior ocorrência de ondas vindas de sudeste, este recife protege a porção norte da ponta” (Silva 2008:8).

Através do estudo de Silva (2008), podemos observar a correlação entre a topografia singular pertencente à região, juntamente ao sistema de marés, e suas variações sazonais no ano. Durante o campo, pessoas dos vilarejos alertavam turistas desavisados sobre o perigo da diferença de marés. Isso porque, muitas vezes, alguém pode estar caminhando pela costa e ser surpreendido pelas marés em alguma faixa de areia, o que o impossibilitaria de retornar, sendo perigoso para quem não conhece a região. Em todas as lojas, hotéis e qualquer outro estabelecimento que atenda turistas, há um informativo (tabulação) sobre as marés, contendo as luas, os horários e, principalmente, as praias onde há maior risco. Um fator curioso é que Príncipe Wied-Neuwid, em sua viagem pela região no século XIX, relata essa característica ambiental, atentando para o cuidado que o viajante deverá ter:

“[...]Outro obstáculo para o viajante, nesse trecho da costa, são os rochedos que, das grandes ribas, se projetam para o mar. Na maré baixa se pode contorná-los em praia enxuta; na alta, porém, é impossível fazê-lo, porque as vagas se quebram, furiosamente, contra eles, lançando a espumarada à grande altura. Uma pessoa que acontecesse estar a meio caminho entre dois desses penedos, embaixo da alta ribanceira da costa, no justo momento da maré começar a encher, correria grande perigo, porque seria então impossível escapar ao rápido afluxo do oceano. É, portanto, necessário que o viajante procure saber com habitantes da região as horas propícias” (Wied-Neuwid 1989 [1816]: 209).

No caso da pesca, as marés, também, influenciarão as técnicas; o pescador deverá considerar os horários e, assim, preparar-se de acordo com ela, operando decisões sobre qual técnica deverá usar para se otimizar a captura ao pescado. Essa compreensão integrada entre topografias e marés faz parte do sistema de uma percepção incorporada dos fatores ambientais, que coopera para a pesca ser entendida e executada.

“Olha, pra quem faz mergulho como eu, as melhores marés são aquelas de lua cheia e nova, pois elas estão vazias de manhã e tudo fica mais exposto de dia, aí fica mais fácil” (André, pescador subaquático, 34 anos).

Na fala de André, verificamos a associação da lua ao explicar o sistema de marés, evidenciando a compreensão de ambas e como elas influenciam na sua pesca subaquática, principalmente, em relação ao período e horário. Os pescadores, ao tentarem explicar o sistema de marés, geralmente, as denominavam com termos do tipo “*maré alta*”, “*maré vazante*”, “*pesca de noite clara*” e “*pesca de noite escura*”, associando a períodos de lua cheia e lua nova. As marés e luas definiam o tipo de pesca a ser utilizada, assim como a materialidade que compõe a prática.

De modo geral, demorei a entender o sistema de marés, pois havia tantos detalhes, que me parecia ser quase impossível assimilar todos aqueles caprichos da natureza. Os pescadores, apesar de pontuarem que havia diferenças, durante o ano, entre as marés, me explicavam que eu deveria estar atenta, principalmente, se era *lua cheia* ou *lua nova* (maré de sizígia) e *lua minguante* ou *lua crescente* (tipo quadratura). Dessa forma, eles me explicavam que, em dias de lua cheia ou lua nova, a maré, pela manhã, encontrava-se cheia, e, pela noite, mais baixa. Já as marés minguantes e crescentes, pela parte da manhã, encontravam-se baixas, enquanto à noite cresciam.

Quando fui ao mar com os pescadores, lembro-me da necessidade da entrada imediata no horário estipulado, pois eles ressaltavam que aquele era o período limite, antes que a maré começasse a crescer. No dia, havia uma lunação minguante e a entrada ocorreu por volta das 16h50. Foi interessante notar que todos, ali, compreendiam as consequências de não adentrarem ao mar naquele instante.

As marés também influenciam na dinâmica dos animais. Ao entrevistar Gal, ele resalta sua preferência em pescar na maré cheia, pois muitos peixes vão até a costa se alimentar. Já André, argumenta, com base na técnica subaquática, que o melhor momento é, justamente, nos períodos de maré baixa, durante o dia, pois há menor profundidade e melhor luminosidade. Outros estudos, também, pontuaram essa correlação entre maré e hábito dos peixes como elementos importantes para o pescador (Grant & Berkes 2007; Carvalho 2014; Deb 2015). Tais atenções se dão na construção dessa cognição ao ambiente natural, que os leva a atentar-se aos fatores abióticos e bióticos.

1.4.3 - Condições atmosféricas

O sistema de navegação em seus fatores atmosféricos, segundo Silva *et al.* (2017), a região está sob o regime de clima, caracterizado como “pseudo-equatorial”, sem estação

seca, pois suas chuvas são distribuídas, durante todo o ano, com maior frequência nos meses de verão. O regime de ventos com maior influência são os ventos leste, nordeste, sudeste e sul-sudeste (Silva 2008). O regime de ondas segue as mesmas direções dos ventos, sem qualquer outro tipo de influência significativa (Silva 2008). Os ventos para o pescador podem representar um aliado ou um malfeitor. De modo geral, eles identificavam os ventos principais, associando-os, em suas explicações, ao lugar onde surgiam, como foi explicitado na fala de Gal:

“O vento que prejudica o pescador é esse aqui, o Noroeste, ele que dá Tsunami. Outro que coloca o pescador pra correr é o sudoeste, ele bota muita onda gigante, o sul a mesma coisa [...] Pra pesca o melhor é o Nordeste, ele bota mais rajada de vento, mas ele vem baixo, e não é vento de castigar. Agora, o vento sul, ele vem alto e bota muita onda gigante, aí tomba até o barco [...]. Todo vento que tá pra rumo do oeste é perigoso, porque tá pra rumo da terra” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

Nesse recorte, é possível verificar que os ventos mais temidos pelo pescador são aqueles que advém da porção oeste (terrestre); esses ventos alteram o tamanho das ondas e, como pontuado por Gal, a exemplo do sudoeste, “*ele bota muita onda gigante*”. Alguns pescadores também relatavam que nem todo vento calmo é bom para pescaria, como exemplo, o vento, dito como “Leste”, de acordo com os relatos, não contribuíam na pesca.

De modo geral, o vento mais citado era o Nordeste, pois, apesar de ainda ser considerado forte, era mencionado como constante, quase todo o ano, o que parecia conferir ao pescador uma certa habilidade da pesca, associada a esse vento. No trabalho de Guimarães (2009), ele aponta que os ventos mais frequentes da região são os de nordeste, gerando ondas de transporte longitudinal na direção sul; já os ventos sudeste e sul estão associados às frentes frias (Guimarães 2009).

A média de precipitação anual é de 1.750 mm; entre os meses março e maio ocorre 35% da precipitação anual, ou seja, 612 mm (Guimarães 2009). O clima “pseudo-equatorial” confere precipitações durante todo ano, contudo, nos meses de verão, há maior quantidade de chuvas; já o período de seca ocorre no inverno. As precipitações decorrentes do inverno, estão associadas à Frente Polar Atlântica, que alcança a região nesse período (Silva *et al.* 2017; Guimarães 2009).

Assim, em diversas entrevistas, era possível verificar a atenção que os pescadores davam à precipitação e, ao contrário das marés, topografia e ventos, não coletei nenhuma informação sobre técnicas, nas quais o pescador pudesse se favorecer das diferenças

atmosféricas. A atenção à precipitação era um ponto importante, pois poderia colocar em risco a vida da tripulação ou levar à destruição da embarcação.

Visto isso, por ser um fator ambiental, do qual o pescador artesanal não poderia criar ferramentas, que pudessem otimizar sua pesca, observei a atenção a saberes, com o intuito de ajudar o pescador a reconhecer as mudanças de vento e precipitação. Uma discussão mais aprofundada do tema encontra-se no capítulo 4.

A chuva, entretanto, nem sempre representava um fator que impedia o pescador de acessar o mar e realizar sua prática. Quase como unanimidade, todos os participantes afirmavam que, dependendo da precipitação²⁵, era criado um ambiente favorável para a pesca. Alguns chegaram, até, a relatar que gostavam de pescar em dias com uma precipitação branda.

1.4.4- Caracterização da pesca

Segundo o monitoramento pesqueiro (Minte-Vera 2014; Pratavieira 2015), que ocorreu na RESEX Corumbau, em 2014, Cumuruxatiba possui 31% da captura total da região (gráfico 1), correspondendo a mais representativa. Segundo Pratavieira (2015), tal porcentagem pode estar associada à pesca de arrasto de fundo, por ser uma técnica que obtém uma captura “acidental” de espécies. Já Imbassuaba, onde a população era, consideravelmente, menor e não havia indicativos da prática de pesca de arrasto, correspondendo com 5% do total de pesca da região.

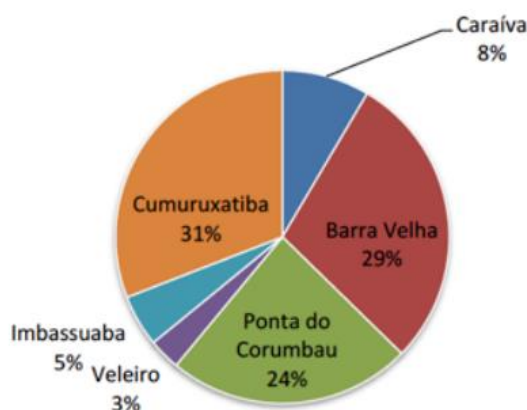


Gráfico 1: Proporção das capturas totais por comunidade na RESEX Corumbau.

Fonte: Pratavieira (2015)

²⁵ Se considerado seu volume e o tipo de vento.

Dentre as modalidades apresentadas pelo levantamento pesqueiro (Minte-Vera 2014), as técnicas de pesca são variadas, como espinhel, arrasto de fundo (balão)²⁶, linha, redes, entre outros (gráfico 2). Algumas dessas técnicas me foram pontuadas com frequência, dentre elas, a pesca de balão (ou pesca de arrasto de fundo), mergulho (subaquática), rede de espera e tarrafa. Apesar da variedade de práticas de pesca existentes na RESEX-Corumbau, apresentarei apenas as mais relevantes ao presente trabalho.

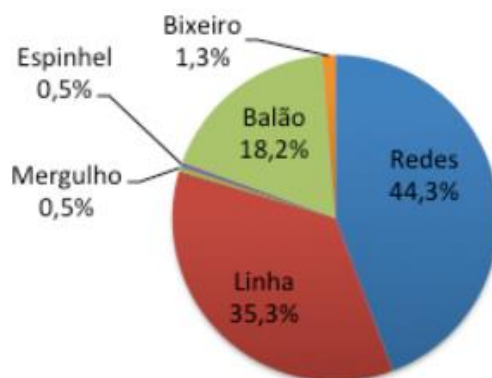


Gráfico 2: Modalidades de pesca e a sua representatividade em Cumuruxatiba.

Fonte: Pratavieira (2015)

Como observado no gráfico 2, a pesca de balão ou pesca de arrasto era, sem dúvida, a mais citada em todas as entrevistas, e, também, a mais polêmica. A técnica dividia opiniões, principalmente, na dicotomia entre pescadores mais jovens e mais velhos, na qual o segundo grupo se posicionava contra essa técnica, pois, a consideravam extremamente danosa ao meio ambiente.

“E esses moradores de Cumuru fazem pesca de arrasto e acaba com tudo ali [...] Vê só! Prado tá muito mal na pesca, Cumuru também e Imbassuaba está ficando e é culpa da pesca de arrasto. [...] Tá acabando pra Cumuru e vem o povo todinho pra nossa praia” (Dona Ana, pescadora aposentada, 63 anos).

Segundo o plano de manejo da RESEX-Corumbau, há, em seu texto, inúmeras restrições sobre esse tipo de pesca, sendo a única permitida a “*Arrasto de Portas Simples de Fundo*”:

“7.2.4 - “Arrasto de Portas Simples de Fundo”, respeitando o limite de: a) uma rede operando por embarcação; b) máximo de 15 (quinze) metros de tralha superior; c) captura de pescado por

26 Durante as entrevistas comumente eram denominadas “pesca de balão” ou “pesca de arrasto”.

embarcação não excedendo a 300 (trezentos) quilos por dia ou 1500 (um mil e quinhentos) quilos por mês” (Plano de Manejo 2002:9).

Segundo Bucci (2009), Carvalho (2014) e Pratavieira (2015), essa modalidade de pesca era relativamente nova na região e, provavelmente, introduzida na década de 1970, com a chegada de embarcações a motor. A prática consiste em uma rede cônica, presa na embarcação, que se desloca no fundo do mar quando em movimento. Para a realização desse tipo de pesca, são necessárias embarcações maiores (foto 16), com, aproximadamente, 5 a 9 metros de comprimento e motor com potência de 8 a 20Hp (Minte-Vera, 2014; Pratavieira 2015). No trabalho de Pratavieira (2015), ela define a pesca de Arrasto de Portas Simples de Fundo como:

“Os barcos fazem uso de rede de arrasto simples de popa, uma única rede operada sem o auxílio de tangones nem de guincho. A rede varia entre 13 e 17 metros de abertura. Os pescadores de Cumuruxatiba preferem utilizar as redes escuras ou mistas. As chamadas redes escuras são de polietileno e polipropileno e as redes mistas, sendo a parte inferior de polietileno ou polipropileno e a parte superior da panagem de poliamida. [...] Os arrastos são realizados em lances de uma hora e meia a duas horas de duração, sendo que são feitas entorno de 4 a 6 voltas por lance no mesmo pesqueiro” (Pratavieira 2015: 19).

A pesca de mergulho ou pesca subaquática, apesar de ter baixa representação (gráfico 2), foi muito presente em todo o campo, isso porque, um dos participantes da pesquisa executava tal prática, o que possibilitou um entendimento mais profundo. Tal como a pesca de balão, essa modalidade divide opiniões, sobretudo por seu caráter altamente seletivo do pescado, ocasionando a redução drástica do estoque de espécies mais visadas (Stori 2005; Bucci 2009). Segundo o plano de manejo da RESEX – Corumbau, essa prática fica definida como:

“7.2.11 - “Pesca de Mergulho Livre”, com armas de pressão ou elástico, considerando que: a) somente pescadores cadastrados como “principal” ou “secundário” poderão praticar a pesca de mergulho livre; b) os pescadores devem possuir credenciamento específico para esta atividade; 10 c) o limite máximo diário de captura é de 50 (cinquenta) quilos e uma peça no mar. No rio Caraíva a pesca de mergulho é permitida somente para peixes maiores do que 5 (cinco) quilos, entre a boca da Barra e 100 (cem) metros para o interior do rio; d) é proibida a pesca de mergulho no Alto e Altinho da Barra Velha, Pedra da Pescada da Aldeia e nas Zonas Marinhas Protegidas e Zonas de Uso Restrito, definidas no artigo 5º” (Plano de Manejo 2002: 9-10).

O participante, em questão, afirmou estar cadastrado na RESEX como pescador subaquático e realizava a pesca sem ajuda de cilindros, essencialmente em apneia, tendo

como principal material de captura, uma arma de pressão ou arpão. De acordo com ele, era fundamental a entrada ao mar com roupa de neoprene. Sua captura se dava em pontos de pesca específicos, pois o foco estava na captura de peixes maiores, geralmente próximos à corais e em zonas um pouco mais profundas.

A pesca de “*rede de espera*” é englobada, segundo o gráfico 2, no grupo das *redes*, e, de fato, observei que essa modalidade de pesca é a principal no cotidiano das vilas estudadas. A técnica consiste em uma rede com, aproximadamente, 100 metros de comprimento e 3 metros de profundidade; dentre os materiais para sua confecção há os fios de nylon, que compõem a malha da rede, variando em sua espessura (40mm e 50mm) e trançado. Além disso, na porção superior da rede, havia boias de isopor, o que possibilitava sua flutuação e a porção inferior contava com pequenos pesos de cobre, que permitiam que a rede afundasse. Em sua extensão poderia haver, ou não, iscas espalhadas²⁷, nas duas pontas da rede, além de uma estrutura de madeira com uma bandeira colocada ao topo, para que se pudesse localizá-la, no fim do dia.



Foto 17: Pescador reparando sua “*Rede de Espera*”

Fonte: Acervo Pessoal

27 Atenta-se que em outras bibliografias esse modelo de “Rede de Espera com iscas” é considerado uma outra modalidade de pesca, contudo, como essa diferenciação não foi dada pelos participantes durante as entrevistas. Optei por permanecer na linha de raciocínio que me foi dada. Acredito que os pescadores optaram por essa explicação, por facilitar meu entendimento das práticas.

Apesar das descrições consistirem, quase sempre, nas mesmas, pude observar adaptações, que os pescadores aplicavam no dia-a-dia. Geralmente, os pedaços de madeira eram galhos de árvore de Biriba (*Eschweilera ovata* (Cambess.) Mart. ex Miers.); as bandeiras das extremidades eram sacos plásticos e os pesos de cobre eram substituídos por garrafas PET, com cimento no seu interior.

Essa modalidade de pesca era realizada durante quase todo o ano e, ao que pude observar, sua execução se dava antes dos recifes, muito próximo à costa. A prática dependia de uma embarcação pequena, a motor, com capacidade de até 3 pessoas, denominada de baitera (foto 18).



Foto 18: Baitera em conserto à beira-mar e sem motor
Fonte: Acervo pessoal

Para a pesca de polvo e lagostas havia diversos materiais, que realizavam a função para esse tipo de captura. Esses materiais estavam de acordo com a área escolhida pelo pescador, que, nesse caso, era muito influenciado pelas marés. Em marés cheias havia diversos sistemas de captura de polvo e crustáceos e, em marés mais baixas, o sistema era outro. Isso porque, a captura, em marés baixas, era realizada, principalmente, nos recifes já expostos, o que não acontecia nos casos de marés cheias. Segundo o Plano de Manejo da RESEX, são permitidas apenas:

“7.2.6 - “Pesca de Polvo” com o uso de bicheiro, ficando proibido o uso de alavancas ou quaisquer instrumentos que possam danificar as tocas ou recifes, e respeitando o peso mínimo por indivíduo de 300 (trezentas) gramas” (Plano de Manejo 2002: 9).

“7.2.7 - “Pesca de Lagosta” com o uso de facho luminoso, rede de espera e covo, respeitando os tamanhos mínimos e período de defeso publicados em portaria pelo IBAMA” (Plano de Manejo 2002: 9).

Não consegui coletar informações mais precisas sobre as técnicas de pesca desses dois tipos, contudo, através das entrevistas, foi possível observar que boa parte dos pescadores ressaltavam a importância da pesca em maré mais baixa, consequência do reconhecimento quanto aos abrigos desses animais.

A pesca de tarrafa, apesar de pouco citada no decorrer das entrevistas, era pontuada como uma importante técnica de introdução das crianças no ambiente marítimo; uma vez que era possível ser realizada, ainda na costa, em regiões mais rasas, não existindo a necessidade da embarcação.

A modalidade é executada em uma malha de fios de nylon, em formato circular, com um raio de, aproximadamente, 3 metros de diâmetro. As bordas dispõem de pesos de chumbo, que permitem que afundem e, no centro, há uma corda de retinida, que permite que o pescador ixe a rede. Quando utilizadas com embarcações, geralmente, são baiteiras ou canoas.

É através do conhecimento ecológico tradicional que o sujeito edifica o saber-fazer das diversas práticas de pesca. Essa relação está concatenada pela forma com a qual se apropria do ambiente e cria a sua tecnologia pesqueira. É ele que edifica sua cultura material, que pode ser entendida como um processo ecológico, no qual o comportamento humano, bem como dos objetos, está sob o condicionante das circunstâncias (Evans-Pritchard 1978). Nas vilas Cumuruxatiba e Imbassuaba a cultura material e sua apropriação do território marítimo seguem entre similaridades e diferenças, reflexo das peculiaridades territoriais e sociais que cada uma das vilas possui.

CAPÍTULO 2- A CRIANÇA

O que levaria um pai ou avô a levar sua criança ao mar? Qual o momento em que esse familiar percebe que é o momento certo? Ao trabalhar a transmissão do conhecimento, essa é a primeira indagação que se deve fazer sobre uma consideração tão particular.

Pude perceber que há todo um desenvolvimento cotidiano, que determina se a criança está apta ou não a ascender ao universo da pesca. E é esse desenvolvimento que será tratado no Capítulo 2. Aqui, buscarei trabalhar a família, o gênero e os primeiros contatos, ainda em terra, da criança com a pesca e como ocorre a lapidação desse saber, muito antes da entrada ao mar.

2.1 – A família na transmissão do conhecimento da pesca

“[...] Quem te ensinou a navegar?
Foi o tombo do navio,
Ou foi o balanço do mar
Ô marinheiro, marinheiro [...]”
(Música de domínio público)

A música tradicional da Capoeira de Angola anuncia a pergunta “*quem te ensinou a navegar?*”, nos trazendo a noção de que para navegar é preciso, antes de mais nada, aprender. Ela também manifesta a importância do desenvolvimento corporal nesse processo. Se na música ela nos omite a presença de um mentor, o mesmo não acontece em Cumuruxatiba, onde a presença de alguém que transmite o conhecimento é essencial para esse aprendizado.

Como você aprendeu a pescar? Essa foi uma das primeiras perguntas feitas aos participantes e dela surgiram respostas variadas:

“Eu não tinha pai pra me ensinar, tinha que acordar cedo pra ir buscar alguém que quisesse me ensinar” (Fernando, pescador, 29 anos).

“Aprendi com meu avô, porque meus pais me tiveram muito cedo e sempre vivi com eles” (André, pescador subaquático, 35 anos).

“Meu pai é o melhor pescador que se tem aqui, ele ensinou todos meus irmãos, daí aprendi desde novinho” (Gal, pescador e cantor, 34 anos).

“Eu ensinei todos os meus 12 filhos, mas só um saiu pra pesca” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

Em todos esses relatos está presente a importância da figura familiar, como uma peça no aprendizado da pesca. As comunidades pesqueiras abrigam uma gama de saberes dos sistemas ambientais, nos quais estão inseridos, o que implica um conjunto de práticas cognitivas, culturais e ambientais, que são resultados das transmissões geracionais, que permitem a execução do saber-fazer marítimo (Ingold 2000; Diegues 2007; Toledo & Barrera-Bassols 2009). Dessa forma, parte desse cenário de transmissões se dá no ambiente familiar (Frazão-Moreira 1993; Ingold 2000; Garcia *et al.* 2007; Toledo & Barrera-Bassols 2009), com particularidades expressas, de acordo com gênero, idade e situação econômica.

A presença ou ausência dessa figura familiar se fazia essencial, pois a aprendizagem da pesca está em adquirir uma consciência sofisticada do próprio corpo e das capacidades cognitivas (Ramalho 2011). O não desenvolvimento dessa consciência, ainda na infância, mostra-se como elemento a definir um “bom” ou “mal” pescador.

“Quer ver se um pescador é bom mesmo, pergunta a profissão do pai ou do avô, basta ver se a família é de pesca, vou te dá um exemplo. Se você é filho de um pedreiro, mas tem 25 anos de pesca, você nunca vai ser como um pescador que foi criado como um pescador, porque a sabedoria é diferente. Mesmo se você sabe que tem que usar “essa isca”, você não vai saber usar da melhor forma possível, só quem tem essa sabedoria é quem cresce aqui” (Linga, pescador e empresário, 60 anos).

Cada pessoa, dentro de sua geração, transmite aquilo que lhe foi recebido dos seus antecessores. Logo, cada geração é uma representação de uma trama de relacionamentos, envolvimento, percepções e ações com o ambiente. Já Iturra (2009), nos acrescenta que todo grupo social precisa transmitir, socialmente, a experiência acumulada; logo, assume-se que relações de parentesco estão sempre se renovando, resultando sempre em inovações nesse acúmulo de experiências.

Nesse aspecto, Linga, ao afirmar a importância da família na formação do sujeito pescador, fala dessa trama, dessa carga geracional, que um sujeito traz de uma família de pescadores e opta por continuar a profissão; fala da herança de envolvimento, percepções e ações, facilitadas no seio familiar, além da possibilidade do desenvolvimento das capacidades corporais, ainda jovem (Ingold 2000; Iturra 2009; Ramalho 2011; Moraes 2011).

A família torna-se a ponte responsável pelos primeiros contatos da criança com a

pesca. Tal inserção é feita de diversas formas, em diversos momentos do desenvolvimento infantil. Sendo assim, a composição familiar, aspectos econômicos e de gênero podem influenciar nesse contato inicial com a pesca (Garcia *et al.* 2007; Toledo & Barrera-Bassols 2009), pois a forma em que são submetidas as percepções no desenvolvimento, o condiciona a agir e conceber o seu entorno de diferentes formas (Frazão- Moreira 1993; Ingold 2001).

Frazão- Moreira (1993), em seu estudo sobre o desenvolvimento do saber doméstico, aponta que a educação doméstica é atravessada pelo modo pelo qual as relações afetivas se estabelecem, levando a instigar a importância de compreender como se dá essas dimensões no contexto de Cumuruxatiba.



Foto 19: Criança auxiliando os familiares a retirar as algas presas na rede.

Fonte: Acervo pessoal

Para explicar a transmissão do conhecimento da pesca, penso ser essencial apresentar a composição familiar dos participantes, pois ajudará no entendimento de alguns padrões examinados durante as entrevistas e nas observações flutuantes, e assim, estipular as considerações necessárias para esse estudo. Iturra (2009) aponta que compreender a genealogia permite captar o lugar que cada um ocupa naquela estrutura de relações.

Em Cumuruxatiba, apesar de não haver dados estatísticos sobre gravidez na adolescência, era comum andar pelo distrito e se deparar com meninas, na faixa etária de 14-17 anos, grávidas ou com bebês recém-nascidos, da mesma forma que era comum

conversar com mulheres de 50 – 60 anos, que relatavam serem bisavós. Durante as entrevistas, os participantes davam-nos pistas sobre o quão comum era essa questão; muitos afirmaram terem sido criados pelos seus avós e confessavam que seus filhos são criados pelos seus pais. Da mesma forma era comum a fisionomia de espanto, quando eu afirmava ter 26 anos e não ter filhos.

“Na semana que minha filha nasceu, eu tinha feito 19 anos e a mãe dela tinha 16. Eu lembro que, naquela semana, passei fome, porque não consegui pescar, não tinha um centavo no bolso” (Fernando, pescador, 29 anos).

“Quando minha filha teve a segunda bebê eu disse que ia dar ao primeiro que passava na rua. Mas quando eu vi a carinha dela, disse que eu é que ia criar” (Dona Ana, pescadora aposentada, 63 anos).

De forma geral, o esquema genealógico (figura 2) recorrente em Cumuruxatiba nos demonstra que, geralmente, as crianças são criadas pelos avós. Não consegui observar se há uma preferência pelos avós paternos ou maternos; pareceu-me muito equiparado, sendo a escolha vinculada pela família mais estruturada economicamente.

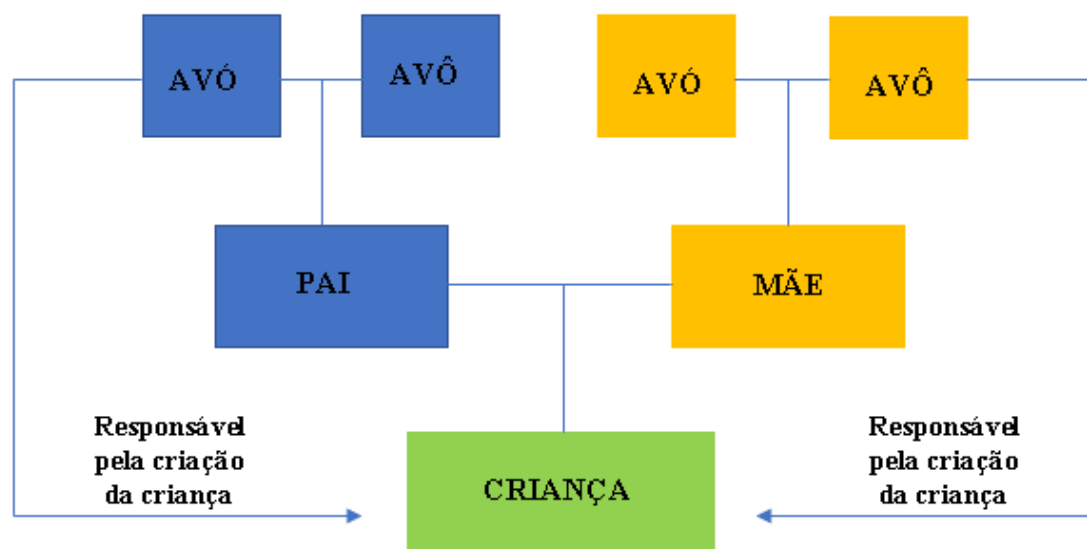


Figura 2: Esquema genealógico recorrente encontrado nas entrevistas.

Fonte: Acervo pessoal

“Eu tenho quatro filhas, tudo mulé, mas só duas são filha mesmo, as outras, na verdade, são neta, mas eu é que registrei e criei.” (Dona Ana, pescadora aposentada, 57 anos).

Sendo assim, os primeiros contatos da pesca são feitos através do responsável pela criança, os avós ou avôs, ou, até mesmo, qualquer outra pessoa que conviva na mesma

casa, geralmente tios ou tias. O pai ou a mãe, naquele contexto, não eram os responsáveis, por absoluto, da transmissão, porém considerações diferentes foram encontradas por Garcia *et al.* (2007), ela afirma que a transmissão é realizada, essencialmente, entre pais e filhos. Assim, é possível observar que, independente da composição familiar, a educação pesqueira se faz no ambiente doméstico.

Tais concepções, tanto aquelas trazidas por Garcia *et al.* (2007) ou as encontradas em campo, indicam que, nessa idade, a transmissão do conhecimento segue modelos, principalmente, verticais (Hewlett & Cavalli-Sforza 1986). O ambiente doméstico e as relações de parentesco tornam-se cerne desse capítulo; a educação sobre a pesca se fazia, sobretudo, de forma oral e através da observação ativa das crianças. Por se tratar de um distrito com um forte contexto da pesca, o trabalho passa ocupar a rotina daquelas famílias e é, sob aquele contexto, que permeia o trabalho cotidiano, que as crianças vão sendo inseridas nas tarefas domésticas, e conseqüentemente, no mundo do trabalho (Frazão-Moreira 1993). Frazão-Moreira (1993) aponta que as crianças participam do mundo adulto, mediante a imitação e é através do encorajamento de tais práticas, pelos mais velhos, que essas crianças progridem no saber-fazer.

Se é no ambiente doméstico que a educação se matiza, no contexto de Cumuruxatiba, onde, geralmente, são os avós que assumem o principal papel na criação dos netos, podemos concluir que, caso o pai do pescador abdicasse do trabalho da pesca, não afetaria a transmissão do conhecimento para a próxima geração, visto que, o conhecimento transmitido, pula uma linha geracional e, seguindo essa mesma lógica, afetaria, apenas, a próxima geração. Ingold (2000) nos traz a seguinte percepção:

“As every person in the chain is but intermediary, passing on to successors the rudiments of being received from predecessors, what each does in his or her life - though it may influence the possibility of transmission - has no bearing on its content” (Ingold 2000: 135).

Ao considerar a posição de Ingold (2000), podemos refleti-la dentro de nossas possibilidades, ou seja, independente de quem esteja na linhagem sucessória da transmissão do saber, essa pessoa será apenas intermediária de um conhecimento, que, uma vez adquirido, permanece. No entanto, o que cada um faz, individualmente, de suas vidas é o que poderia ser o fator decisivo na possibilidade, ou não, de transmitir aquele conteúdo. Com isso, podemos garantir que, em Cumuruxatiba, mesmo que uma geração não acumule o conhecimento da pesca, isso só influenciaria na terceira geração. Em todo

caso, como dito anteriormente, há fatores que influenciam na possibilidade dessa transmissão; um deles é o deslocamento espacial dessas gerações, sendo esse um fator decisivo.

“Meu filho levou meu neto quando fez 12 anos lá pra Vitória²⁸. No início ele me ligava todo dia, era um sofrimento que dava dó, agora, depois de 6 meses, eu vou pra lá convencer meu filho de trazer meu neto de volta” (Bia, cozinheira, 42 anos).

No caso da Bia, ambas as gerações possuem o conhecimento da pesca (filho e neto). Porém, se decidido que a criança permanece em Vitória, apesar das duas últimas gerações terem acumulado o conhecimento da pesca artesanal, essa transmissão, dificilmente, ocorrerá para as próximas.

Assim, a transmissão do conhecimento da pesca artesanal pode ser influenciada pelo local em que os descendentes optam viver, visto que ela é a expressão do íntimo contato da população local com os fatores ambientais (Ingold 2000; Diegues 2007; Toledo & Barrera-Bassols 2009), que os fazem criar um domínio de técnicas, sob um determinado espaço (Moraes 2011).

A possibilidade de realizar a pesca artesanal é dependente de toda uma estrutura, como proximidade do mar, material e conhecimento local. O não acesso a qualquer um desses fatores pode impossibilitar ou dificultar a transmissão do conhecimento. Tais influências podem ser decisivas para as próximas gerações. Considerações semelhantes foram pontuadas por Bucci (2009), e, no caso de Cumuruxatiba, as mudanças induzidas pela turistificação em massa têm provocado o deslocamento dos moradores locais e o sucateamento dos postos de trabalho, fatores esses, que influenciam no vínculo das próximas gerações naquele espaço, e dessa forma, dificultam a transmissão de conhecimento, podendo interrompê-la.

2.2- O gênero

Se, até o momento, assumiu-se que as relações de parentesco e a presença, ou não, do trabalho da pesca no seio familiar podem influenciar a transmissão do conhecimento

²⁸ Vitória é a capital do estado brasileiro Espírito Santo, situado cerca de 470km de Cumuruxatiba. É a capital mais próxima do distrito.

da pesca, o aspecto do gênero da criança se mostrou determinante para a transmissão e acumulação do conhecimento.

“Eu tenho duas irmã que pesca mesmo! O grupo da gente é federal [...] Elas de tudo sabem um pouco, mas elas não são homem que nem a gente não. Porque nós homem saímos com mais dom, mais talento que elas. Mas elas aprendeu também, fizeram muito esforço para conseguir” (Gal, pescador e cantor, 34 anos).

“Aqui é cheio de mulé que diz que pesca, mas na verdade a minha geração foi a última de mulher que pescava, agora é tudo no máximo marisqueira” (Dona Ana, pescadora aposentada, 57 anos).

Aqui temos dois relatos, com diferenças de gênero e idade. No primeiro relato, o participante justifica que, apesar de suas irmãs pescarem, elas, por serem mulheres, não possuem talento ou “dom”, ratificando que a capacidade da pesca está para além de uma relação *prática x aprendizado*, mas, sim, um “dom”, que, naquele contexto, estaria vinculado ao gênero masculino. Tal constatação fica evidente em sua fala “*porque nós homem saímos com mais dom, mais talento que elas*”.

Considera que o “dom”, apontado por Gal, não estaria associado às aptidões individuais e reais dessas mulheres, mas, sim, a uma definição social preestabelecida (Frazão-Moreira 1993). É no processo educativo da pesca e nas divisões de trabalho doméstico designado, que essas diferenças vão sendo construídas e vão moldando as subjetividades daquelas crianças (Frazão-Moreira 1993)

Os autores Adomilli (2002) e Garcia *et al.* (2007) afirmam, em seus trabalhos, ambos realizados em comunidades pesqueiras no Brasil, que o papel assumido pelas mulheres se dá na assistência ao homem que vai ao mar. Esse papel coadjuvante resulta em uma criação diferenciada das meninas, na qual o ato de educar e transmitir o saber é atravessado pela posição que ocupa o gênero daquela criança (Frazão-Moreira 1993).

Já no segundo relato, quando Dona Ana afirma que a última geração de mulheres pescadoras era a dela, nos evidencia três coisas: a primeira é que havia um grupo de mulheres pescadoras; a segunda é que, hoje, já não há mais mulheres na pesca, e a terceira, que há mulheres que reivindicam o espaço da pesca, apesar de não o ocuparem. No final do relato ela pontua que, se há mulheres na pesca, são no máximo marisqueiras²⁹, nos

29 Atividade pesqueira que tem por finalidade a recolha manual de mariscos.

abrindo outra porta de reflexão, quanto à diferença do prestígio da recolha de mariscos e o porquê de as mulheres passarem a ocupar esse espaço, aparentemente, desprestigiado.

Motta-Maues (1999), apresentou considerações similares sobre as atividades de pesca, realizadas por mulheres. Ela aponta que tudo aquilo concebido pelas práticas femininas é considerado “não pescados”; há uma desvalorização daquilo que a mulher produz no ambiente da pesca, onde apenas aquilo que o homem, habitualmente, produz pode ser considerado um pescado.

Durante os meses de campo não consegui observar, de forma mais profunda, essas afirmações, porém, a partir desses relatos e da observação flutuante, era clara a escassez de mulheres como protagonistas no trabalho da pesca, com a exceção da vice-presidente da associação de pescadores. Já a atividade de marisqueira foi comumente apresentada como secundária à economia familiar.

Toledo & Barrera-Bassols (2009) afirmam que, no seio familiar, o conhecimento se divide de acordo com gênero e idade, pois cada membro realiza as atividades que outorgam ao conhecimento de sua particularidade. Assim, surgiram inquietações que me levaram à seguinte pergunta: “*Afinal, as meninas de Cumuruxatiba aprendem a pescar?*”.

“Ensinei para todas as minhas filhas a pescar na pedra, mas elas não seguiram não” (Fábio, pescador, 45 anos).

“Todas as minhas filhas sabem pescar um pouco” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

De fato, os participantes apontavam que as meninas aprendiam a pescar ainda muito novas, mas elas não entravam no mercado de trabalho da pesca. Sua aprendizagem era parcial, em um nível recreativo e costeiro; a edificação do saber da pesca e todo aprendizado corporal, naquele contexto, limitavam-se às pequenas experimentações, próximas à costa. Nesse raciocínio, se o aprendizado da pesca se dá, essencialmente, na costa, é uma consequência que o trabalho realizado por elas também se dê nessa fronteira. Por isso, quando dona Ana afirma que “*no máximo elas são marisqueiras*”, podemos supor que esse seja o resultado do aprendizado da menina no mar.

Considerações semelhantes foram dadas por Adomilli (2002), que, em seu trabalho, afirma a presença de mulheres no exercício da pesca, porém sempre em regiões

próximas à costa. Naquele contexto o homem assume o papel de “provedor” da casa e a mulher, o papel de principal ajudante (Garcia *et al.* 2007; Adomilli 2002).

Paola Tabet (1979), em seu artigo “*Les Mains, les outils, les armes*”, aponta que, ao contrário da caça, homens e mulheres acessam a pesca, porém os homens possuem o domínio da pesca de grandes peixes, enquanto a mulher está restrita a peixes menores, próximos à costa e a moluscos e crustáceos. Ela denomina essa limitação da mulher a esses espaços, como uma hierarquia de poder do gênero masculino sobre feminino. Dessa forma, a transmissão do conhecimento da pesca, nos seus modelos expansivos ou limitados, é expressão de uma educação voltada para a manutenção da hierarquia entre os gêneros, principalmente na infância. Essa configuração contribui para a forma como são constituídas as subjetividades das mulheres e homens e, sobretudo, a ideia de imagem corporal, muito presente no caso da pesca (Butler 1990; Foucault 2015).

Ao acompanhar esse raciocínio, as meninas que são criadas no ambiente familiar, com forte presença da prática da pesca, poderiam ter acesso a uma grande diversidade de materiais e recursos, o que possibilitaria sua entrada e aprendizagem da pesca, sobretudo em regiões distantes da costa (Tabet 1979). O não acesso ao conhecimento a esses materiais torna-se um fator limitante ao poder da pesca (Tabet 1979), cabendo a elas aprender as técnicas associadas aos materiais que lhe foram designados.

A ideia de um *corpo feminino* também atravessa a possibilidade dessas crianças acessarem outros ambientes da pesca. O corpo é a ponte entre o *saber* e a *prática* da pesca; para isso há a necessidade de edificar diversas habilidades e, sobretudo, uma musculatura corporal, que permita atuar nesses espaços. O desenvolvimento dessa musculatura, muito associado ao ideal de um *corpo masculino*, afasta essas crianças ou jovens do ideal de feminilidade, do que seria visto como um *corpo feminino*, criando uma barreira, que impossibilita o avanço das práticas ao mar. No mais, podemos acrescentar à Tabet (1979) que essa visão binária de gênero (Butler 1993) pode ser vista como mais uma forma de regular e atuar, de forma opressiva, sob esses corpos femininos.

Em 2007, Di Ciommo (2007) realizou uma pesquisa na RESEX de Corumbau, na qual ela aponta que, naquela região, 90% das mulheres autodeclararam que realizavam a pesca de rede e 100%, a pesca de molusco ou crustáceo. Essa autodeclaração corresponde ao que foi dito anteriormente; de fato as mulheres aprendem a pesca e as técnicas que

envolvem o saber-fazer próximo à costa. Por outro lado, durante a observação flutuante, esses resultados não foram apoiados, pois a atuação feminina, no trabalho cotidiano da pesca, era escassa.

Quando assumimos que Cumuruxatiba é um distrito, cuja principal atividade de trabalho é a pesca e que as mulheres, apesar de se autodeclararem pescadoras (Di Ciommo 2007), não acessam, de forma igualitária, o trabalho e o conhecimento da pesca, supomos que não haverá acesso igualitário ao rendimento monetário dentro de casa, nascendo, assim, o seguinte questionamento “*qual o mercado de trabalho dessas mulheres para além da pesca?*”.

Como já apresentado no capítulo 1, além da pesca, a atividade hoteleira, nos períodos de alta temporada, permite que os moradores daquele distrito assumam postos de trabalho assalariado, geralmente ocupado por mulheres, sendo os mais comuns nas cozinhas dos hotéis. Já em períodos de baixa temporada, elas precisam adaptar-se a outras atividades, atuando na pesca de mariscos ou na agricultura.

Os dados estatísticos fornecidos por Di Ciommo (2007) são referentes às coletas de dados, realizadas em 2004, conferindo 16 anos de diferença entre o panorama observado por ela e aquele encontrado na presente pesquisa. Contudo, algumas perspectivas sobre o trabalho da mulher em Cumuruxatiba, em um contexto de diferença de 16 anos, podem ser salientadas. Ela pontua os seguintes dados:

“Em relação aos benefícios, apenas cerca de 17% das mulheres tem acesso ao lucro com a venda dos peixes, enquanto que 26% tem acesso aos lucros por serviços prestados aos turistas, apesar desses serviços serem prestados em grande parte pelas próprias mulheres, em alojamento, comércio e artesanato, o que representa uma defasagem entre o acesso ao trabalho e acesso ao benefício” (Di Ciommo 2007: 158).

Tais dados podem nos dar pistas do que foi dito anteriormente, quanto à relação de trabalho assalariado e o acesso à pesca. Com a mudança no panorama econômico do distrito, principalmente associado ao crescimento do turismo na região, as mulheres começaram a conquistar a possibilidade de emancipação financeira através do turismo, mesmo que longe das condições trabalhistas previstas por lei. Isso pode justificar a fala anterior de Dona Ana, ao afirmar que sua geração foi a última de mulheres pescadoras.

Logo, é possível verificar uma relação entre a economia familiar e o gênero, sendo pautada, principalmente, pelas diferenças em que são designados o acesso ao mar entre homens e mulheres. Nessa análise, observou-se que o trabalho assalariado, através do turismo, adentrou naquele contexto e foi modificando o cenário da economia doméstica, nascendo, assim, mais um questionamento, “*Como o panorama de gênero e econômico pode afetar a transmissão de conhecimento da criança de Cumuruxatiba?*”.

Garcia *et al.* (2007) aponta que cabe aos homens ensinar aos meninos a pesca, afirmação similar à Diegues (2007), e à mulher, as atividades relacionadas ao auxílio terrestre do trabalho marítimo. Portanto, ela afirma que, em muitos casos, a mulher não se percebe como trabalhadora, e, sim, como auxiliar do trabalho do marido. Essa relação, construída na subjetividade da mulher, leva as meninas a se perceberem enquanto ajudantes da atividade pesqueira.

Em Cumuruxatiba, considerações semelhantes foram levantadas; de fato, as atividades de trabalho dos pais afetam na forma em que a transmissão do conhecimento é passado, pois atuam, diretamente, na construção da subjetividade. Filhos ou netos homens transformam-se em possível mão de obra para auxiliar na pesca marítima e, assim, ajudar na economia da casa. Já as meninas, pelo fato de não acessarem à pesca, acabam por auxiliar as avós ou mães em outros trabalhos, o que faz com elas se identifiquem enquanto não trabalhadoras. Isso é refletido na construção da subjetividade da menina, que passa a perceber que a única possibilidade de emancipação financeira é através do trabalho assalariado, garantindo uma quantia mensal.

Isso acaba conferindo uma diferença de *gênero x especialização*, com consequências no aperfeiçoamento do saber marítimo, de diferentes formas e percepções, que vão desde compreender a natureza até no desenvolvimento da sua musculatura corporal. Motta-Maués (1999), em seu trabalho realizado no ano de 1999, pontua que, naquele período, eram escassos os trabalhos sobre mulheres na pesca, porém, nos 21 anos seguintes, percebe-se mudanças nesse panorama. Entretanto, ressalta-se que, ainda, é difícil encontrar estudos nessa temática que discutam o gênero e a pesca de forma ampla ou que, simplesmente, abordem as mulheres e as visibilizem como força de trabalho real, dentro dessas atividades.

2.3- Entendendo o universo da pesca

Durante o trabalho de campo tive um escasso contato com crianças, perfazendo um total de 3 meninas para 2 meninos³⁰. Com elas, fui acompanhando suas relações com a natureza, o mar e os animais. Nas conversas, formais ou informais, percebi que os primeiros contatos dessas crianças com a pesca, se dava, no ambiente cotidiano doméstico, através da alimentação, das conversas e arrumações.

O universo à volta fornecia, para essas crianças, os elementos necessários para aprender. Iturra (2009) e Ingold (2001) afirmam que uma criança aprende dentro de um sistema sensorial já estruturado, e é ali, que ela constrói as condições necessárias, que a permite desenvolver suas habilidades. As práticas e técnicas que as crianças aprenderão no seu processo de ensino, fazem parte de um conjunto de elementos preestabelecidos socialmente (Iturra 1989).

Esse ambiente cotidiano é formado por diversos elementos do mundo da pesca, assim, a criança, que tem acesso precocemente a esse universo, dispõe de um diferencial na transmissão do conhecimento. Ter acesso à cultura material da pesca, ainda muito jovem, pode permitir à criança desenvolver todo um aparato relacionado à linguagem e compreensão dessa cultura.

Para tal constatação, pude observar, em uma visita à casa do Mestre Albino, o diálogo entre um adulto e duas crianças. O adulto solicitava às crianças, de 8 e 3 anos, ajudarem-no a levar ao carro os materiais necessários da pescaria. Nesse processo, ele ia designando os objetos oralmente e as crianças precisavam apanhá-los em uma sala e entregar ao adulto. Aquela breve atividade permitia às crianças sofisticarem seus vocabulários e associações sobre a pesca, havendo, também, uma colaboração entre elas, na qual a mais velha ajudava a mais nova a reconhecer os objetos solicitados.

Iturra (1989 2009), Frazão-Moreira (1993) e Toledo & Barrera-Bassols (2009) afirmam que a transmissão do conhecimento, muitas vezes, é feita de forma oral, não havendo, necessariamente, a escrita, pois, em muitos casos, a memória e a oralidade são mais importantes no papel da transmissão. O que pude observar, naquele contexto, é que a oralidade era uma chave importante na educação. Ao tomar o exemplo anterior, quando

30 Tal fato muito associado à necessidade de, primeiramente, conhecer os pais, adquirir uma confiança, para, então, acessar as crianças.

os adultos narram para as crianças os materiais que necessitam, eles permitem a transmissão do conhecimento sobre a cultura material da pesca, tendo como recurso a oralidade.

O cotidiano permite tais assimilações. No caso dos materiais, por exemplo, a criança que possui maior acesso, poderá desenvolver associações entre *pesca x técnicas* com maior complexidade que as crianças que não possuem. Esse acesso aos materiais e a construção sofisticada dessas associações permitem que elas possam desenvolver suas preferências, influenciadas pelas técnicas realizadas pelos antecessores na linha geracional.

“Eu comecei a pesca de arpão, porque meu pai já pescava assim, aí fui pegando o material dele e fazendo também” (André, pescador subaquático, 35 anos)

Nessa fala, podemos verificar que a relação da pesca submersa de André teve uma grande influência ao acesso que ele possuía a esse material. Com isso, conclui-se que a criança, geralmente, segue as particularidades das técnicas realizadas pelos seus antecessores, podendo-se, então, associar uma facilidade de acesso aos materiais, conferindo uma maior vantagem em relação àqueles que não a possuem.

Dessa forma, essa rede de relacionamentos entre os objetos, relações familiares e sociais, passa a possibilitar uma construção da cultura material, visto que as pessoas não constroem do zero sua cultura material e, sim, passam a vincular-se através dos relacionamentos, dos quais constituem (Evans-Pritchard 1978). E, na medida em que estabelecem relações com os materiais (Iturra 1989), podem dar continuidade às práticas associadas a eles.

Se o material contribui para que as crianças passem a ter um amplo vocabulário, permitindo a introdução à cultura material da pesca, observamos também, que, em um distrito como Cumuruxatiba, cuja principal atividade econômica é a pesca, a alimentação torna-se um grande aliado nessa dimensão. Essa consideração foi obtida através do seguinte diálogo:

Mãe: Tyler, o que sua avó fez pra você comer?

Filho: Peixe

Mãe: Não foi um daqueles peixes elétricos da baloagem não?!

Filho: Foi

Mãe: Já falei pra tua avó não te dar esses peixes elétricos, que você é muito criança para comer ele toda semana.

Ponto aqui a seguinte afirmação, “*Não foi um daqueles peixes elétricos da baloagem não?!’*”; tal consideração conecta a alimentação da criança a uma característica fisiológica “*peixe elétrico*” e a forma como ele foi pescado “*da baloagem*”³¹. Nesse sentido, é possível observar que, apesar de a criança não estar inserida em uma família que vive da pesca, como é o caso de Tyler, ele foi capaz de responder às duas afirmações, levando a crer que sabe do que se trata.

A criança, desde seu nascimento, está inserida em um ambiente altamente estruturado; ela vai acessando, no cotidiano, sons e falas, que vão sendo interpretadas no seu desenvolvimento. É também nesse ambiente que a criança vai desenvolvendo aspectos auxiliares da sua competência (Frazão-Moreira 1997; Ingold 2001; Iturra 2009), como é o caso do desenvolvimento da musculatura corporal para a realização da pesca.

No caso de Tyler, o desenvolvimento da linguagem, associado à cultura pesqueira, é também realizado no ambiente familiar. Entretanto, a alimentação se torna a via de acesso dessa criança. Os comandos verbais extraem significados dentro de um contexto, e, assim, dão possibilidades a um campo prático (Ingold 2001). Logo, o conhecer das palavras representa os primeiros passos para a estruturação e desenvolvimento em adquirir quaisquer habilidades. É através da oralidade que as habilidades e práticas da pesca são transmitidas (Diegues 2007).

Essa dinâmica permite considerar que a pesca artesanal possui uma linguagem verbal e corporal própria, que modifica de região para região, através da consciência do mundo natural e marítimo que o cerca. O corpo e a linguagem de um biólogo marinho não são os mesmos de um pescador, apesar de ambos tratarem o mar como *locus* do ambiente de trabalho. Isso, a meu ver, diz respeito à maneira como esse indivíduo é educado e como as relações se estabelecem.

Visto isso, a educação marítima inicia-se antes na linguagem, veiculada pela oralidade e seu desenvolvimento é feito de acordo com as relações que esses indivíduos estabelecem, tanto entre pessoas, como pelo ambiente. Pessoas criadas em diferentes ambientes desenvolvem percepções ambientais distintas, e, assim, passam a agir de

31 “Baloagem” pode ser definida como o ato de realizar a pesca de balão.

acordo com aquilo que, outrora, fora ensinado (Ingold 2001; Iturra 2009; Reys-García *et al.* 2009).

“Hoje a gente vai comer moqueca de cação, porque tá no período de defeso do camarão e a gente só tá com isso no freezer, mas eu juro que vou fazer bem gostoso” (Marcela, dona de casa, 60 anos).

Cumuruxatiba tem como base alimentar os recursos marinhos; isso é dado como consequência da atividade econômica pesqueira, ficando perceptível quando a mãe pergunta ao filho se o peixe era proveniente da pesca de balão, ou quando Marcela justifica a alimentação daquele dia pelo período do defeso. Na verdade, ambas as falas traduzem o mecanismo de acesso que essas pessoas tiveram ao alimento; o saber da pesca e dos períodos associados estão ali contidos, no cotidiano do cozinhar.

O vínculo direto que a população possui com a pesca, através da alimentação, constrói uma configuração diferenciada com aquela, comumente, encontrada em grandes cidades. Isso porque a forma, pela qual esse alimento chega é outra, e a relação do consumo também. A criança, por sua vez, começará a acessar o conhecimento da pesca de diferentes formas, permitindo talhar esse saber. A criança tem seus primeiros contatos, efetivamente, com a pesca entre os 8-13 anos; até aquela idade é preciso compreender como se dá o acesso ao peixe e quais são acessíveis para a alimentação, qual a linguagem associada, e como os ciclos não humanos interferem nesse acesso.

A alimentação, na sua ação cotidiana, contribui para o entendimento da cosmologia da pesca, introduzindo, gradualmente, tudo aquilo que o jovem aspirante a pescador precisa compreender. Dessa forma, a criança vai decodificando a pesca e acessando aos poucos aquele mundo.

“Eu achei ele (marisco) hoje aqui na areia, pedi para minha avó cozinhar, e perguntei a receita. Você sabia que dá para comer e depois usar a concha?” (Manoela, neta da Bia, 6 anos).

Durante a entrevista com Bia fomos interrompidas por sua neta, que chegou até a mesa mostrando um marisco encontrado à beira-mar. Temos aí uma menina, do gênero feminino, criada pela avó e os bisavôs (figura 2), sendo a bisavó marisqueira.

Manoela nos aprofunda, cada vez mais, nessa dialética. Ao caminhar à beira-mar, ela recolhe um marisco³², tarefa acessível para pessoas que não possuem a agência de entrar ao mar. Com base no aprendizado que, até então, foi acessível para aquela criança, ela nos informa que o objeto encontrado é muito além de uma simples concha; ela sabe que se pode colher, levar para casa e utilizar na alimentação. No mais, ela também ressalta que perguntou a receita, dando a perceber que há um interesse daquela criança em todo o processo, desde a captura até o consumo. Ali ela vai talhando o saber, instigando a curiosidade, dentro do mundo que lhe é acessível.

Temos nessa breve ação um pequeno resumo do que foi trabalhado até o momento. A avó desta menina é dona de um pequeno *trailer*, que vende comida local, destinada, principalmente, à turistas. Como discutido anteriormente, as mulheres de Cumuruxatiba apenas conseguem sua emancipação financeira, através do trabalho assalariado em via do turismo, atuando, principalmente, com a alimentação. Bia, apesar de autônoma, ainda trabalha com a alimentação e o turismo.

Manoela, por sua vez, é criada pela avó (Bia) e, apesar de haver o contato da pesca dentro de casa, por parte do seu bisavô, ela se identifica com o através do trabalho da avó. Isso fica claro quando ela solicita para Bia cozinhar o marisco, que mostra interesse no saber-fazer da atividade profissional da avó. A maturação do saber e as percepções do mundo a sua volta se dão através do que os autores referem como imitação (Frazão-Moreira 1993 1997; Iturra 1989 2009; Ingold 2000). É através da cópia de ações cotidianas que o indivíduo faz as associações necessárias para aprender; é partindo do imitar que as bases cognitivas se estabelecem.

À luz de Bourdieu (2002), considera-se que o aparato biológico, do qual a linguagem se incorpora é conferido através de um conjunto dos aprendizados. Sua complexidade de expressão não se limita apenas à linguagem, podendo ser expressa em diversos universos, dentre os quais o autor cita a forma de utilização dos instrumentos, que, apesar de pequenas modificações, atribui-se o peso do saber usar. A forma automática, na qual o corpo se expressa, são traços de memória dos acontecimentos sociais; tais automatismos, ele denomina de *habitus*. Qualquer nova experiência que o

32 No momento não pude tirar foto, mas o marisco encontrado era do tipo mexilhão, similar às espécies *Mytella falcata* ou *Perna perna*.

indivíduo venha a incorporar, irá integrar-se dentro do seu *habitus*, de forma a reinterpretar e assimilar essa estrutura.

Toda criança tem o interesse de aprender, de reproduzir aquilo que as pessoas do seu entorno fazem (Iturra 2009; Reys-García *et al.* 2009), e é através da lógica da experimentação e da imitação, que essas crianças vão aprendendo e se introduzindo no mundo adulto (Frazão-Moreira 1993 1997; Ingold 2000; Iturra 2009; Reys-García *et al.* 2009). Essas experimentações são a melhor forma de aprender.



Foto 20: Criança auxiliando a puxar a rede
Fonte: Acervo pessoal

Com isso, a pesca, em seus contatos iniciais, se desenvolve fora do mar; ela é o resultado de ações e associações cotidianas, nas quais o seio familiar e hábitos coletivos influenciam na pré-formação desse pescador, permitindo a construção do seu *habitus*, sendo ela, parte importante da subjetivação, que compõe o sujeito pescador, podendo ser de forma limitante ou integradora, mas sempre atuante.

CAPÍTULO 3 – O JOVEM

Se no capítulo dois, buscou-se trabalhar as influências que poderiam condicionar o sujeito fora do campo marítimo, aqui, vamos trabalhar os primeiros contatos, ainda na infância, e como era feito esse percurso. Antes, abordou-se os aspectos que permeiam a *transmissão vertical* (Hewlett & Cavalli-Sforza 1986; Reys-García *et al.* 2009), agora, será acrescentada mais uma via.

3.1- Primeiros passos

“A primeira vez que eu fui pescar, foi com o pai lá no Cahy”
(neto do Fabio, 4 anos).

A experiência da entrada ao mar, com objetivo da pesca, é algo marcante na vida de um indivíduo. É a possibilidade de a criança ser inserida no mundo adulto e isso só ocorre após certa maturidade, definida, não pela criança, mas sim, pelo adulto que opta em acompanhá-lo. Para tal, é preciso que a criança, inicialmente, ganhe a confiança dos pais, supere suas imaturidades e consiga um nível de autonomia que a leve a conquistar o mundo marítimo sob outra perspectiva.

O trabalho da pesca, nos momentos inaugurais, se apoia em limitados esforços físicos e cognitivos, orientados sempre pelas figuras dos pais, avós ou tios. Essas crianças vão se iniciando através de pequenos serviços em embarcações menores e próximos a costa (Ramalho 2011). Não há uma idade comum ou uma idade “certa” para essa iniciação, e, sim, um sentido de capacidade corporal e cognitiva para ingressar. No trabalho de Amorim (2015), ela ressalta a fala de um pecador, na qual, segundo ela, a pesca se aprende “fazendo, vendo e ouvindo”, e, quando há alguém interessado em aprender, é na prática que esse sujeito adquire o saber. E é o querer “fazer” e ser autorizado a fazer que promove os primeiros passos nesses serviços.

No dia das mães fui convidada, por um participante, a uma festa em sua casa; havia um grande jantar e toda a família foi convidada. Por ser um evento familiar, os mais jovens optaram por ir pescar e levar as crianças consigo; na volta, essas crianças, de 3 e 8 anos, estavam, absolutamente, eufóricas. Era evidente perceber que, naquela idade, a pesca representava a possibilidade de participar do mundo adulto, da mesma forma que os jovens pescadores, mesmo que de forma mais contida, apresentavam uma euforia da experiência do ensinar.

Para as crianças, a pesca se mostra como um fascínio por aquele ambiente, um divertimento contido no saber. Um universo tão grande a ser conquistado por elas, que abrem para a preparação intelectual e corporal, a fim de moldar os sentidos (Iturra 2009; Reys-García *et al.* 2009; Ramalho 2011). Essa criança começará, então, a construir sua identidade, através das emoções sobre o mar (Amorim 2015).

A construção do sujeito pescador é feita em etapas, na relação *ensino x aprendizado*; a capacidade de transmitir o conhecimento da pesca para as próximas gerações é tão importante quanto aprender. Se, naquele dia, para as crianças, ir ao mar representava a maturidade, e a entrada em um mundo adulto, para o jovem que se disponibilizou em levá-las, também significou a superação de um obstáculo, ou seja, ser capaz de transmitir a pesca para as próximas gerações, também é sinônimo de maturidade; é um processo de entrada no mundo da mestrança.

Garcia *et al.* (2007), em seu trabalho, possuem considerações semelhantes. Ao citar Szymanski (2004), nos traz que o processo de educação da pesca é uma relação bidirecional, que envolve trocas intersubjetivas, dentro dos sistemas familiares e de afetos. Tais trocas permitem o desenvolvimento mútuo, não apenas para as crianças, mas também, para o adulto. Dessa forma, o estabelecimento dessas relações se ressignificam após uma certa idade; elas deixam seu caráter vertical, e agregam um sentido de transmissão oblíqua (Hewlett & Cavalli-Sforza 1986).

Como já pontuado nos capítulos anteriores, é na experimentação, nas brincadeiras do cotidiano, no imitar os mais velhos e no auxílio doméstico, que essas crianças vão compreendendo seu entorno (Frazão-Moreira 1993 1997; Iturra 2009). Esse modelo de aprendizado doméstico se estende até as primeiras experiências ao mar. Caria (2002) ao discutir a noção de *habitus* na aprendizagem, pontua:

“O *habitus* é definido [...] como um conjunto de esquemas pré-reflexivos (disposições) de percepção, apreciação e antecipação que foram produzidos no agente social. Estes esquemas são o resultado de um trabalho e inculcação pela prática (ver fazer e fazer acompanhando os que sabem fazer) em que o agente social interioriza, de modo sistemático e coerente, as estruturas de relações de poder, a partir do lugar e da posição que nelas ocupa, e exterioriza em práticas as disposições (os esquemas pré-reflexivos estruturados) que antes interiorizou” (Caria 2002:137).

Se tomarmos como exemplo o relato anterior, a entrada ao mar é feita em pequenas experimentações, que se configuram na assimilação da pesca, através das experimentações práticas do ambiente pesqueiro. É no ver e no fazer que se matiza o aprendizado (Amorim 2015). Ao refletirmos sob essa perspectiva, compreendemos, mais profundamente, quando um pescador sugere a necessidade dos vínculos familiares na formação de um “bom” pescador. Essa noção é reflexo do intrínseco contado desses jovens, desde a infância, com os múltiplos estímulos, que possibilitam a interiorização dos elementos, que compõem a pesca, ainda prematuramente, assegurando sua reprodução social.

“Eu ensinei o meu sobrinho a pescar, um dia ele pegou um polvo [...] o meu pai ficou muito orgulhoso” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

“Eu tenho muitos alunos, vê só meus sobrinhos, o mais novo tem 8 anos e já consegue até pescar polvo” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

Gal é pescador, vem de uma família tradicional da vila e, dos 5 irmãos, apenas ele seguiu a profissão. Assim, tornou-se encarregado em ensinar aos sobrinhos o conhecimento da pesca; ele diz “*eu tenho muitos alunos, vê só meus sobrinhos*”, pontuando o seu papel, subentendido, como professor, ao referi-los como *alunos*, mas, também, reafirmando a sua capacidade de transmissão dentro do contexto familiar, ao exemplificar seus sobrinhos.

Dito isso, se o conhecimento da pesca é transmitido, inicialmente, no seio familiar, ele, em sua geração, é o que tem maior propriedade em transmitir. Ao pontuar “*o mais novo tem 8 anos e já consegue até pescar polvo*”, há uma ideia incutida da dificuldade de “*pescar o polvo*”, associando à idade de “*8 anos*”. Dessa forma, ele se reafirma através dos feitos dos seus alunos, nos mostrando que ensinar é importante na autoafirmação do pescador.

Se é na prática que esse saber se estabelece, Gal torna-se o principal mentor desses jovens; ele é a ponte ao acesso da pesca e, nesse processo, o desenvolvimento dos sentidos é essencial no aprendizado; é preciso desenvolver a audição, a visão e o tato, de forma específica, para executar tais técnicas (Ramalho 2011; Amorim 2015). Considera-se o desenvolvimento dos sentidos uma característica física e cognitiva, moldada no universo cultural da pesca, a fim de obter as capacidades necessárias para se ter êxito (Ingold 2000).

Quando ele narra a capacidade desenvolvida por seus alunos, há a demonstração do êxito na transmissão da pesca, principalmente no contexto do desenvolvimento cognitivo sensorial. Ao que pude perceber, há uma importância nesses primeiros ingressos, na construção da cognição e da motricidade fina, em relação à pesca.

Na fala, “*o meu pai ficou muito orgulhoso*”, pode se subentender que há uma tradição familiar, aqui vinculada à cultura da pesca, na qual, aprender a pescar é assumir, individualmente, a tradição que a família carrega. Tornar-se pescador, no seio familiar, é aprender, não apenas, as técnicas, mas toda uma tradição e símbolos. Estar orgulhoso, no caso do avô, pode significar presenciar duas gerações que se comunicam para dar continuidade aquilo que ele, outrora, transmitiu; a reafirmação da dificuldade na pesca do polvo pauta uma ideia do êxito no que está sendo transmitido.



Foto 21: Criança auxiliando o pai
Fonte: Acervo pessoal

O conhecimento é um conjunto de saberes e crenças transmitidas, culturalmente, através das gerações (Berkes *et al.* 1994). A pesca artesanal, segundo Ramalho (2010), envolve uma complexidade dos sentidos do pescador; pescar é um jogo, que contém beleza, maestria, desafio e orgulho da captura. Ao tratarmos as técnicas transmitidas e a sensação de orgulho do avô, podemos acrescentar que transmitir as técnicas e se obter êxito é a continuidade da cultura do trabalho marítimo às próximas gerações; é a garantia da reprodução social da pesca.

3.2 – O esculpir do corpo, da mente e dos sentidos

Fazer-se pescador é um processo gradual, que envolve adquirir consciência do corpo, através do refinamento dos sentidos. O corpo do pescador é um território inseparável do qual se torna, é nele a efetivação da pesca e a concretização do universo cognitivo (Ramalho 2011); a prática é o resultado de estruturação histórica do próprio sistema nervoso do pescador (Nunes 1999).

“Mas ser bom professor não garante que eles vão pegar a pesca, tem que ver se eles vão enjoar muito, por que no início é normal” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

Se anteriormente discutimos que a pesca, em Cumuruxatiba, tem relação com a transmissão no seio familiar, podendo ser influenciada pela tradição, no instante em que Gal assume que “*ser bom professor não garante que eles vão pegar a pesca*”, verificamos que a continuidade dentro da pesca, enquanto profissão, depende de outros fatores, que vão muito além da tradição familiar e da forma que é transmitida; ela depende dos fatores fisiológicos do aprendiz.

“Eu, por exemplo, sempre fui muito enjoado no mar, até que quando meu pai tava desistindo foi naquela altura que eu peguei jeito não enjoei mais” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

Nos dois casos, ele evidencia que o enjoo é normal no início, mas a persistência desse mal-estar é apontada como um fator determinante para a continuidade na pesca, como salientado nos trechos “*tem que ver se eles vão enjoar muito, porque, no início, é normal*” e “*meu pai tava desistindo*”. Considerações semelhantes foram encontradas nos trabalhos de Adomilli (2002), Ramalho (2007; 2011) e Ferreira (2012), que ressaltam que *enjoar*, com frequência, torna-se um fator fisiológico limitante para a continuidade na pesca.

Transformar a pesca em profissão requer resistência para adquirir uma sensibilidade ao mar; é aprender a ter equilíbrio e a compreender a vida marinha. Para isso, o pescador precisa enfrentar diversas etapas no desenvolvimento corporal. Cabe à pessoa que o acompanha ter a capacidade de auxiliar esse jovem no seu desenvolvimento.

“Pra ir no mar com a criança, no início, tem que colocar uma corda na cintura da criança e ligar com a nossa, pra criança não cair” (Fábio, pescador, 45 anos)

“Se vocês forem pro mar pra depois do *reef*,³³ vocês morrem ou chegam aqui só pele e osso” (André, pescador subaquático, 34 anos)

“Puxar rede não é pra você não, com essa mão fininha vai abrir tudo” (André, pescador subaquático, 34 anos).

Com esses três relatos tento dar mais embasamento ao meu argumento. No primeiro, temos o pescador Fábio, que explica como ele realiza a entrada de uma criança ao mar. Com sua técnica, ele busca auxiliar no equilíbrio e garantir que a criança não cairá fora da embarcação, visto que, nos momentos inaugurais, essa criança ainda não desenvolveu o equilíbrio necessário.

O segundo diz respeito à conversa com alguns pescadores que, em minha tentativa de acompanhá-los à pesca, André logo limitou-me às áreas antes dos recifes. Ele justifica a impossibilidade de ascender algumas zonas ao fato das ondas mais altas trazerem grande náusea, o que atrapalharia a experiência de todos a bordo. Já o terceiro relato traduz a experiência dentro da embarcação, pois ao me prontificar em ajudar a puxar a rede, ele faz a colocação “*mão fininha vai abrir tudo*”, associando que a minha não experiência nessa atividade, impossibilitou-me de desenvolver uma pele mais resistente, que, consequentemente, não resistiria ao atrito com as cordas. Logo, conclui-se que há muitas outras nuances anatômicas e fisiológicas que são necessárias para um sujeito tornar-se pescador.

Esses relatos demonstram as limitações ao mar, em relação às capacidades corporais, mas, também, apresentam uma sensibilidade, por parte do pescador experiente, em face ao inexperiente. Compreender o funcionamento do corpo no mar e as limitações são pontos que ilustram o entendimento dos obstáculos, pois, provavelmente, o pescador experiente já os vivenciou e ultrapassou. O jovem que adentra naquele mundo precisa ser acompanhado por alguém habilitado, não apenas para o entendimento do ato de pescar, mas para auxiliar no processo de percepção do corpo frente ao mar.

Moraes (2011) afirma que, dentro do processo educativo da pesca, o ensino é baseado na observação e nos ensinamentos passados das gerações mais experientes às mais inexperientes. Assim, os jovens, recém-ingressados nesse campo, adquirem o conhecimento, com base na observação e nas orientações das gerações mais experientes,

33 Exatamente pronunciado como “rifi” com uma alusão à palavra de origem inglesa *reef*, o que me leva a entender que está se referindo a barreira de recifes

e, apenas no cotidiano, ele acessa a prática (Iturra 2009; Reys-García 2009). O caráter complexo da pesca faz com que seu aprendizado se dê na experiência e na vontade de aprender, pois tal saber envolve uma concepção complexa de vários elementos bióticos e abióticos (Amorim 2015).

O êxito da pesca se dá pela prática, que, por sua vez, é uma consequência da dialética entre a pesca e o *habitus*. Ela funciona como um centro de percepções e ações, que permitem o cumprimento de um ato. Sendo assim, qualquer prática é resultado de condições que precederam o *habitus* (Bourdieu 2002). Nesse sentido, moldar o corpo à pesca é condicionar o jovem ao *habitus* de pescador. Ramalho (2011) aponta:

“O sentir dos sentidos é a base da objetivação das capacidades cognitivas daqueles que pescam [...] Há uma complexa educação corporal no mundo do trabalho da pesca artesanal, que explicita um particular modo de vida, momentos de aprendizagem pesqueira e, portanto, de fazer-se pescador através da ampliação e agudeza de um saber sensível, de uma estética pesqueira.” (Ramalho 2011: 316)

O desenvolvimento do jovem pescador no mar inclui a percepção do ambiente, o que só é possível através de um desenvolvimento específico das habilidades motoras, que levam a determinadas ações e percepções do ambiente natural, no qual se insere (Ingold 2001). Segundo Amorim (2015):

“O conhecimento, fruto da experiência e da vontade de aprendizagem, é determinante para o sucesso das companhias. Vários pescadores disseram-me que não basta saber “puxar as redes, desemalhar o peixe, carregar as caixas e não almarear”, frisando que a condição de ser pescador envolve uma percepção mais sensível e complexa do mar, o conhecimento das “marés, das luas, dos ventos e do peixe” (Amorim 2015: 50).

Tais habilidades proporcionam a execução do ato de captura do peixe, independentemente do tipo de pesca que esse jovem pescador venha a se especializar. Dessa forma, é preciso que o pescador, ao passo que adquira as habilidades corporais, também aprenda a desvendar o mar. Isso implica compreender as marés, ciclos lunares, hábitos alimentares dos peixes e características particulares, que possibilitem a execução da prática (Moraes 2011; Amorim 2015).

3.3 – O trabalho coletivo e o papel do mestre

No tópico anterior discutimos que os primeiros contatos ao mar se dão de forma conjunta, geralmente entre uma pessoa mais experiente e outra menos experiente. Para

além, pode se afirmar que há uma hierarquia contida nessas relações, pois, quando o trabalho da pesca se estabelece na vida de uma pessoa, essas estruturas já são preestabelecidas, pois fazem parte da cultura do trabalho marítimo.

Com essas noções, tanto do coletivo marítimo, quanto da hierarquia, o pescador tem contato ainda muito jovem, no momento em que ainda se está moldando as suas habilidades. Se, inicialmente, a criança vai ascendendo ao espaço do mar com a família, após uma certa idade, ela começa a acessar pescarias próximas a costa, onde a presença do mestre, até então, não se fez essencial; contudo, há sempre a presença de uma pessoa mais experiente. Considerações semelhantes são feitas também por Adomilli (2002), Reys-García *et. al.* (2009) e Ramalho (2011).

Após certa maturidade, no momento da entrada ao mar, quando não há a presença do mestre, sua transmissão se dá, geralmente, nos modelos definidos por Hewlett & Cavalli-Sforza (1986) como *transmissão horizontal*, que são transmissões realizadas, principalmente, entre amigos. Eles apontam que essas trocas de informações permitem uma atualização do conteúdo, além de uma circulação entre as gerações e, principalmente, uma não recriminação.

Aqui, o jovem pescador adquiriu tal autonomia, a ponto de se emancipar dos ingressos iniciais com seus familiares e começa se inserir em um âmbito mais profissional, acompanhado por pessoas próximas a sua faixa etária ou de confiança, muito baseado nas relações de amizade. A transmissão da pesca, para se perpetuar, é necessário esse envolvimento que sai do seio familiar e entra nas relações de amizade. O modelo de transmissão horizontal, que surge ainda na juventude, se perpetua até as idades mais avançadas. Pude observar que as relações de amizade e as trocas realizadas são contínuas, independente da idade.

O critério de recrutamento às pescas menores sempre seguem, de forma constante, uma lógica da amizade e da família (Amorim 2015). Há diferenças nesse padrão, apenas em pescas mais distantes da costa, onde o mestre pode optar por uma equipe com maior fluência técnica, do que por relações de amizade ou parentesco, sendo ele a força mediadora das relações dentro da embarcação.



Foto 22: Amigos que se preparam para retirar a rede antes do anoitecer

Fonte: Acervo pessoal

“Por que a gente aqui vai tudo unido, o grupo é junto, um ajuda o outro [...] cada um tem o seu talento, e quanto melhor a equipe, mais peixe federal nós pega” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

Gal, quando aponta “*cada um tem o seu talento*”, indicando-nos que, naquele trabalho, apesar de coletivo, há uma valorização dos talentos individuais, é possível perceber que a pesca é um conjunto de fatores individuais, que se expressam no trabalho coletivo, havendo o acúmulo de diversos conhecimentos, expressos na ação da pesca. Dessa forma, o trabalho conjunto, precisa dessas trocas para garantir o funcionamento completo; a cooperação das qualidades é a premissa básica para garantir a volta em segurança. Segundo boa parte dos pescadores, nunca se vai ao mar³⁴ sem, ao menos, um acompanhante.

“Gal que é homem maluco de ir pescar sozinho, ainda mais de noite. Só ele aqui em Cumuru que faz essas zuadas” (André, pescador subaquático, 34 anos).

Esta afirmação surgiu numa conversa coletiva, quando o grupo de pescadores, denunciava o amigo por fazer pesca noturna, sem acompanhamento. A justificativa para esta conduta foi dada a sua experiência, porém, os amigos pontuavam que não há justificativa para pescar sozinho. Naquele contexto, ao que parece, não é comum a pesca

³⁴ Ressalta-se que em alguns momentos, durante as entrevistas, pude perceber que a região anterior aos recifes (mais próxima a praia) era denominada de “praia” e a região posterior denominada de “mar”, não adentrei nesses aspectos durante o campo.

solitária ou qualquer trabalho marítimo desacompanhado. As condições ambientais e os possíveis perigos, quanto aos limites, são introduzidos, tanto socialmente, quanto ambientalmente.

O jovem pescador, desde cedo, será imerso aos limites do mar e aos espaços em que pode ou não ascender; essas considerações são absorvidas no cotidiano pesqueiro. Ir ao mar com alguém mais experiente garante a absorção de informações; segundo Ingold (2001), as capacidades específicas, constituem a habilidade motora, contudo, o desenvolvimento delas é criado pelo *modus operandi*, operadas em conjunto com a prática e o treinamento. É possível afirmar que, apenas através do cotidiano, é concebível o desenvolvimento da habilidade da pesca.

Com a maturação corporal, o pescador vai conquistando mais espaços na prática da pesca; ao adquirir a confiança do grupo, ele passa a se inserir ao meio, garantindo-lhe uma remuneração. Geistdoerfer (1984) elucida que a pesca possui um sistema pré-capitalista de remuneração, baseado no volume e, não, no tempo de trabalho. De fato, a relação do volume por remuneração foi observado no campo. A prática coletiva é importante, não apenas por seu viés de segurança, mas, também, por uma questão econômica, pois através dela se partilha gastos e possibilita que os jovens, que ainda não possuem capital e material, consigam adentrar.

“O bom de começar a trabalhar na pesca é que você já consegue ganhar um dinheiro desde a primeira pescaria, no barco tudo é dividido” (André, pescador subaquático, 34 anos).

Um dos motivos que incute a ideia de liberdade, encontrada na prática pesqueira, é a possibilidade de remuneração, ainda nas primeiras experiências do jovem pescador. Tal fato mostrou-se importante para a continuidade ao aprendizado da pesca. O jovem quer aprender, tem a vontade e a força, em contrapartida, o homem mais experiente precisa da mão de obra desse jovem. É através dessas trocas de interesse que o pescador ganha experiência e consegue ascender a pescas mais distantes da costa.

Essa troca de interesses intergeracional, permite elevar o conhecimento do jovem. Ele acessa os conhecimentos acumulados de outras gerações através desse contato, e, de certa forma, atualiza o pescador mais experiente de novas tecnologias, tanto material quanto prática, havendo uma troca geracional de saberes. Transmitir o conhecimento da pesca é permitir que alguém seja inserido em um grupo; é a formação de uma identidade.

O processo educativo do pescador, quando mediado pela figura do mestre, precisa envolver respeito, disciplina e, conseqüentemente, afeto (Iturra 2009). Em todas as entrevistas, os pescadores, ao falarem de seus mestres, pontuavam com carinho essa relação.

Em campo, demorei a entender a figura do mestre e, pelo que pude perceber, ele é uma figura mais velha e experiente, capaz de guiar os outros pescadores para longas distâncias e garantir a segurança da sua tripulação. Possui uma reputação que se estende à terra, e mesmo aposentado, esse respeito continua. Consideração similar é afirmada por Diegues (2001), em seu trabalho realizado sobre o papel dos mestres de marcação no nordeste do Brasil; ele define que o mestre é aquele que reúne um conjunto de qualidades sobre o conhecimento das técnicas e práticas de navegação; também mantém a autoridade e solidariedade da tripulação, havendo um carisma particular.

“O mestre é o chefe da embarcação grande, que dá pra ir sete horas daqui. Ele é que sabe mandar na equipe” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

“O mestre é aquele que tem o barco grande” (André, pescador subaquático, 34 anos).

Através dessas definições, para os pescadores de Cumuruxatiba e Imbassuaba, o mestre é aquele que conseguiu compreender a pesca, acumulou experiência e capital suficiente para investir em uma embarcação maior. Ele conhece seu barco, reconhece a necessidade de uma equipe e está disposto a transmitir o conhecimento da pesca para além da costa; tais afirmações são claras na fala de Gal. Em contrapartida, a definição feita por André de que “*O mestre é aquele que tem o barco grande*”, gera a dúvida se ser mestre pode estar associado a um acúmulo de capital, que o leve a ter capacidade em adquirir um barco de grandes dimensões.

“Zezinho por exemplo, tem dois barcos, mas não sabe pescar bem, então chama nós para ir pescar no barco dele [...] todo mundo ganha” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

Esta afirmação nos permite compreender que, apesar de o sujeito ter dois barcos que permitem a atividade pesqueira, ele não possui o domínio da prática. Logo, ter um barco não o coloca na posição de mestre, pois, para ser reconhecido como tal, é preciso reunir uma gama de conhecimentos sobre o mar, gostar de ensinar e estar apto a ouvir e transmitir. Nas minhas experiências, os mestres facilitaram muito o meu percurso, tanto

para adquirir informações sobre a pesca, como para acessar outros participantes. Essa característica parece recorrente entre os mestres, pois afirmações similares foram alcançadas por Diegues (2001), que acrescenta que o mestre só transmite o conhecimento para o jovem que demonstra interesse.

“Eu tinha 15 anos quando comecei a trabalhar, o mestre me ensinava a pescar e a ser carpinteiro[...] Assim eu fui começando a fazer meu dinheiro e a montar minha família” (André, pescador subaquático, 34 anos).

O mestre possui a centralidade na emancipação do jovem pescador; ele será aquele que irá conduzi-lo na possibilidade em ingressar num mercado de trabalho. O fato de ter as maiores embarcações, permite a pesca em águas mais profundas e o acesso a peixes mais visados para a venda. Na fala de André, podemos perceber a importância do mestre para a formação do pescador, dentro e fora do mar, e, principalmente, na emancipação desse jovem, ficando evidente quando ele menciona o “*ensinava a pescar*” e, posteriormente, associa esse acontecimento ao pontapé inicial na construção de sua família.

Assim, se pensarmos o ingresso ao mar em etapas, o jovem, em uma primeira instância, precisa obter uma compreensão corporal e o total domínio da pesca em regiões costeiras. Nesse período, não é necessária a figura do mestre, e sim, de alguém com mais experiência que esse jovem. Em um segundo momento, ele passa a ingressar em pequenas pescarias, havendo, ou não, a figura do mestre. Ali, ele compreende sobre o trabalho coletivo e a importância da socialização. A superação desses degraus o permite ingressar em pescas mais distantes da costa, nas quais, sem dúvida, haverá a presença do mestre e de uma equipe maior, possibilitando-o uma compreensão mais geral da prática.

Nesse momento, quando pensamos nos modelos de transmissão, a figura do mestre se dá como aquele que detém o conhecimento e que transmite, não apenas, para um, mas para vários jovens. Esse modelo de transmissão passa ser caracterizado como *oblíquo*, de um para muitos.

“Se eu peço pro Mestre pra ele te levar, e, no meio do caminho você fala pro mestre que tá passando mal, ele vai voltar, mas muito chateado, e, uma vez que volta, o mestre perde a confiança em você e em mim, e eu nunca mais vou poder pescar com ele” (André, pescador subaquático, 34 anos).

Através desse recorte é possível perceber que o jovem pescador precisa conquistar a confiança dos outros, para poder ascender a pescas maiores, nas quais se faz presente a figura do mestre. A possibilidade de ir até águas mais profundas confere ao pescador maior possibilidade de dinheiro; é ali que existe maior quantidade de peixes. Contudo, para o pescador atingir esse ponto, é preciso conseguir superar algumas etapas corporais e de aprendizado, adquirir a confiança do grupo que navega em águas mais rasas, e, dessa forma, poder acessar esse degrau.

Levar o outro a pescar requer confiança e, caso ela seja quebrada, o jovem precisa reconquistá-la, como frisa André, “*o mestre perde a confiança em você e em mim, e eu nunca mais vou poder pescar com ele*”. O pescador iniciante tem a necessidade de conquistar a confiança dos mais experientes, até que se possa acessar o mestre e grandes embarcações; são degraus cognitivos, motores, sensoriais e geracionais que ele precisa ultrapassar; são limites, aos quais é preciso superar. Caso essa confiança seja quebrada, como frisou André, não só o pescador mais jovem precisa ter certeza de que ele consegue acessar esses novos espaços, mas também o mestre e sua equipe precisam ter.

No caso da figura do mestre, que adquiriu tal status, Diegues (2001), aponta que para perder sua posição, é preciso ter problemas com a desorganização, abandono da tripulação e o alcoolismo. Partindo das informações das quais coletei, apenas o motivo de naufrágio foi pontuado como justificativa para perder o posto de mestre. Em suma, um bom mestre é considerado aquele que garante a volta da sua tripulação e, em um contexto pequeno como o de Cumuruxatiba, esse status é amplificado.

“Eu ensinei muita gente a pescar aqui em Cumuru. Mas como agora eu trabalho só na observação de baleias [...], eu passo o meu conhecimento para os meus ajudantes, porque o mar é assim” (mestre Antônio, guia turístico e ex-pescador, 65 anos).

Na fala de mestre Antônio, apesar de não trabalhar mais com a pesca artesanal, e, atualmente, se dedicar à observação de baleias, seu trabalho, enquanto mestre e transmissor do conhecimento, se transforma, mas não é interrompido. Seu papel em ensinar os mais inexperientes, que ele chama de *ajudantes* continua atuante, como pode-se perceber em sua fala. Outro ponto interessante é que, para Antônio, a presença de uma tripulação ainda se faz presente. Em todos os modelos de trabalhos marítimos observados, sejam eles quais forem, a coletividade mostra-se importante no aprendizado das

representações do mar. Sendo assim, é evidente a importância dos mais experientes nesse ensino.

“Quando eu vou, eu entro com o meu material, ele entra com o dele.[...] Ai tudo funciona, eu boto tudo pra funcionar, com todo o grupo junto, mas cada um tem o seu material. Mas nós tá tudo unido porque se falta algo, um gancho por exemplo [...] eu tenho mais pra trabalhar.”
(Gal, pescador e cantor, 37 anos).

É preciso pontuar que, apesar das pescas serem coletivas, os materiais são de responsabilidade individual, cabendo ao jovem ir acumulando capital para que possa adquirir seus próprios materiais. Entretanto, com essa afirmação, podemos refletir que aqueles que são criados em um seio familiar de pesca possuem mais condições de dar continuidade a essa prática, do que aqueles que não possuem essa possibilidade. Nesse caso, o acesso da pesca tem um empecilho: os materiais.

“Quando eu fui parando de pescar pelo problema do joelho, emprestei o meu barco ao meu filho para ele ir ganhando o dinheiro dele” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

Apesar da presente facilidade, o acesso à remuneração, ainda nas primeiras experiências, e o trabalho, em seu formato coletivo, permitem a esse profissional ir adquirindo, aos poucos, os seus materiais. As etapas, que ele precisará superar, ajudam-no, não apenas a adquirir equipamentos, mas também a se especializar e, por fim, a assumir sua identidade enquanto pescador.

Essas etapas levam tempo e são muito demarcadas na vida de um indivíduo; elas surgem, justamente, no período de maturação do corpo da criança adolescente, o que pode ser desde os 14 até os 19 anos. Até ali ele precisa ganhar confiança face ao mar, estabelecer relações mais amistosas com o ambiente natural e a vida marinha. Isso requer um conhecimento aprimorado da linguagem, do corpo, dos sentidos e do espaço. Essas construções demandam tempo e um grande esforço.

CAPÍTULO 4 - O ADULTO

Se até o momento trabalhou-se com o pescador em formação, tratando desde suas primeiras experiências até o início da sua maturidade, agora, propõe-se abordar o pescador já formado, quando a maturidade, em relação ao trabalho da pesca e do mar, confere afirmação de sua identidade, que ultrapassa o território marítimo, se estendendo para outras dimensões sociais. Seu professor será o mar até o último dia que ele exercerá sua profissão e é no cotidiano que ele aprimorará sua prática.

4.1 – A identidade do pescador

Pollak (1992), afirma que a identidade social é constituída de três elementos, ou seja, o sentimento de fronteiras físicas (o corpo), fronteiras de pertencimento ao grupo e o sentimento de coerência (unificação). Sendo assim, tem-se a identidade social como uma imagem de si, para si e para os outros. Segundo Adomilli (2002), as práticas de trabalho da pesca condicionam um saber característico sobre a natureza, o que confere uma visão específica de mundo para um determinado grupo; segundo ele:

“A pesca apresenta-se como elemento que preside a identidade social do grupo, pois exprime não apenas suas condições de existência, baseadas na sobrevivência por meio desta atividade, mas um modo de vida que engloba as demais esferas da vida social” (Adomilli 2002:7).

O processo educativo constitui-se em iniciar um sujeito em uma relação com um grupo (Iturra 1989); as etapas de desenvolvimento do pescador implicam no seu reconhecimento corporal e de pertencimento. Neles, o processo de subjetivação (Foucault 2004) faz com que o pescador se reconheça como detentor legítimo do conhecimento da pesca e será no dia-a-dia que o jovem pescador moldará sua identidade. Se, no capítulo três, tratou-se a importância da lapidação corporal no cotidiano, é também naquele período, dentro da experiência individual marítima, que o pescador começa a esculpir sua identidade social. Nesse sentido, ele produz sua identidade baseada nas relações estabelecidas dentro da atividade pesqueira.

Segundo Iturra (2009), quando se detém um conhecimento, o indivíduo torna-se parte útil, na função social da continuidade de um saber. Se, anteriormente, dialogou-se que os processos de subjetivação na formação do pescador faz com que se reconheça como detentor de um conhecimento, a medida que amadurece, transforma-se em um

objeto desse conhecimento (Foucault 2004), e portanto, apto em transmitir as próximas gerações.

O espaço do distrito é estruturado de acordo com o trabalho da pesca e, como já discutido, representa um elemento na identidade social de um grupo (Adomilli 2002) e, no pequeno contexto de Cumuruxatiba e Imbassuaba, o espaço passa a ser circunscrito, de acordo com as formas necessárias para que se matizem os aspectos da vida social dos pescadores, havendo reflexos tanto dentro, como fora do mar, logrando ao pescador uma posição social bem definida (Adomilli 2002; Amorim 2015).

“O pescador trabalha o dia todo, vai pescar antes do dia amanhecer, volta, descansa, vai vender o peixe, e depois precisa fazer rede e arrumar o material do dia seguinte” (Linga, pescador e empresário, 60 anos).

O pescador precisa cumprir horários; ele tem hora para levantar e hora para descansar, caso contrário, não conseguirá acessar aquilo que deseja. O trabalho da pesca se estende à terra; por ser um distrito de vocação pesqueira, estando presente, desde os mais remotos dados históricos, o impacto dessa atividade se reflete, até mesmo, nos horários dos estabelecimentos comerciais, que funcionam conforme a dinâmica da pesca, já a maioria deles abre antes das oito da manhã e fecha às sete da noite. Essa característica de Cumuruxatiba é uma expressão das representações práticas, que influenciam, de tal maneira, o meio em que se vive, onde, as dimensões de territorialidade³⁵ perpassam o ambiente marítimo. Assume-se que a pesca é realizada no mar, mas tem influência para além dele. Isso porque, o território, aqui entendido, é um espaço de pertencimento local, onde se vive e também se trabalha; esse espaço é construído sob diversos aspectos e parâmetros que envolvem a vida social, ecológica, econômica e cultural (Adomilli 2002). Segundo Milton Santos (1999):

“O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos 1999: 8)

35 Atribui-se a territorialidade segundo Little (2003): “A territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland” (Little 2003:253).

Ao afirmar que o distrito de Cumuruxatiba tem seu território delimitado e projetado através das perspectivas da atividade pesqueira, consideramos que, tanto em terra quanto em mar, as possíveis noções de espaço se dão por um reflexo da identidade social (Mano 1996); dentro dela, é possível encontrar outras pequenas particularidades, como é o caso das divisões marítimas.

“Quem é lá de Cumuruxatiba³⁶ tem que pescar por lá, mas eles não respeitam e vem tudinho pescar aqui na barra do Cahy” (Fábio, pescador, 45 anos).

“Essa história de vender as casas dos pescadores na beirada da praia atrapalhou a vida de muita gente. Onde já se viu pescador viver longe do mar, é só pra dar complicação” (Linga, pescador e empresário, 60 anos).

O território marítimo possui suas divisões e Fábio deixa claro essa colocação em sua fala. Tais normas e delimitações geográficas são determinadas como uma expressão do trabalho; são fronteiras que dividem o espaço, resultado do conhecimento ecológico.

O (re)conhecimento do ambiente físico marinho indica as localizações das zonas dos pesqueiros no oceano. Isso só é possível através da compreensão da topografia do oceano, habitat dos peixes e ritmos de ova e desova (Cavalho 2014; Amorim 2015; Deb 2015). Essas localizações não são feitas ao acaso; são resultados de anos de experiências e de uma íntima relação com o ambiente marinho (Cavalho 2014; Amorim 2015; Deb 2015); muitos desses pontos são localizados em referência à costa. A informação dos pesqueiros são transmitidos geracionalmente ou através das relações de amizade (Diegues 2001; Amorim 2015).

No primeiro relato, a íntima relação ambiental confere ao rio Cahy, como citado por Fábio, uma dimensão para além de seu significado físico; ele assume um caráter multidimensional, pois incorpora signos referentes às relações culturais, econômicas e laborais (Raffestin 1993). Nesse sentido, o rio Cahy, assim como os pontos pesqueiros, assume uma escala espacial e social, reflexo das relações sociais e ambientais instituídas. Também é possível observar que há uma norma que delimita o espaço, em referência as características ambientais, estando claro quando ele pontua, “*mas eles não respeitam e vem tudinho pescar aqui na barra do Cahy*”.

36 No sentido da praia de Cumuruxatiba

Já no segundo relato, Lina fala das mudanças sociais que se configuram no espaço terrestre, e que, por consequência, dificultam a vida do pescador. Quando ele ressalta “*onde já se viu pescador viver longe do mar*”, essa afirmação resume as mudanças que reorganizam o espaço da vida social em Cumuruxatiba, reflexo do turismo residencial (Santinhos 2014), que tem como característica, a utilização de uma segunda residência para fins de lazer (Santinhos 2014). Esse processo leva a uma reorganização nas escalas espaciais e sociais, alterando a forma como essas pessoas ocupam o território e expressam sua identidade. Através desse relato também é possível perceber que o território terrestre é delimitado através das expressões identitárias da pesca. Os modelos de organização territorial são, apenas, mais uma consequência das ações identitárias, ecológicas e de trabalho (Adomilli 2002), que se projetam na forma em que são pensados e divididos os espaços marinhos e terrestres.

Para compreender a forma que eles se posicionam, e, claro, a forma em que são lidos socialmente, solicitei que cada participante informasse como gostaria de ser apresentado nesse trabalho, quase com unanimidade colocaram a posição de *pescador* como o cerne de sua identidade.

“Pode pôr, Galdinei o pescador cantor, porque deus me deu esses dois talentos” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

“Eu não tenho nada a esconder, pode colocar mestre Antônio, tenho até gosto” (mestre Antônio, guia turístico e ex-pescador, 65 anos).

“Pode colocar só André pescador, tá bom!” (André, pescador subaquático, 34 anos).

É evidente que as respostas são influenciadas pela relação *pesquisador x participante*, contudo, mestre Antônio ressalta sua posição de mestre ao colocar “*tenho até gosto*”, incutindo uma reafirmação da sua posição de mestre e pescador. Pollak (1992) assume que ninguém constrói sua autoimagem sem qualquer mudança, negociação ou transformação, em função dos outros. Nesse sentido, o mestre, ao construir uma autoimagem, precisou de tempo e uma profunda negociação, com os outros e consigo.

“Sabe o momento mais sofrido de ser pescador?! É quando você acorda às três da manhã, no conforto da sua cama e precisa entrar no mar gelado pra dá um sustento pros seus filhos. Aquilo dói mais na alma do que no corpo” (Fernando, pescador, 29 anos).

A complexidade desse relato traduz a relação do pescador com o mar. O trabalho da pesca é amor, é dor, é arte, é morte e é vida. No campo, coletei uma variedade de informações sobre as relações que os pescadores estabelecem com o mar e foram nas perguntas para saciar essas indagações, que compreendi que o mar é a melhor parte do trabalho, mas é também a pior; é o chefe que emancipa, mas também o mais cruel. Essa dicotomia entre as noções de liberdade e a dor ao executar o trabalho da pesca foi também encontrada em outras literaturas (Adomilli 2002; Carvalho 2014; Amorim 2015).

O mar é o cerne do ambiente de trabalho; o pescador passa a maior parte do tempo em contato com ele e, com o passar dos anos, começa a construir a sua subjetividade, através dessas relações, muito vinculadas ao trabalho. Segundo Berger & Luckman (1985) é no subjetivo, que se encontra a dialética com a sociedade e a identidade; deste modo, é mediante o trabalho e no papel que ele ocupa naquela sociedade, que o pescador se reconhece e se identifica. Será no dia a dia do trabalho que o pescador moldará suas relações, através das suas experiências. Dessa forma, a identidade vai se manifestando, dentro das particularidades cotidianas das práticas sociais (Adomilli 2002; Iturra 2009; Deb 2015), ele passa a interpretar o meio em que vive e o expressa através de símbolos; esses aspectos perpassam o ambiente marítimo, atingindo outras esferas da vida.

4.2 – O dinamismo do conhecimento

O êxito da pesca se dá por sua assimilação, através da prática cotidiana, envolvendo os erros e acertos com os quais precisa lidar; isso leva a um acúmulo de experiências da vida prática. Ingold & Hallam (2007), na introdução do seu livro *Creativity and Cultural Improvisation*, propõem que a criatividade não é inovação, e, sim, um exercício diário de improvisação que pode levar a uma inovação.

Como trabalhado até o momento, a formação do pescador se fundamenta na transmissão do saber-fazer entre gerações, com uma relação direta aos recursos naturais. O saber complexo, que esse pescador passa a adquirir, o permite obter uma habilidade de improvisar. Isso porque a pesca não é estática; ela depende de elementos vivos e não vivos para que se realize, sendo o corpo o instrumento de ação para manter-se em frente às adversidades. Segundo Grant & Berkes (2007), o pescador torna-se especialista em resolver problemas, de forma prática, através do conhecimento adquirido no processo educacional.

“They are able to recognize patterns, organize many categories of knowledge, and retrieve information. Hence, they solve problems by using their understanding of the ecosystem, making predictions, and acting flexibly when faced with unexpected situations” (Grant & Berkes 2007: 169)

O pescador precisa assumir a agência dentro das tradições e estar aberto em reconfigurar, sempre que necessário, aquilo que lhe foi transmitido. Essa capacidade adaptativa do pescador confere uma grande aceitação de novas práticas e materiais que sejam aplicáveis à sua realidade (Grant & Berkes 2007). Em Cumuruxatiba, pude observar essa aceitação de novas tecnologias, por parte dos pescadores.

“Antigamente a gente ia pescar com rede de tucum³⁷, que os índios faziam com as folhas da árvore de tucum. Quando eu era novinho se pescava assim [...] agora tem a linha de nylon e facilitou né?!” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

Albino nos coloca, como exemplo, a confecção das redes de tucum, que se tornaram obsoletas com a entrada do nylon. Esse é um exemplo, pelo qual é possível observar que havia uma prática, que não é mais utilizada, pois foi substituída por outra mais eficiente, o que a leva a não ser mais transmitida às próximas gerações, ficando claro quando ele ressalta “Quando eu era novinho se pescava assim [...] agora tem a linha de nylon e facilitou né?!”.

Ingold & Hallam (2007) apontam que as relações de criatividade são processos de composição e desintegração, assim, a mudança do fio é o resultado do anexo de um material que favoreceria as ações cotidianas. A não transmissão se dá justamente pela desintegração de uma prática, que foi sobreposta e assimilada por outra (no caso o fio de *nylon*). Contudo, é importante ressaltar que o ato da pesca de rede é mantido, o que mudou foi o material, e, conseqüentemente, as práticas que envolviam sua confecção.

Quando há o desuso de prática, temos a sua não assimilação em um contexto cotidiano; se não há uso, não há transmissão, e, conseqüentemente, as gerações conseqüentes deixam de aprender. Isso nos leva ao conceito de que para as tradições se manterem, precisam improvisar a cada geração (Ingold & Hallam 2007). Grant & Berkes (2007), em seu trabalho sobre a pesca no Caribe, ressaltam que novas técnicas estão sempre sendo introduzidas naquele contexto, e, assim como em Cumuruxatiba, os

37 O processo da fabricação de redes através da palmeira de Tucum, se dava através da extração das fibras da bainha foliar. Ressalta-se que não houve uma identificação concisa a nível botânico.

pescadores vão através do cotidiano, desenvolvendo novas práticas e aprendendo com a experiência, através daquilo que é introduzido.

Para além do exemplo do fio de nylon, o pescador, mesmo aquele mais experiente, precisa estar aberto para novas situações e técnicas de trabalho, positivas ou não. Ele está sempre em contínuo aprendizado, criando novas associações, o que implica maior eficiência e economia de custos. A fluidez leva ao êxito, e, assim, é preciso aprender a moldar-se ao ambiente em que está inserido.

“O pescador que pega um peixe proibido na rede precisa fazer os cortes dentro da embarcação e chegar na terra com ele já cortado pra não receber multa [...] Melhor que jogar no mar novamente” (André, pescador subaquático, 34 anos).

Aqui temos como exemplo um pescador que precisou adaptar-se ao contexto das normas da unidade de conservação. Ele se vê submetido a criar práticas que o impeçam de ser multado pela captura de algumas espécies. Como foi tratado no capítulo 1, a geração do André foi a primeira a viver os efeitos da patrimonialização; sendo a primeira a passar por profundas transformações nos seus modos de pesca. Esse novo panorama os leva a improvisar, através do contexto, para dar continuidade às suas práticas. É curioso observar que os pescadores estão abertos à inovações, desde o mais experiente, até o mais jovem³⁸. Entretanto, com a entrada da RESEX na região, a presença de regras e leis, no território marítimo, resultou em um enrijecimento nas possibilidades das inovações, não por parte dos pescadores, mas, sim, pela gestão institucional da RESEX, ocasionando uma tensão entre eles.

O ambiente fornece padrões, o que leva ao desenvolvimento de mecanismos que os permitem executar determinadas tarefas. Porém, trabalhando em ambientes naturais, assume-se que tais condições variam todo o tempo, seja por condições ambientais, locais ou globais. Naquele distrito, o histórico da região passou por diversas mudanças; esse dinamismo condicionou com que o conhecimento fosse, continuamente, gerado e regenerado de acordo com o local (Ingold 2001; Grant & Berkes 2007; Deb 2015).

Deb (2015), em seu trabalho sobre TEK em comunidades pesqueiras de Bangladesh, aponta que pescador, para manter-se, precisa saber acumular ou filtrar os

³⁸ Aqui, pontua-se que nem sempre os pescadores estão em consenso.

aprendizados adquiridos com o tempo, e através disso, saber onde aplicar e solucionar os problemas, que podem vir a surgir durante sua prática. Segundo ele, o conhecimento do pescador mais experiente é baseado em suas experimentações durante a captura.

Só com o tempo e o acúmulo de experiências, através da prática, o pescador tornar-se-á sensível às mudanças ambientais e do pescado. Através disso, tomo como exemplo, as constantes modificações ambientais causadas por ações antrópicas predatórias, que modificam os ciclos naturais, de forma local ou global. Os pescadores sentem essa diferença; sua sensibilidade e contato cotidiano permitem essas observações.

“Antigamente, minha filha, isso aqui era muito peixe, e só peixe grande e bom, hoje tem meia dúzia de peixe ruim. Isso é culpa dessa pesca de balão” (Dona Ana, pescadora aposentada, 63 anos).

Dona Ana nos mostra a diferença da quantidade de peixes, e supõe que essa mudança foi resultado da pesca predatória de balão. Podemos refletir que, segundo ela, a escassez é consequência de o mar ser um espaço coletivo, havendo dificuldade em controlar as técnicas de pesca de outras pessoas. O surgimento de novas práticas, corrobora com a ideia de que o pescador está aberto às novas técnicas; contudo, algumas delas, apesar de facilitarem o dia a dia, podem levar à escassez de alguns recursos.

4.3 – O mar, eterno mestre

Fazer-se pescador, leva tempo; só a rotina marítima permite o conhecimento do mar em que navega, as espécies, as fases da lua, a relação de hora e marés. O desenvolvimento da prática permite acessar esses conhecimentos com êxito. Não há professor melhor do que o cotidiano do trabalho; ele transforma os pescadores de Cumuruxatiba em especialistas, naquele mar e em tudo que possa influenciá-lo. Cada pescador começa um jogo de associações do ambiente natural, que envolve a interpretação prática do conhecimento acumulado; o mar será o mestre do pescador até a sua última pescaria.

No tópico 4.2, tratou-se como a criatividade e a capacidade de solucionar problemas são desenvolvidas com o tempo, através da observação atenta das condições ambientais. Ser pescador confere em saber interpretar os elementos da natureza, que interferem no trabalho marítimo, tanto nos fatores abióticos e bióticos. Esse conhecimento multidimensional, como denomina Moraes (2011), só é possível quando

ele se constrói numa trama cognitiva complexa, que quando colocada em ação é executada em maestria (Ingold 2011).

“(vento) Oeste também é perigoso [...] muitos amigos já se naufragaram nele, é o que vem da terra. Os mais antigos contam que tinha uns que arrancava telhado, pé de árvore, tudo” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

As observações e vivências levam à experiência e ela, por sua vez, permite ao pescador ter mais êxito em sua atividade profissional, diminuindo erros fáceis de serem previstos, como é representado por Gal, que, ao tentar explicar a influência dos ventos na pesca, coloca sua experiência pessoal, pontuando que “*muitos amigos já se naufragaram nele*”, referência a uma das possibilidades que aquele tipo de vento pode trazer (Foto 23).



Foto 23: Rosa dos ventos feita pelo pescador Gal, durante sua explicação sobre a direção dos ventos e suas considerações sobre cada um deles.

Fonte: Acervo pessoal

Quando Gal nos coloca “*os mais antigos contam que tinha uns que arrancava telhado, pé de árvore, tudo*”, nesse jogo entre o passado, “*os mais velhos*”, e o presente, “*a experiência*”, Gal dá suporte ao que vem sendo falado, sobre um conjunto da experiência, da prática, aliada com o conhecimento transmitido e a teoria acumulada, fatores esses associados à prática da pesca, dando luz às representações individuais.

As capacidades cognitivas são constituídas dentro de um saber, reflexo das consequências históricas, que resultam na forma como as pessoas vão interagindo com o

ambiente (Ingold 2001). A fala expressa por Gal é uma constituição dos saberes históricos, refletidos na sua experiência cotidiana. Essas formações permitem ao pescador, dentro do dia a dia, transformar aquilo que lhe foi ensinado, em prática. Apesar de Gal não ter vivido parte dessas experiências citadas, a sua vivência particular o permite atestar veracidade àquilo que foi dito pelos seus ancestrais.

A capacidade em dominar as técnicas, de forma tão cuidadosa e minuciosa, garante ao pescador a possibilidade de uma prática segura. Para tal, é preciso muito tempo até que se possa ter êxito, visto que, quanto mais se apropriam do ambiente, mais dominam as técnicas (Moraes 2011): a hora, lua, estado do tempo, vento, maré, material, equipe, combustível e área de pesca. Quanto mais longe da costa, mais complexo é esse processo e mais responsabilidades possui o mestre, pois para fazer a pesca, é preciso compreender o pescado e o mar (Moraes, 2011). Quanto mais habilidoso, menor a necessidade de elaborações; isso garante que ele volte com a sua tripulação em segurança.

Uma das primeiras coisas que o pescador faz, é verificar as condições atmosféricas. Independente da temperatura ou época do ano, o planejamento da pescaria dependerá disso, pois a segurança é um fator primordial a se considerar no mar.

“Quando eu era moço sabe o que a gente fazia antes de entrar no mar?! Via a boca do formigueiro” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos).

“Depois que a marinha colocou aquele farol, eles se comunicavam com Cumuru por rádio. O administrador recebia um rádio falando como era o tempo” (mestre Albino, mestre e pescador, 67 anos)

“Quando a luz chegou aqui ficou mais fácil, é só ver o jornal da noite que a gente tem os informes todinhos” (Fábio, pescador, 45 anos).

Como o pescador prevê os fatores atmosféricos? Essa era a pergunta que eu indagava e as respostas acima foram algumas das que surgiram. A tecnologia contemporânea, sobre as condições atmosféricas, confere uma facilidade de acesso rápido, fazendo com que os pescadores mudassem as formas, pelas quais eles verificavam tais condições antes de entrar no mar. Segundo Grant & Berkes (2007).

“They build their knowledge and skills in order to understand the technology and its interaction with the marine environment [...] New knowledge is being generated continuously, and feedback learning is occurring by trial-and-error” (Grant & Berkes 2007: 1).

As condições atmosféricas são decisivas e podem ser um impedimento para acessar ao mar. Outro aspecto, constantemente, levado em conta eram as marés, que constituem uma influência determinante sobre qual pesca fazer, em qual horário e quais peixes terão acesso.

“Pois é Roberta, você vai ver só, nessa maré agora nós vai lá mesmo. Só programar bem programado [...] Tu não precisa entrar com material não, só a roupa certa” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

Como já apresentado, Cumuruxatiba possui uma impressionante diferença de marés. Os pescadores possuem seus próprios calendários³⁹ e técnicas associadas, assim como, elaboram um planejamento que os permitam acessar determinados pesqueiros.

“Pra chegar na ilha Patácho é só cedinho na baixa de maré [...] pois fica tudinho com lagos entre as pedras, cheinho de peixe com carne boa” (Dona Ana, pescadora aposentada, 63 anos).

“O melhor é pescar de dia com a maré recuada, aí fica tudo mais a mostra e de noite com a maré cheia, porque vão todos os peixes pra barra comer” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

A fala da Dona Ana remete a uma região, cerca de uma hora da costa, denominada de Ilha do Patácho. Essa ilha, em períodos de maré baixa, expõe diversas pedras, que formam piscinas naturais. Pelas duas afirmações, percebemos a necessidade do pescador compreender as marés e, sobretudo, ter um planejamento para haver a tomada de decisão. A forma pela qual se apropria do ambiente, permite ao pescador artesanal criar sua própria tecnologia.

“Pra nós ir pescar em maré vazante tem que ter bota, porque nós vai pescar em pedra e tem muito ouriço, pode ir sem roupa de banho, mas tem que ter bota” (André, pescador subaquático, 34 anos).

“Pra nós que é da pesca a arrumação sai natural, o André por exemplo, porque que vai levar a roupa de mergulho de noite? Essas coisa a gente, que nasce com dom de pescador, já sabe” (Gal, pescador e cantor, 37 anos).

O planejamento para entrar no mar requer observação e controle minucioso das condições atmosféricas e atenção às fases da lua, que determinam como o pescador deverá fazer a separação de materiais. As falas anteriores nos indicam que é preciso ter essa

39 Devido a ruptura abrupta com alguns participantes, não consegui coletar informação suficiente para elaborar uma discussão com base nos calendários dos pescadores.

atenção antes da pesca e saber, exatamente, onde se vai e qual tipo de pesca executar, e assim, organizar o material.

O teor automático no planejamento dos materiais é resultado daquilo que já foi trabalhado antes, da construção sucessiva de conhecimentos, trabalhados entre erros e acertos, o pescador vai construindo sua experiência. Para Ingold (2011) especialistas não resolvem problemas e não tomam decisões; eles apenas executam aquilo que funciona. É dessa forma, nas individualidades dos pescadores, que emergem os talentos pessoais na pesca. No mais, Grant & Berkes (2007) pontuam, que o conjunto acumulativo de conhecimentos é baseado no aprendizado experiencial e, no caso da pesca, o mar será o eterno mestre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação dos saberes da pesca, ainda criança, contribui para que ela crie associações ambientais em relação à prática. Berkes (2008) pontua que o conhecimento ecológico tradicional se configura através da relação intrínseca com ambiente natural; no caso de Cumuruxatiba e Imbassuaba, temos sua área compreendida no Complexo de Abrolhos, onde estima-se que, no mínimo, 1% da biodiversidade marinha do oceano atlântico encontra-se nessa região (Leão 1999). Tais características conferem a edificação de um saber baseado nas experiências práticas que se têm, acerca daquela região (Berkes 2008; Toledo & Barrera-Bassols 2009; Reyes García *et al.* 2009).

Esses conhecimentos são transmitidos, de acordo com o compartilhamento de saberes. Segundo Toledo & Barrera-Bassols (2009), essas expressões devem estar de acordo com o núcleo familiar, a comunidade, o território e a identidade e serão, justamente, essas expressões, que influenciarão a forma como o saber é passado. Se ponderarmos tais considerações, Cumuruxatiba parte de um contexto de patrimonialização, ainda muito recente, fazendo com que gerações de pescadores lidem de formas diferentes às regras impostas em suas práticas. Para além, a turistificação e gentrificação nessas regiões vêm mudando a forma como aquelas pessoas se relacionam com o ambiente natural, a economia e como ocupam aquele território.

No que diz respeito ao núcleo familiar, ao considerarmos que a edificação dos saberes é atravessada pelas diferenças de gênero, em Cumuruxatiba, as formas em que homens e mulheres acessam esses saberes são diferentes. As mulheres, assim como os homens, adquirem o conhecimento da pesca e da cultura material ainda muito jovens, porém, elas ficam limitadas à saberes costeiros ou ao auxílio terrestre da prática, levando-as não se reconhecerem enquanto trabalhadoras.

E será nesse panorama e sob tais contextos, de gênero e território, que a criança edifica seu saber. O início dessa socialização se faz no ambiente doméstico, com pessoas do mesmo núcleo familiar (Frazão-Moreira 1993), e será ali, que configurar-se-á as primeiras estruturas cognitivas da criança. E são através dessas relações afetivas, que as normas do grupo social começam a ser incorporadas (Iturra 1989 2009). O núcleo familiar, por sua vez, é decisivo para a edificação do saber pesqueiro, pois uma criança que advém de uma família com tradição na prática da pesca, terá acesso a um universo próprio, já estruturado, tanto em linguagem, materialidade e outros fatores que permeiam

o saber pesqueiro. A internalização dessas normas dentro de um grupo social, ainda criança, não a faz questionar, e sim, apenas assimilar a estrutura complexa dessas regras. É no cotidiano que a criança vai incorporando os eixos que compõem esse saber, muitas delas através da imitação (Frazão-Moreira 1993; Iturra 1989 2009; Ingold 2000 2001; Toledo & Barrera-Bassols 2009).

A relação das estruturas de parentesco e a edificação do saber, como podemos observar, também se torna um fator decisivo para gerir um bom ou mau pescador e, até mesmo, escolher as técnicas que muitos utilizarão no decorrer de suas vidas. Todos esses fatores se matizam para possibilitar o aprendizado da criança, qualquer interrupção ou impossibilidade de desenvolver uma dessas formas de transmissão, seja pela linguagem, corporalidade e possibilidade de observação ou imitação, tem por consequência que essa criança não ascenderá ao universo da pesca, pois não conjugará competências necessárias a ingressar no mar. Nesse primeiro momento, essas serão as variáveis que determinarão o ingresso da criança ao universo pesqueiro.

Se, na infância, as primeiras formas de transmissão se dão no ambiente doméstico, com o passar dos anos, a criança vai ingressando, aos poucos, ao mar; ela vai compondo uma estruturação corporal que permite o ingresso a esse universo. A linguagem e a corporalidade ganham o mundo da prática; é naquele instante que o jovem cria as associações necessárias para, no futuro, executar o que deseja. Esses primeiros passos se dão a fim de moldar os sentidos corporais do jovem (Iturra 2009; Reys-García *et al.* 2009; Ramalho 2011). Sugiro que seria interessante uma pesquisa destinada a essas mudanças corporais, às mudanças da puberdade e ao aprendizado da pesca.

O desenvolvimento desse pescador se dará na relação com a sua percepção do ambiente; suas habilidades motoras serão edificadas de acordo com as necessidades do ambiente, no qual está inserido (Ingold 2001). O desenvolvimento dos sentidos é importante para o aprendizado, pois será através dele que o pescador obterá êxito. É através dessa construção cognitiva e sensorial que o jovem pescador constrói uma motricidade, capaz de perceber o ambiente que o envolve e executar a prática através de ações voluntárias.

A transmissão cultural definida por Hewlett & Cavalli-Sforza (1986) é baseada na socialização e reprodução social; assim, na maturidade, esse jovem percebe a importância da saída do seio familiar e emerge na prática, conjugada em relações de amizade,

adquirindo um curso de trocas, que permite a execução e manutenção delas. Acredito ser essa a etapa mais importante nesse processo de maturidade do jovem pescador.

A medida em que ocorre o amadurecimento, ele forma sua identidade como tal. Com isso, o pescador molda suas habilidades, de acordo com o ambiente, no qual se está inserido; ele constrói sua subjetividade, em face às relações de trabalho. É através dessa construção subjetiva que ele se ratifica na sociedade, enquanto pescador. A identidade social permite que ele se reconheça como detentor legítimo de um saber, havendo um reflexo na forma como os espaços do distrito são pensados e divididos. O território passa a ser uma expressão da identidade pesqueira, se tomarmos por Ingold (2000), quando ele afirma que uma criança já nasce em um ambiente estruturado; aqui observamos que a estruturação desse sistema se aplica em diversos níveis.

Como adulto, ele já interiorizou valores, crenças e saberes da pesca. Sua incorporação permite que ele consiga, através de um automatismo, realizar as atividades primordiais da pesca, atuando no *sistema especialista* (Grant & Berkes 2007), que visa a resolução de problemas em um contexto ambiental. É através dessa incorporação de saberes que esse pescador consegue reproduzir e transmitir tais saberes, para além do território marítimo. O pescador, já formado, tem a possibilidade de transmitir novamente aquilo que foi adquirido dentro do meio da pesca. Segundo Iturra (2009), todo o grupo social precisa transmitir a sua experiência acumulada à geração seguinte.

REFERÊNCIAS

ADOMILLI, Gianpaolo K., 2002, *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe-RS*. Rio Grande do Sul, IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dissertação de mestrado em Antropologia Social.

ALARCON, Daniela T., Renata Cristina da Silva DÂMASO COSTA, e Alexandre SCHIAVETTI, 2018, "Ethnoecological approach to fishery and the bycatch of non-target species in Itacaré, Bahia (Brazil)". *Boletim do Instituto de Pesca*, 35 (4): 675 - 686, em: <<https://www.pesca.sp.gov.br/boletim/index.php/bip/article/view/894>> (Consultado em 15/2/2020).

ALEXIADES, Miguel N., e Jennie W SHELDON., 1996, *Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual*. Bronx, The New York Botanical Garden.

ALVES, Ana K. S., e Frederico Jorge Ferreira COSTA, 2013, "Natureza, Sociedade e Trabalho: Elementos de Compreensão." *IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo*, Fortaleza.

AMORIM, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal, 2015, *Marés de incerteza etnografia: do presente liminar na comunidade piscatória de Setúbal*, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, Dissertação de Mestrado em Antropologia.

AUNGER, Robert, 2000, "The life history of culture learning in a face-to-face society". *Ethos*, 28 (3): 445-481, em <<https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1525/eth.2000.28.3.445>> (Consultado em 10/4/2020).

BAHIA, 1943, "Criação do Parque Nacional do Monte Pascoal com prerrogativas de monumento nacional e dá outras providências". *Diário oficial: Decreto-Lei nº 12.729 de 19 de abril de 1943*, em < https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/3546_20180618_155909.pdf > (Consultado em 10/9/2019)

BENNETT, Nathan J., Jessica BLYTHE, Stephen TYLER, e Natalie C. BAN, 2016, "Communities and change in the anthropocene: understanding social-ecological vulnerability and planning adaptations to multiple interacting exposures", *Regional Environmental Change*, 16 (4): 907-926, em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s10113-015-0839-5> > (Consultado em 11/9/2019)

BERGER, Peter L., e Thomas LUCKMANN, 1985, *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes.

BERKES, Fikret, 2008, *Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Management Systems*, London, Routledge.

BERKES, Fikret, Carl FOLK, e Madhav GADGIL, 1994, “Traditional ecological knowledge, biodiversity, resilience and sustainability” em: Charles Perrings, Karl-Göran Mäler, Carl Folk, E Bengt-Owe Jansson (Org.) *Biodiversity conservation*, Dordrecht, Springer, 269-287.

BERNARD, Russell H., 1988, *Research Methods in Cultural Anthropology*. Newbury Park, Sage.Publ.

BIERNACKI, Patrick, e Dan WALDORF, 1981, “Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling”, *Sociological methods & research*, 10 (2):141-163

BOURDIEU, Pierre, 2002, *Esboço de uma teoria da prática – precedido de três estudos sobre etnologia cabila*. Oeiras, Celta.

BRASIL, 2000, *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*, em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm > (Consultado em 20/9/2019)

BUCCI, Tiago M., 2009, *Implementação da Reserva Extrativista Marinha Do Corumbau-Ba: relações de atores e processos de mudanças*. Bahia, Universidade Estadual de Santa Cruz, dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

BUTLER, Judith, 1990, *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*, New York and London, Routledge.

BUTLER, Judith, 1999, *Bodies that matter. On the discursive limites of 'sex'*. New York and London, Routledge

BUTLER, Judith, 2000, "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo" em: Guacira Lopes Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, Belo Horizonte, Autêntica, 110-125

CAMINHA, Pero V.,2010 [1500], *Carta de Pero Vaz de Caminha*, Portugal, Torre do Tombo, em : <<http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2010/11/Carta-de-Pero-Vaz-de-Caminha-transcricao.pdf>> (Consultado em 8/9/2019).

CANCELA, Francisco, 2007, “A presença de não-índios nas vilas de índios de Porto Seguro: relações interétnicas, territórios multiculturais e reconfiguração de identidade–reflexões iniciais”, *Espaço Ameríndio*, 1(1): 42, DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-6524.2545>.

CARDOSO, Thiago M., 2016, *Paisagens em transe: uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal*. Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, tese de doutorado em Antropologia.

CARIA, Telmo H., 2002, “Da estrutura prática à conjuntura interactiva—relendo o Esboço de uma teoria da prática de Pierre Bourdieu” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 64:135-143

CARVALHO, Jerônimo A., 2014, *O mar não está para peixe: conflitos socioambientais na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau – Bahia*, Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.

COLBURN Lisa L., e Michael JEPSON, 2012, “Social Indicators of Gentrification Pressure in Fishing Communities: A Context for Social Impact Assessment”, *Coastal Management*, 40 (3): 289-300, DOI: [10.1080/08920753.2012.677635](https://doi.org/10.1080/08920753.2012.677635).

CORÁ, Maria Amélia J., 2006, *Desenvolvimento local sustentável e turismo: o caso de Cumuruxatiba*, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado em Administração.

CORREIA, Mônica D. e Hilda H. SOVIERZOSKI, 2005, *Ecossistemas Marinhos: Recifes, Praias e Manguezais*, Maceió, EDUFAL.

DEB, Apurba K., 2015, “Something sacred, something secret: Traditional ecological knowledge of the artisanal coastal fishers of Bangladesh”, *Journal of Ethnobiology*, 35 (3): 536-565, em <<https://doi.org/10.2993/etbi-35-03-536-565.1>> (Consultado em 10/4/2020).

DI CIOMMO, Regina C., 2007, Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. *Ambiente & Sociedade*, 10(1): 151-163.

DIEGUES, Antônio C. S., 1983, *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática.

DIEGUES, Antônio C. S., 1996, *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec.

DIEGUES, Antônio C. S., 1999, “A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil”, *Etnográfica*, 3 (2): 361-375, em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf> (Consultado 14/10/2019)

DIEGUES, Antônio C. S., 2001, “Tradição marítima e oralidade: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte-Brasil” *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 22: 389-400.

DIEGUES, Antônio C. S., 2007, *Cultura Marítima, Conhecimento e Manejo Tradicionais na Resex Marinha do Arraial do Cabo*, Programa Petrobras Ambiental, COPPE, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DUTRA, Guilherme F., Eduardo CAMARGO, Carlos Alberto Pinto dos SANTOS, e Paula CEOTTO, 2011, “Abrolhos: desafios para a conservação e o desenvolvimento sustentável na área com a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul”, *Field Actions Science Reports. The journal of field actions*, 3, em: <https://journals.openedition.org/factsreports/2310> (Consultado em 10/3/2020)

EVANS-PRITCHARD, Edward E., 1978, “Os Nuer: Uma descrição do modo de Subsistência e das Instituições Políticas de um povo Nilota”, São Paulo, Perspectiva.

FERREIRA, Maria A. G., 2012, “Eu tirava conclusão de uma nuvem pra outra”: Uma reflexão sobre histórias, saberes e culturas da pesca artesanal em Arraial do Cabo” *Revista de História Oral*, 1(15): 9-34.

FERREIRA, Marcos V. C., Liza Maria Souza de ANDRADE, e Paulo Dimas Rocha de MENEZES, 2018, Território Terrestre e Tradicional da RESEX Marinha do Corumbau: estudo sobre padrões espaciais na Vila de Caraíva., *Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes*, 6 (13), DOI: [10.18830/issn.1679-0944.n22.2018.12](https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n22.2018.12).

FOUCAULT, Michel, 2004, “Política e Ética: uma entrevista.” Em: Michel Foucault, *Ética, Sexualidade e Política*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel, 2015, *História da sexualidade 1: a vontade de saber*, São Paulo, Paz & Terra.

FRAZÃO-MOREIRA, Amélia, 1993, "A construção doméstica do saber local", em *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, 2º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 58-68.

FRAZÃO-MOREIRA, Amélia, 1997, "Meninos entre árvores e lianas - A aprendizagem do mundo e das plantas pelas crianças nalus (Guiné-Bissau)", *Educação Sociedade & Culturas*, 7 (1): 75-108.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio, 2015, *Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatibá*. Em: <

https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/relatorio_funai.pdf > (consultado 23/2/2020).

GRANT, Sandra, e Fikret BERKES, 2007, “knowledge as expert system: A case from the longline fishery of Grenada, the Eastern Caribbean”, *Fisheries Research*, 84 (2): 162-170, em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165783606003766>> (Consultado em 10/4/2020).

GEERTZ, Clifford., 1998, "O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa." Em: *O saber local: novos ensaios em antropologia*. Petrópolis, Vozes.

GUIMARÃES, Fernanda J., 2009, *Biologia do Camarão-Sete-Barbas, Xiphopenaeus kroyeri (Heller, 1862)(Crustacea, Decapoda, Penaeidae) e aspectos da sua pesca na reserva extrativista Marinha do Corumbau, BA*. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, dissertação de mestrado em Ciências Biológicas.

GEISTDOERFER, Aliette, 1984, “Ethnologie des activités halieutiques”. *Anthropologie maritime*, (1): 5-10.

GARCIA, Narjara M., Maria Angela M. YUNES, Priscila Freitas CHAVES, e Lídia Oliveira dos SANTOS, 2007, Educando Meninos e Meninas: Transmissão Geracional da Pesca Artesanal no Ambiente Familiar. *Psicologia da Educação*, 25(2):93-112, Em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n25/v25a06.pdf>> (Consultado 14/10/2019).

HEWLETT, Barry S., e Luca L. CAVALLI-SFORZA, 1986, “Cultural transmission among Aka pygmies”, *American Anthropologist*. 88 (4): 922-934.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2015, *O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)*. em: <<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>> (consultado 14/10/2019).

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária, 2017, *Regularização de território quilombola: perguntas e respostas*. Em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>> Acesso em: 20/08/2019.

INGOLD, Tim, 2000, *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*, Psychology Press, London.

INGOLD, Tim, 2001, “From the transmission of representations to the education of attention”, em: Whitehouse, Harvey (org.), *The debated mind: evolutionary psychology versus ethnography*,. Oxford, Berg Publishers, 113-153.

INGOLD, Tim, Elizabeth HALLAM, 2007, “Creativity and cultural improvisation : An introduction” em: *Creativity and cultural improvisation*. Berg, Oxford, 1-24.

INGOLD, Tim, 2011, *Being alive: Essays on movement, knowledge and description*. London, Routledge.

ITURRA, Raúl, 1989, “A construção conjuntural do grupo doméstico”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 5: 61-78.

ITURRA, Raul 2009, “O processo educativo: ensino ou aprendizagem”, *Educação, Sociedade & Culturas*, 1: 29-50, em <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1516/1/O%20Processo%20Educativo.pdf>> (Consultado em 10//2020).

KRENAK, Ailton, 2019, *Ideias para adiar o fim do mundo*, São Paulo, Companhia das Letras.

LEÃO, Zelinda. M. A. N., 1999, “Abrolhos - O complexo recifal mais extenso do Oceano Atlântico Sul”, em: *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. SIGEP*, 345-359.

LEME, Andréa; e Alpina BEGOSSI, 2004, “Uso dos recursos por ribeirinhos no Médio Rio Negro” em: Alpina Begossi (Org.), *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*, São Paulo, Hucitec, 89-148.

LITTLE, Paul, 2003, “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade” *Anuário Antropológico*, 28 (1): 251-290

MANO, Maria P. L., 1996, ““Ser pescador”: uma identidade social e familiar”. em: *III Congresso Português de Sociologia*.

MARTINS, Luís, 2003, Um pedaço de paisagem no Tejo: o varadouro de pesca da Cruz Quebrada. *Etnográfica*, 7(1): 213-224.

MEDEIROS, Rodrigo, 2006, “Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil”, *Ambiente e Sociedade*, 9 (1): 41-64.

MINTE-VERA, Carolina. V., 2014, Análise de dados coletados durante o projeto de monitoramento pesqueiro participativo na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, Maringá, Bahia.

MMA- Ministério do Meio Ambiente, 2010, *Periodos do Defeso*, Brasília, em: <<https://www.mma.gov.br/informma/item/10431-per%C3%ADodos-de-defeso.html>> (consultado 23/3/2020).

MMA – Ministério do Meio Ambiente, 2011, *O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*, Brasília, em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/240_publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/240/publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf) (consultado em 14/10/2019).

MORAES, Sergio C., 2011, “Conhecimentos tradicionais na pesca artesanal”, *Ateliê Geográfico*, 5(2), 88-105.

MOTTA-MAUÉS, Maria. A., 1999, “Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil”, *Etnográfica*, 3(2): 377-399.

MURRIETA, Rui S. S., 2001, “A mística do Pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo Amazonas”, *Horizontes Antropológicos*, 7(16): 113-130. Em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832001000200006>> (consultado em 3/4/2020).

NICOLAU, Omar S., 2006, *Ambientalismo e carcinicultura: disputa de "verdades" e conflito social no extremo sul da Bahia*, Rio de Janeiro, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

NUNES, Francisco Oneto, 1999, “O problema do aleatório: da coerção dos santos ao idioma da inveja” *Etnográfica*, 3(2): 271-291

PLANO DE MANEJO, 2002, *Reserva Extrativista Marinha Do Corumbau – Ba, Plano De Manejo Fase I*, Bahia, Instituto Chico Mendes – ICMBio.

PEREIRA, Tamires S., 2016, *O (a) s Pataxó Meridionais e o Território Tradicional do Monte Pascoal no Extremo Sul da Bahia: Patrimônio, Cultura e Memórias CorpOrais*. Bahia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, dissertação de mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade, em: <<http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert.-Tamires-Santos-Pereira.pdf>> (consultado em 23/10/2019).

PÉTONNET, Colette, 1982, “L'Observation flottante L'exemple d'un cimetière parisien”. *L'homme*, 22 (4): 37-47.

POLLAK, Michael, 1992, "Memória e identidade social." *Revista Estudos Históricos*, 5 (10): 200-215.

PONTES, Euripedes, 2016, *Análise da efetividade da gestão do Parque Nacional do Descobrimento*, Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros, dissertação de mestrado em Ciências Biológicas, em <

http://www.ppgcb.unimontes.br/images/bibtex/Junior_2016_Analisedaefetividade.pdf>

(consultado em 10/04/2020).

PRATAVIEIRA, Fernanda J., 2015, *A redução da captura da fauna acompanhante da pesca de arrasto de camarão como ferramenta para gestão pesqueira na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, Bahia*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4100>> (consultado em 21/2/2020).

RAFFESTIN, Claude, 1993, *Por uma geografia do poder*, São Paulo, Ática.

RAMALHO, Cristiano W. N., 2007, *Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape - PE*, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Tese de doutoramento do programa de pós-graduação em Ciências Sociais.

RAMALHO, Cristiano W. N., 2010, “Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar” *Ambiente & Sociedade*, 13(1): 95-110.

RAMALHO, Cristiano W. N., 2011, “O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais”. *Revista de Antropologia*, 54 (1): 315-352.

REYES-GARCÍA, Victoria, James BROESCH, Laura CALVET-MIR, Nuria FUENTES-PELÁES, Thomas W. McDADE, Soroush PARSA, Susan TANNER, Tomás HUANCA, William R. LEONARD, Maria R. MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2009, “Cultural transmission of ethnobotanical knowledge and skills: an empirical analysis from an Amerindian Society”, *Evolution and human behavior*, 30 (4): 274-285, em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1090513809000178>> (Consultado em 10/4/2020).

REYES-GARCÍA, Victoria, 2009, “Conocimiento ecológico tradicional para la conservación: dinámicas y conflictos”. *Papeles*, 107: 39-55.

SAHRHAGE, Dietrich, e Johannes LUNDBECK, 1992, *A history of fishing*. Springer Science & Business Media.

SANTINHOS, Armando José; Ana Paula MARTINHO e Sandra CAEIRO, 2014, “Percepção das populações locais face à sustentabilidade dos serviços das zonas costeiras: o caso da Lagoa de Santo André, Portugal” *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 14(3): 413-427

SANTOS, Milton, 1999, “O dinheiro e o território”, *GEOgraphia*, 1 (1): 7-13

SANTOS, Cleverson Z., e Alexandre SCHIAVETTI., 2014, "Assessment of the management in Brazilian marine extractive reserves." *Ocean & coastal management*, 93 : 26-36.

SCIFONI, Simone, 2006, *A construção do patrimônio natural*. São Paulo, Universidade de São Paulo, doutoramento em ciências sociais, em: doi:10.11606/T.8.2006.tde-27122006-104748 (consultado 12/11/2019).

SCIFONI, Simone, 2003, "Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização." *GEOUSP-Espaço e Tempo*, 7(2): 77-88.

SHAW, Bruce. L., 1980, "Life history writing in anthropology: A methodological review". *The Australian Journal of Anthropology*, 12(3): 226

SILVA, Iracema R., 2008, "Subsídios para a gestão ambiental das praias da Costa do Descobrimento, litoral Sul do estado da Bahia, Brasil" *Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 8(2): 47-60, em: https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-135_iracema.pdf (consultado 24/2/2020).

SILVA, Iracema R., Abílio C. S. P. BITTENCOURT, José M. L. DOMINGUEZ, e Louis MARTIN, 2017, "Principais padrões de dispersão de sedimentos ao longo da costa do descobrimento-sul do estado da Bahia". *Revista Brasileira de Geociências*, 31(3): 335-340.

SILVA, Roberta N. D., 2018, *Ambientalismo e soluções mágicas: a sobreposição de conceitos, território e normas no conflito entre a terra indígena comexatibá e o parque nacional do descobrimento*. Bahia, Universidade Federal da Bahia, dissertação de mestrado em Geografia.

SIQUEIRA, Andressa M., 2006, *Quem são os extrativistas? Perfil dos pescadores e da atividade pesqueira na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau - BA*. São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, Dissertação de mestrado em Ecologia e Recursos Naturais.

SOARES, Célia, e Jorge Correia JESUÍNO, 2003, "Memória social e representações sobre o descobrimento do Brasil: análise dos manuais portugueses de história.", *Psicologia*, 17 (2): 321-334, em: <<http://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v17i2.451>> (Consultado em 10/10/2019).

SOLDATI, Gustavo T, 2013, *Produção, transmissão e estrutura do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais em três grupos sociais distintos: uma abordagem evolutiva*, Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Tese de doutoramento do programa de pós-graduação em Botânica.

SOLDATI, Gustavo T., Natália HANAZAKI, Marta CRIVOS, Ulysses Paulino ALBUQUERQUE, 2015, "Does Environmental Instability Favor the Production and Horizontal Transmission of Knowledge regarding Medicinal plants? A Study in Southeast Brazil." *PloS one*, 10(5), em : <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0126389>> (consultado 14/10/2019).

SOLDATI, Gustavo T, 2016, *Local or Traditional Knowledge Transmission and Natural Resource Use*, em: Ulysses Paulino Albuquerque, e Rômulo Romeu Nóbrega Alves (orgs.). *Introduction to Ethnobiology*, Cham, Springer, 235-238.

SOTTO-MAIOR, Leila S. B., e Sara B. GAIA, 2013, *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatibá (Cahy-Pequi)*. Brasília, FUNAI, em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/relatorio_funai.pdf>(consultado 1/9/2019).

SOUZA, Roberta C. A., 2017, *Entre o Mar e a Mata: Levantamento Etnobotânico na Comunidade Tradicional de Duna Grande*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Trabalho de Conclusão de Curso.

STORI, Fernanda T., 2005, *Pescadores e Turistas em uma Área Marinha Protegida: uma Contribuição ao Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, Bahia, Brasil*. São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, dissertação de mestrado em Ecologia e Recursos Naturais.

SUGUIO, Kenitiro, 2003, *Geologia sedimentar*, São Paulo, Blucher.

SZYMANSKI, Heloisa, 2004, "Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psidoeducacional.", *Estudos de Psicologia*, 21 (2): 5-16.

TABET, Paola, 1979, "Les mains, les outils, les armes." *L'homme*, 19 (3-4): 5-61.

TOLEDO, Victor M. M., e Narciso BARRERA-BASSOLS, 2009, "A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais." *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 20 (1): 31-45, em <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/14519/10948>> (Consultado em 10/4/2020).

UNESCO, 1972, *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, Paris, em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> (consultado 3/11/2019).

UNESCO, 1977, Declaração de Tbilisi, Geórgia, em: <https://moodle.unesp.br/ava/pluginfile.php/28831/mod_resource/content/1/UNESCO-TBILISI.pdf> (consultado 3/11/2019).

VIVACQUA, Melissa., 2018, "Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras: Reflexões sobre o estágio pré-implementação" *Ambiente & Sociedade*, v. 21.

WIED-NEUWIED, Maximiliano, 1989 [1816], *Viagem pelo Brasil*, São Paulo, EDUSP.

WERNER, Timothy B., Luis Paulo PINTO, Guilherme Fraga DUTRA, Paulo Gustavo do Prado

PEREIRA, 2000, "Abrolhos 2000 : conserving the Southern Atlantic's richest coastal biodiversity into the next century" *Coastal Management*, 28 (1): 99-108.

ANEXOS

ANEXO 1

TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO DA PESCA NA RESEX DE CORUMBAU – BAHIA, BRASIL.

Projeto de mestrado em Antropologia da Universidade Nova de Lisboa - FCSH

Aluna: Roberta Cunha Azevedo de Souza

Membros da equipe: Profª Drª Amélia Frazão-Moreira; Profª Drª Odara Horta Boscolo; M.e. Vincenzo Scamardella

E-mail: robertacunhaa@gmail.com

Solicitação de Consentimento Livre e Esclarecido para Participar de Projeto de Pesquisa

Você e sua família estão sendo convidados a participar de um projeto de pesquisa. É importante que você entenda os princípios deste projeto para decidir se você deseja ou não participar. Eu vou descrever para você o propósito desta pesquisa, como ela será feita, e qual é a parte da sua família neste projeto. Você deve perguntar e esclarecer qualquer dúvida que tenha. Se você tiver perguntas depois que o projeto for iniciado, por favor não deixe de nos informar. Os membros de nossa equipe têm a obrigação de lhe responder. A sua participação é voluntária e pode ser retirada a qualquer momento que você decida. Caso você tenha alguma dúvida após nossa visita você poderá nos contatar no telefone e endereço acima.

Objetivos do Estudo - Estamos conduzindo um estudo para compreender como se dá a transmissão dos modos e técnicas de pesca no território em que vocês estão inseridos, levando em conta a história de vida de vocês, e assim registrar o conhecimento local.

Procedimentos – A entrevista será dividida em duas etapas. Primeiramente, faremos entrevistas com cada integrante da família que concordar em participar do projeto. A segunda etapa consiste em, através de algumas visitas periódicas, conversar sobre o seu dia a dia e suas histórias, e ver como você e sua família realizam a pesca. As informações pessoais e todos os aspectos demandados serão mantidos em anonimato caso seja solicitado. Apenas os membros principais do projeto terão acesso a tais informações.

Benefícios – A valorização do conhecimento local. Através deste estudo será possível registrar o conhecimento local da comunidade local, não deixando que caia no esquecimento. Além disso, podemos conversar na possível realização de projetos viáveis a ambas as partes para a valorização do conhecimento local.

Data: ____/____/____

Assinatura Participante:_____

Assinatura Pesquisadora:_____

ANEXO 2

TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO DA PESCA NA RESEX DE CORUMBAU – BAHIA, BRASIL.

Projeto de mestrado em Antropologia da Universidade Nova de Lisboa - FCSH

Aluna: Roberta Cunha Azevedo de Souza

Membros da equipe: Prof^a Dr^a Amélia Frazão-Moreira; Prof^a Dr^a Odara Horta Boscolo; M.e. Vincenzo Scamardella

E-mail: robertacunhaa@gmail.com

Solicitação de Consentimento Livre e Esclarecido para Participar de Projeto de Pesquisa

Você e sua família estão sendo convidados a participar de um projeto de pesquisa. É importante que você entenda os princípios deste projeto para decidir se você deseja ou não participar. Eu vou descrever para você o propósito desta pesquisa, como ela será feita, e qual é a parte da sua família neste projeto. Você deve perguntar e esclarecer qualquer dúvida que tenha. Se você tiver perguntas depois que o projeto for iniciado, por favor não deixe de nos informar. Os membros de nossa equipe têm a obrigação de lhe responder. A sua participação é voluntária e pode ser retirada a qualquer momento que você decida. Caso você tenha alguma dúvida após nossa visita você poderá nos contatar no telefone e endereço acima.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo para participar deste estudo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Seu responsável poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Objetivos do Estudo - Estamos conduzindo um estudo para compreender como se dá a transmissão dos modos e técnicas de pesca no território em que vocês estão inseridos, levando em conta a história de vida de vocês, e assim registrar o conhecimento local.

Procedimentos – A entrevista será dividida em duas etapas. Primeiramente, faremos entrevistas com cada integrante da família que concordar em participar do projeto. A segunda etapa consiste em, através de algumas visitas periódicas, conversar sobre o seu dia a dia e suas histórias, e ver como você e sua família realizam a pesca. As informações pessoais e todos os aspectos demandados serão mantidos em anonimato caso seja solicitado. Apenas os membros principais do projeto terão acesso a tais informações.

Benefícios – A valorização do conhecimento local. Através deste estudo será possível registrar o conhecimento local da comunidade local, não deixando que caia no esquecimento. Além disso, podemos conversar na possível realização de projetos viáveis a ambas as partes para a valorização do conhecimento local.

Data: ____/____/____

Assinatura Participante: _____

Assinatura Responsável: _____

Assinatura Pesquisadora: _____

ANEXO 3

TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO DA PESCA NA RESEX DE CORUMBAU – BAHIA, BRASIL.

Projeto de mestrado em Antropologia da Universidade Nova de Lisboa - FCSH

Aluna: Roberta Cunha Azevedo de Souza

Membros da equipe: Prof^a Dr^a Amélia Frazão-Moreira; Prof^a Dr^a Odara Horta Boscolo; M.e.
Vincenzo Scamardella

E-mail: robertacunhaa@gmail.com

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS - FOTOS

Eu, AUTORIZO a pesquisadora Roberta Cunha Azevedo de Souza, mestranda com a pesquisa intitulada: Transmissão do Conhecimento da Pesca na RESEX Corumbau, a fixar e exibir a minha imagem, por meio de fotos com o fim específico de inseri-la nas informações que serão geradas na pesquisa, aqui citada, e em outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais. A presente autorização abrange, exclusivamente, o uso de minha imagem para os fins aqui estabelecidos e deverá sempre citar meu nome como autor. Qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução deverá ser por mim autorizada.

Assinatura Participante:_____

Assinatura Responsável (menor de idade):_____

Assinatura Pesquisadora:_____